

Alexandra Padilha Bueno

# MARIANA COELHO

educação e feminismo na trajetória  
de uma intelectual luso-brasileira  
(1893-1954)





## Universidade Estadual do Paraná

Reitora	Salete Machado Sirino
Vice-Reitor	Edmar Bonfim de Oliveira
Chefe de Gabinete	Ivone Ceccato



## Editora da Universidade Estadual do Paraná

Diretor	Luis Fernando Severo
Assessora Editorial	Anna Glauca de Moraes Vieira
Assessora Editorial	Terezinha Eckelberg

### Conselho Editorial

Adilson Anacleto  
Ana Carolina de Deus Bueno Krawczyk  
Aurea Andrade Viana de Andrade  
Bruno Flávio Lontra Fagundes  
Cleber Broietti  
Denise Adriana Bandeira  
Fernando Henrique Lermen  
Gislaine Cristina Vagetti  
Jane Kelly de Oliveira  
Maria Ivete Basniak  
Ricardo Desidério da Silva  
Rogério Antonio Krupek

Alexandra Padilha Bueno

## MARIANA COELHO

educação e feminismo na trajetória  
de uma intelectual luso-brasileira  
(1893-1954)

© 2024 Universidade Estadual do Paraná

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem autorização expressa da editora.

#### Equipe

Revisão gramatical e Normalização	Carlos Otávio Flexa   MC&G Design Editorial
Projeto gráfico e Diagramação	Glaucio Coelho   MC&G Design Editorial
Capa	Glaucio Coelho*   MC&G Design Editorial
	*Foto e documentos cedidos pelo SIAN - Arquivo Nacional [domínio público]

---

#### Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

---

B928 Bueno, Alexandra Padilha.  
Mariana Coelho: educação e feminismo na trajetória de uma intelectual luso-brasileira (1893-1954) [recursos eletrônicos] / Alexandra Padilha Bueno. – Paranavaí : Edunespar, 2024.  
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui bibliografia.  
ISBN: 978- 65-6115-032-3

1. Coelho, Mariana, 1857-1954. 2. Mulheres - Educação - Paraná - História. 3. Feminismo - Brasil - História. 4. Escritoras brasileiras - Biografia. 5. Feministas - Brasil - Biografia. I. Título.

CDD23 : 305 . 42

---

Bibliotecária: Priscila Pena Machado – CRB-7/6971



DOI: 10.61367/9786561150323

Esta obra está licenciada com uma Licença Atribuição-Não Comercial-SemDerivações 4.0 Brasil

Unespar – Universidade Estadual do Paraná  
Avenida Rio Grande do Norte, 1525 | Paranavaí-PR  
CEP 87.701-020 – Brasil

Edunespar – Editora da Universidade Estadual do Paraná  
Rua Saldanha Marinho, 131, 1º andar | Curitiba-PR  
CEP 80.410-150 – Brasil

*Dedico este livro à minha mãe Amélia e ao meu pai Sérgio, pelo amor, dedicação e cuidado de sempre. Vocês são as raízes profundas que sustentam meu crescimento.*

*À Thaís e Naara, minhas irmãs, pelo incentivo e pela cumplicidade, possível apenas entre pessoas que se amam com intensidade e sinceridade. Meu amor por vocês nunca acaba. Cada página deste livro é entrelaçada com os fios de nossa ligação única e eterna, e é uma celebração da nossa irmandade.*

*Ao professor Carlos Eduardo, pela confiança.*



O sexo feminino, da mesma forma que o masculino pode, socialmente falando, subir a escada do progresso. Sendo convenientemente preparada, poderá também exercer livremente qualquer profissão.

Senhores oposicionistas da emancipação feminina, aguentem e sem protesto, que já nada vale perante a eloquência desta frase profética, cujo conceito em tudo se vê maravilhosamente realizado:  
*le monde marche!* [o mundo caminha].

(Mariana Coelho, 1901).





## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Imagem fotográfica de Mariana Coelho datada de 1935	36
<b>FIGURA 2:</b> Propaganda do Colégio Santos Dumont (1902)	92
<b>FIGURA 3:</b> Primeira lição da cartilha maternal ou a arte da leitura	93
<b>FIGURA 4:</b> Contracapa da cartilha maternal ou a arte da leitura	93
<b>FIGURA 5:</b> Página interna da Cartilha Maternal ou a Arte da leitura	94
<b>FIGURA 6:</b> À esquerda Mariana Coelho cercada por alunos do Collegio Santos Dumont e à direita o Patrono Santos Dumont em visita à escola	99
<b>FIGURA 7:</b> Fachada da Escola de Bellas Artes e Indústrias do Paraná	106
<b>FIGURA 8:</b> Corpo Discente da Escola Profissional Feminina, 1916	107
<b>FIGURA 9:</b> Alunas da Escola Profissional Feminina em aula de flores e chapéus	110



# SUMÁRIO

<b>PREFÁCIO</b>	<b>13</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>17</b>
<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>19</b>
<b>1 A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA INTELLECTUAL NA CAPITAL PARANAENSE</b>	<b>35</b>
1.1 MEMÓRIAS LUSITANAS	35
1.2 UMA VOZ PORTUGUESA EM CURITIBA	49
1.3 IDENTIDADE DE MULHER PÚBLICA	56
<b>2 TRAJETÓRIAS ENTRECruzADAS: MARIANA COELHO E OS INTELLECTUAIS PARANAENSES</b>	<b>61</b>
2.1 ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO	61
2.2 UMA PRESENÇA FEMININA ENTRE PARES MASCULINOS	62
2.3 EMANCIPAÇÃO FEMININA EM DEBATE	70
<b>3 EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS</b>	<b>89</b>
3.1 MARIANA COELHO E A MISSÃO DO ENSINO	89
3.2 ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA	105
3.3 EDUCAÇÃO FEMININA: UMA JANELA PARA O FUTURO	116
<b>4 CONCLUSÃO</b>	<b>119</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>122</b>
LIVROS	122
FONTES	128
Obras de Mariana Coelho	128
Jornais	128
Relatórios	131
Outros Documentos	132
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b>	<b>133</b>
<b>SOBRE A AUTORA</b>	<b>135</b>





## PREFÁCIO

A leitura do livro *Mariana Coelho: educação e feminismo na trajetória de uma intelectual luso-brasileira (1893-1954)*, escrito pela pesquisadora Alexandra Padilha Bueno, provocou neste prefaciador inúmeras reflexões associadas à escrita da história intelectual, dos intelectuais e da educação. Não obstante, devo confessar que o sentimento mais forte que emergiu ao final da leitura foi o de inveja. Na verdade, trata-se de um tipo específico de inveja recorrente entre os leitores, diante de narrativas que encantam, seja pela elegância da escrita, pelo rigor conceitual ou pela contribuição à produção do conhecimento. Essa sensação não produz desgosto ou pensamentos sombrios, mas sim estímulo para nos tornarmos melhores, como pesquisadores e escritores, de modo a também contribuirmos com a produção do conhecimento histórico. No caso particular deste livro, a frustração por não o ter escrito atenua-se pela posição privilegiada que ocupei como espectador da sua produção. Acompanho a trajetória acadêmica da escritora desde os seus primeiros ensaios, de modo que sou testemunho de quanto a ciência e a arte da pesquisa histórica foram incorporadas a sua personalidade, tornando-a ainda mais rica e complexa.

A escolha da Mariana Coelho, como personagem para a escrita da história intelectual, possibilitou à autora explorar inúmeras questões, com destaque para a possibilidade de flagrar como uma mulher solteira e imigrante, no final do século XIX, na acanhada cidade de Curitiba, se inseriu e se movimentou em um espaço social dominado pelos valores e pelos comportamentos típicos do universo masculino. Sobre as estratégias de

inserção e de promoção da Mariana Coelho na comunidade intelectual do período não tenho nada a dizer, uma vez que a obra que ora prefacio analisa em detalhes este cenário. Menciono apenas que o tratamento dado à cativante personagem, não resvala na tentação da mitificação, da produção de uma epopeia feminina em um mundo dominado pelo controle masculino. A interpretação da trajetória da Mariana Coelho, ainda que motivada por uma inequívoca admiração da escritora pela personagem, está ancorada na análise de fontes documentais e inspirada pela perspectiva de afirmar o caráter mundano da personagem. Este exercício de pensar Mariana Coelho em estreita relação com os seus contextos social e histórico permitiu explicar as suas ideias e ações na complexa e contraditória experiência social. A trajetória narrada revela-se prevalentemente associada a confrontos com os limites impostos à participação política da mulher, contudo a análise mostra, também, as concepções da personagem ao domínio masculino, reputando às próprias mulheres a “culpa” pela condição de excluídas do espaço público.

Para além da compreensão da personagem, a obra oferece uma visão sobre as condições de produção da vida intelectual no Paraná entre o final do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX, com destaque para três dimensões: a imprensa, o mercado editorial e os projetos e instituições educacionais presentes no período. A obra demonstra que a atuação na produção de projetos formativos caracterizou o comportamento da geração de intelectuais da qual Mariana Coelho foi uma integrante destacada, revelando a centralidade da questão da educação no interior das lutas pela formação do campo intelectual. Isto indica, também, que o espaço escolar se instituiu como lugar de distinção e púlpito privilegiado para os intelectuais enunciarem suas retóricas em favor do progresso e da modernidade. No caso de Mariana Coelho, o binômio progresso e modernidade estava intimamente associado à formação política da mulher.

Em termos teóricos o estudo assumiu, privilegiadamente, noções inspiradas na teoria social de Bourdieu, tais como capital simbólico e campo intelectual. Não obstante, percebemos algo peculiar neste diálogo com o sociólogo francês. A teoria de Bourdieu é uma densa e estruturada formulação sobre o funcionamento do mundo social, de tal maneira que, em muitos cenários de pesquisa, suas teorias, minuciosamente articuladas, se impõem aos objetos analisados. Tal procedimento, do qual Bourdieu não tem nenhuma responsabilidade, faz com que muitos estudos apoiados nos seus conceitos sejam muito previsíveis nas suas problematizações e conclusões. Em outros termos, sentimos a teoria governar a empiria e produzir resultados de pouco valor científico que, em última análise, corrompem um

dos princípios fundamentais do método de Bourdieu: a subordinação da teoria às evidências rebeldes que não se ajustam ao ferramental metodológico disponível. A obra em tela escapa desse encantamento “teoricista”, movendo-se, aquém ou além dos conceitos, sempre que estes se revelam obstáculos para a interpretação livre e criativa das informações oferecidas pela rica documentação mobilizada.

Como toda obra instigante e provocadora, essa nos leva a ultrapassar os seus marcos analíticos, de maneira que, da condição de leitores, passamos à de autores. Esta inversão de papéis, oportunizada pela complexidade da trama narrativa, oportuniza este prefaciador a contribuir com um outro ângulo, entre muitos outros possíveis, para a análise deste cenário que envolveu Mariana Coelho e seus pares intelectuais. A minha contribuição para a análise deste contexto vincula-se à ideia de campo intelectual, entendida como um *locus* onde é travada uma luta concorrencial em busca de interesses específicos. Para que um campo funcione, “é necessário que haja paradas em jogo e pessoas prontas a jogar esse jogo, dotados do *habitus* que implica o conhecimento e o reconhecimento das leis imanentes do jogo, etc”.

Seguindo o argumento de Bourdieu é possível pensar o uso desta noção em diferentes escalas espaciais, possibilitado refletir sobre a ação de uma comunidade intelectual que se movimenta no interior de instituições localizadas em uma cidade, em um país ou mesmo entender o campo intelectual como expressão de uma rede transnacional. Na análise realizada em torno da trajetória da Mariana Coelho, o campo intelectual foi circunscrito, predominantemente, à cidade de Curitiba, que se destacava na vida cultural e educacional do Estado do Paraná.

Contudo, se pensarmos em termos nacionais, Curitiba não representava, pelo menos neste período analisado, um lugar de grande expressão política ou cultural, pois a capital Rio de Janeiro e a cidade de São Paulo refletiam, com mais propriedade, a dinâmica mais forte da vida cultural e intelectual do país.

Sendo assim, ampliando a escala da análise para a realidade brasileira, podemos afirmar que Mariana Coelho e seus pares intelectuais disputaram suas lutas concorrenciais à margem do campo intelectual no Brasil. Posto isso, uma questão se apresenta: as convenções estabelecidas no embate das forças que estruturam o campo intelectual se alteram na medida que nos movimentamos do centro para a periferia? Por hipótese, podemos pensar que não, pois, seguindo esta linha de raciocínio, o centro do campo, onde se situam os intelectuais e as instituições como maior poder, dita as con-

venções que conformavam a lógica do campo como um todo, independente da escala espacial considerada. Porém, é plausível supor que a forma como os sujeitos históricos viveram essas regras e convenções, provavelmente, fosse diferente, se compararmos as experiências no centro em relação à periferia do campo. Em outras palavras, os intelectuais à margem do campo intelectual não gozavam de autonomia para ditar ou subverter as convenções vigentes, para expor ou impor as suas ideias, da mesma forma que intelectuais atuantes em centros nacionais e internacionais de maior prestígio.

Dessa maneira, as estratégias de reconhecimento e de conquista de distinção eram, seguramente, diferentes para os que lecionava no celebrado Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro, em relação àqueles que construíram a sua identidade docente e intelectual na Escola Profissional Feminina, na qual Mariana Coelho trabalhou. Logo, analisar a vida do intelectual de província, para cunhar uma expressão que conota a experiência daqueles intelectuais que viveram e produziram afastados dos grandes centros políticos e intelectuais, exige novas sensibilidades interpretativas.

Para além da necessidade de refletirmos sobre a especificidade do comportamento social dos intelectuais de província, tais como Mariana Coelho e seus pares na cidade de Curitiba, nos deparamos também com o enorme potencial histórico e sociológico destes personagens para a pesquisa. Este potencial é evidente para as pesquisas interessadas em entender o funcionamento das comunidades intelectuais, pois, longe do centro e focando naqueles que não se tornaram célebres, encontramos de forma mais clara, sem a interferência das grandes margens de autonomia dos personagens consagrados do mundo intelectual, as regras de comportamento que regeram estes espaços sociais.

Bem, como afirmamos anteriormente, esta problematização sobre os intelectuais de província, esboçada esquematicamente neste prefácio, foi resultado do impacto da leitura sobre o leitor. Imagino que este tipo de comportamento se repetirá em direções e de maneiras diferentes na comunidade de leitores que, certamente, farão da leitura deste texto um ponto de inflexão para novos movimentos de interpretação.

*Carlos Eduardo Vieira*  
Curitiba, Primavera de 2023






## APRESENTAÇÃO

O livro *Mariana Coelho: Educação e Feminismo na Trajetória de uma Intelectual Luso-Brasileira (1893-1954)*, escrito por Alexandra Padilha Bueno, analisa a vida e a obra de Mariana Coelho, uma figura central no cenário educacional e feminista do Brasil entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Mariana Coelho, portuguesa de nascimento, chegou ao Paraná em 1893 e tornou-se uma influente educadora e intelectual feminista em Curitiba, permanecendo ativa até os anos 1940. O livro inclui uma introdução que contextualiza a chegada de Mariana Coelho a Curitiba durante um período de intensa transformação urbana e cultural, marcada pelo ciclo da erva-mate e pela modernização da cidade.

A obra está dividida em quatro capítulos principais. O primeiro capítulo, *A Construção de uma Trajetória Intelectual na Capital Paranaense*, explora as memórias lusitanas de Mariana, sua adaptação e atuação em Curitiba, e a construção de sua identidade como mulher pública. Neste capítulo, a autora destaca como Mariana trouxe consigo a bagagem cultural e intelectual de Portugal, e como ela se estabeleceu e fez sua voz ser ouvida na sociedade curitibana.

O segundo capítulo, *Trajetórias Entrecruzadas: Mariana Coelho e os Intelectuais Paranaenses*, examina os espaços de divulgação e circulação das ideias de Mariana, sua interação com intelectuais paranaenses majoritariamente masculinos, e seu papel no debate sobre a emancipação feminina. Aqui, Alexandra Padilha Bueno detalha como Mariana Coelho utilizou



sua rede de sociabilidade e os aparatos culturais da época, utilizando seu capital social e cultural para legitimar sua presença no campo intelectual.

O terceiro capítulo, *Experiências Educacionais*, foca nas iniciativas educacionais de Mariana Coelho. A autora descreve a atuação de Mariana na educação, com destaque para a Escola Profissional Feminina, uma instituição que buscava fornecer às mulheres as ferramentas necessárias para sua independência e participação plena na sociedade. Mariana via a educação como uma janela para o futuro, essencial para a formação de cidadãs preparadas e independentes.

Na conclusão, a autora sintetiza a trajetória de Mariana Coelho, destacando sua importância para o movimento feminista e educacional no Brasil. A conclusão ressalta o impacto duradouro de suas ações e ideias na luta pela igualdade e na valorização da educação como meio de emancipação feminina.

Além dos capítulos, a obra inclui uma introdução que contextualiza a chegada de Mariana Coelho a Curitiba durante um período de intensa transformação urbana e cultural, marcada pelo ciclo da erva-mate e pela modernização da cidade. A autora descreve o cenário intelectual e social de Curitiba no final do século XIX e início do século XX, destacando as tensões entre modernização e precariedade e a influência da imigração e urbanização na cidade.

Esta obra é fundamental para compreender a trajetória de uma das pioneiras do feminismo e da educação no Brasil. Mariana Coelho é apresentada não apenas como uma educadora e escritora, mas como uma figura central na transformação cultural e educacional de Curitiba e do Brasil, cuja atuação teve um impacto duradouro no movimento feminista e no desenvolvimento da educação feminina. A obra é recomendada para estudantes e pesquisadores de história da educação, feminismo e movimentos sociais no Brasil, educadores que buscam inspiração sobre a importância da educação na emancipação feminina, e para o público geral interessado em conhecer a história de uma mulher que desafiou as normas de sua época e deixou um legado significativo na luta por igualdade e educação.

*Silvia de Ross*  
Julho de 2024



## INTRODUÇÃO

Este trabalho é dedicado à análise da trajetória e do pensamento de Mariana Coelho (1857–1954). Portuguesa de nascimento, chegou ao Paraná em 1893 e se firmou como intelectual, feminista e educadora, ao trazer sua experiência cultural para Curitiba, onde manteve-se atuante e engajada até os anos de 1940, período no qual, além de colaborar em diversos periódicos da capital, produziu e publicou seis livros.<sup>1</sup>

O momento que marcou sua chegada a Curitiba caracterizava-se pela intensificação da vida intelectual e por tensões entre projetos que estavam em disputa no cenário público. Nessa época Curitiba vivia o apogeu do ciclo da erva-mate, que embora tenha sido uma atividade econômica apenas regional, propiciou o suporte financeiro necessário para que a vida cultural florescesse na capital (Bega, 2001, p. 112).

A pequena e acanhada Curitiba da virada do século XIX para o século XX sentiu gradativamente os efeitos das alterações ocorridas na sociedade brasileira desse período, com a mudança de regime político, a chegada de imigrantes de várias nacionalidades e a crescente urbanização. A capital do Paraná, província recém-emancipada, olhava para os grandes modelos de modernização e civilização brasileiros e estrangeiros e buscava adequar-se a eles, passando assim por uma experiência que, progressivamente, mudava sua aparência.

<sup>1</sup> Os livros publicados por Mariana Coelho foram: O Paraná Mental (1908); Evolução do Feminismo: Subsídios para sua história (1932); Cambiantes (1940); Um brado de revolta contra morte violenta (1934); Linguagem (1937); Palestras Educativas (1956).

Essa experiência se evidenciou por imagens contrastantes da cidade. Por um lado, os intelectuais paranaenses empenhavam-se em divulgar uma Curitiba em processo de urbanização, que perdia, pouco a pouco, os hábitos e aspectos provincianos e ganhava ares de suntuosidade. O ambiente era de urbanidade, a cidade crescia e ganhava grandes avenidas e bulevares, praças, bondes e iluminação elétrica (Pombo, 1980, p. 142). Por outro lado, a imprensa da época mostrava a cidade convivendo com ruelas lamacentas, falta de água e iluminação pública, bem como com a ausência de instituições de ensino.

Um cronista da época reclamava:

Olhai para a cidade. Um abandono por toda parte. Inúmeras são as ruas que ainda permanecem sem nivelamento. A Praça Tiradentes continua cheia de altos e baixos, e nas ocasiões de chuva torna-se verdadeiramente impossível o trânsito por esse largo. Como causa tristeza, e ao mesmo tempo indignação, ver de um lado a suntuosa catedral e de outro o faustoso edifício dos Hauers ambos margeados por um mar de lama (Erasto, 1901, p. 1).

O panorama estava marcado por uma atmosfera que prometia agitação, crescimento, expansão, transformação e autotransformação das coisas ao redor, mas, como as palavras do cronista deixam transparecer, modernização e precariedade caminhavam lado a lado. As inovações tecnológicas determinavam novas formas de comportamento e sensibilidade daqueles que participavam deste tempo, mas as promessas de mudanças vinham acompanhadas por ameaças de destruição das certezas, de ambiguidades e contradições que essas transformações provocavam. A esse cenário de experiências, de tempo, espaço, de si mesmo e de outros, de possibilidades e perigos de vida, Berman chamou de *Modernidade*. Para esse autor, ser moderno significava movimentar-se, ao mesmo tempo, pelo desejo de mudança e pelo terror da desorientação e da desintegração, pela vida que se desfazia em pedaços (Berman, 2007, p. 21).

A população de Curitiba vivia nesse período uma intensificação das relações sociais e das trocas culturais, tanto pelo aumento de transeuntes que na época se aglomeravam nos espaços públicos, como pela ampliação e maior circulação da imprensa local, regional e nacional.

Assim como o comportamento da população se modificava adaptando-se ou opondo-se ao progresso, também os conflitos intelectuais impulsionados pela

recém-inaugurada República brasileira provocavam na intelectualidade paranaense o desejo de participar do debate público acerca dos destinos da nação.

A atmosfera intelectual paranaense da virada de século XIX e dos primeiros anos do século XX esteve permeada por diversas tendências de pensamento que tentavam tornar-se hegemônicas na cena pública. De acordo com Balhana, que analisou o ambiente intelectual de Curitiba nos primeiros anos do século XX, o debate público desse período foi fortemente marcado pelo caráter ideológico-religioso que dominou o panorama cultural da capital. O advento da República, que promoveu entre outras coisas a separação entre Igreja e Estado no final do século XIX, simbolizou para a elite cultural de Curitiba a oportunidade de transgredir a tradição de pensamento e de comportamento (1981, p. 11).

A igreja católica, por sua vez, tentava reconquistar o espaço perdido com a consolidação de uma República laica, que ampliava as possibilidades de outras manifestações de fé e de sagrado. A reação da Igreja acontecia em âmbito mundial, com a expansão da romanização, que criava e ampliava instituições como escolas e seminários confessionais e organizava novas Dioceses, novas congregações e ordens religiosas.

Nessa conjuntura, uma parcela significativa da elite curitibana já aludida mantinha uma conduta que se contrapunha de forma frontal e radical à postura filosófica da igreja católica, merecendo por isso a alcunha de *anticlerical*. Ainda que seus membros partilhassem um *anticatolicismo*, por assim dizer, não é possível afirmar que o grupo Anticlerical tivesse tendências homogêneas. Dele participaram espíritas, maçons, esotéricos, protestantes etc., que, muitas vezes, tinham em comum apenas o desejo de formar um exército contra a igreja católica.

Nesse cenário, algumas reivindicações tornaram-se comuns entre os intelectuais livres-pensadores. Converter Curitiba em uma sociedade moderna, calcada nos pilares do progresso e da civilidade, era uma delas.

Nos anos que se seguiram à Proclamação da República houve um desencanto com os rumos tomados pela sonhada República brasileira, que parecia não dar conta dos problemas sociais e políticos vividos no período, o que tendeu a acirrar os ânimos e os discursos dos intelectuais da época. Um país frágil do ponto de vista econômico, sem as condições mínimas de bem-estar para a maioria da população, que padecia na privação, miséria e marginalização, sem perspectiva de futuro. Que direção tomaria o país em um panorama tão difícil? Como consolidar o modelo ideal de República tão desejado e discutido por seus intelectuais?

Nas primeiras décadas do século XX, a presença dos intelectuais na cena pública foi intensificada e vinha acompanhada por reivindicações em favor da modernização em todas as esferas da sociedade. A necessidade da afirmação de valores e instituições republicanos, a causa da educação para elevação cultural e material da população e a formação das elites dirigentes foram temas que marcaram profundamente o debate público e estiveram presentes em diferentes correntes e tendências culturais que produziram a atmosfera intelectual brasileira desse contexto. A causa da educação foi assumida pelos intelectuais do período como um recurso discursivo e uma estratégia política. A educação era vista como uma missão, meio pelo qual se esperava operar a conformação da nação (Carvalho, 1989, p. 61).

A questão da escolarização da população tornou-se central no discurso dessa elite letrada e a escola foi considerada instância privilegiada para controlar e moldar os cidadãos brasileiros. É possível afirmar ainda que a população mais pobre – até então alijada do processo de escolarização – também vislumbrava no processo de expansão das escolas uma oportunidade de ascensão social das futuras gerações. A intelectualidade do período, por sua vez, considerava a educação como expressão do desenvolvimento nacional, por isso “formação da nacionalidade, industrialização e modernidade foram empreendimentos considerados impensáveis sem o enfrentamento da questão educacional” (Vieira, 2007, p. 17).

De acordo com a perspectiva dessas elites cultas a educação era o meio essencial para formação da identidade do povo e da nação, bem como condição indispensável para tirar o país do atraso em que se encontrava e inseri-lo em um contexto de progresso e civilidade, como mostram os argumentos de uma autoridade de ensino da época:

É um fato incontestável que a grandeza e prosperidade das nações estão na razão direta do grau de instrução e civilização que as acompanha e, se outros elementos concorrerem para esse almejado fim, será sempre o princípio básico de qualquer organização social a cultura intelectual, que o homem, desde os verdes anos, vai adquirindo pouco a pouco nos centros educativos, que têm seu início na escola primária. Assim a escola representa a célula *mater*, de onde se originam os princípios vivificadores das sociedades, o centro luminoso que irradia os fecundos raios da civilização contemporânea, consoante o progresso das ideias democráticas, cujo primordial objetivo é habilitar os povos a se

comunicarem pela leitura e correspondência, destruindo a desigualdade muitas vezes observada nos indivíduos, que vivem em ignorância e, portanto, afastados do exercício de seus direitos e deveres cívicos (Lins, 1907, p. 58).

A imprensa, nesse contexto, passou a ter um papel cada vez mais importante: na publicação e circulação dos discursos produzidos por esses protagonistas e na produção literária que nesse período aumentou significativamente, passando a contar no início do século XX com cerca de cinquenta periódicos de temáticas e enfoques diversificados, número que segundo Cordioli foi superior aos períodos anteriores e posteriores a esta data (1988, p. 5). Mesmo tendo em conta o crescimento da população curitibana, que passou de 126.722 habitantes em 1872, para 327.136 habitantes em 1900, o número de leitores potenciais ainda era restrito, visto que a taxa de analfabetismo chegava a 65%.

Contudo, não obstante o crescimento editorial experimentado por Curitiba, ainda eram poucas as mulheres que, nesse período, escreviam. Mesmo que Mariana Coelho não fosse exceção, visto que a historiografia mostra outras mulheres que escreveram e atuaram no espaço público nessa mesma época, também não poderia ser considerada como regra.<sup>2</sup> Em geral as mulheres que escreveram nesse contexto valiam-se da pena para exteriorizar sentimentos e falar sobre as próprias experiências com o amor – nas poesias que com frequência circulavam nos periódicos dedicados à literatura – nos textos epistolares, nos diários íntimos e na autobiografia. Para Perrot, (2007), é pelo caráter privado desses gêneros textuais que eles se tornaram mais adequados às mulheres (p. 28). A escrita literária e a escrita ensaística, entretanto, ainda eram pouco visitadas por essas agentes sociais, pois, conforme sublinha Telles (2006), “a conquista do território da escrita, da carreira de letras, foi longa e difícil para as mulheres no Brasil” (p. 409).

Em *Paraná Mental*, primeira obra de Mariana Coelho, datada de 1908, na qual ela destacava os intelectuais paranaenses do início do século, apenas uma mulher mereceu seu reconhecimento, Júlia da Costa, considerada a primeira literata paranaense.<sup>3</sup> O controle do acesso à palavra por meio da

<sup>2</sup> Sobre mulheres escritoras no mesmo período, ver Coelho, Nelly Novaes Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711–2001) e Eleutério, Maria de Lourdes. Vidas de Romance. As mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (1890–1930).

<sup>3</sup> Júlia da Costa nasceu em Paranaguá e viveu em Santa Catarina junto com o marido boa parte da vida. É descrita como uma poetisa romântica e pessimista. Foi colaboradora em diversos periódicos de Curitiba, Paranaguá e Porto União (Nicolas, 1977; Coelho, 1908).

educação das mulheres pode explicar, em parte, o processo de fechamento da escrita para elas. Segundo Eleutério,

[...] escrever constitui[a]-se numa espécie de ensaio de identidade e autonomia. Ao produzir um texto, a mulher de então não est[ava] interessada apenas em expressar um saber ou em dar expansão aos seus anseios, mas sim de dar conta e de propor uma reflexão de si mesma e da sociedade que até então só se reconhecia através do foco da interpretação masculina (Eleutério, 2005, p. 19).

No que tange à categoria designada pelo termo *intelectual* usada neste estudo, estão sendo consideradas duas perspectivas. De acordo com a primeira, adota-se como premissa metodológica neste trabalho parte da contribuição de Vieira, que destacou quatro características como sendo comuns aos intelectuais das primeiras décadas do século XX, entre os quais inclui-se aqui Mariana Coelho. Nos diferentes projetos formativos em disputa nesse período, Vieira enfatizou que esses agentes sociais se destacaram por:

1) sentimento de pertencimento ao estrato social que, ao longo dos séculos dezenove e vinte, produziu a identidade social do intelectual; 2) engajamento político propiciado pelo sentimento de missão ou de dever social; 3) elaboração e veiculação do discurso que estabelece a relação entre educação e modernidade; 4) assunção da centralidade do Estado como agente moderno de reforma social (Vieira, 2010, p. 3-4).

A segunda perspectiva sob a qual se emprega aqui a categoria designada pelo termo *intelectual* inspira-se na concepção de P. Bourdieu (1990, p. 179), considerando Mariana Coelho uma intelectual, intérprete de seu tempo, capaz de nominar e categorizar experiências que traduziam seu contexto, pois viveu em um momento marcado pelas transformações que aconteciam com o nascimento e o desenvolvimento da urbe curitibana e com o crescimento, sem precedentes, das ciências e da tecnologia que aconteciam em âmbito mundial. Experimentou, portanto, transformações que modificaram profundamente os modos de vida e as práticas sociais da época, deixando registrados por meio da linguagem vestígios das mudanças que acompanhou.



O investimento em uma análise de sua trajetória do ponto de vista da história da educação justifica-se pela singularidade de sua participação na esfera pública, no campo cultural, bem como no âmbito educacional. Em um contexto no qual a visibilidade das mulheres nesses espaços ainda era restrita, Mariana Coelho encontrou brechas para uma intensa participação na vida pública e cultural da capital paranaense.

Nesse sentido, com a presente obra, buscou-se compreender como Mariana Coelho usou seus capitais sociais e culturais para inserir-se e legitimar-se no embrionário campo cultural curitibano. A partir dos muitos lugares sociais ocupados por essa mulher e das relações sociais que manteve com seus pares, pode-se vislumbrar seus acordos e desacordos, as tensões que envolveram suas decisões e opiniões, bem como compreender suas crenças e visões de mundo.

Por meio de sua trajetória educacional procurou-se também vislumbrar os projetos educacionais em que ela esteve engajada, refletindo em que medida sua maneira de pensar a educação expressava elementos comuns ao seu contexto e o que revelava de singular. Com isso espera-se contribuir para uma interpretação do cenário intelectual e educacional de Curitiba durante um período que se estendeu de 1893, ano de chegada de Mariana Coelho à capital paranaense e início de sua participação na vida pública, até 1940, ano em que deixou de atuar regular e intensamente na cena pública.

No que se refere a sua trajetória, destaca-se a importância que teve para Mariana Coelho seu pertencimento à elite letrada da época, o que lhe permitiu acesso à cultura erudita. Embora ela não tenha tido certificação escolar, visto que a documentação encontrada não revela sua formação inicial e seu atestado de óbito mencione “Do Lar” como profissão, é pertinente suspeitar que ela tenha encontrado outros meios para acumular capitais culturais e sociais que lhe permitiram atuar na cena pública.<sup>4</sup> A presença de

<sup>4</sup> A analogia que Bourdieu tece com o aspecto econômico quando emprega o termo “*capital*”, pode ser explicada pelas concepções econômicas associadas a esse termo: em economia, o capital se acumula por meio do investimento, pode ser transmitido por herança, permite que sejam extraídos lucros segundo a oportunidade que o seu detentor tiver para operar as aplicações mais rentáveis. Bourdieu sublinha que essas características presentes também em outros âmbitos, autorizam que se estenda também a esses âmbitos o uso desse conceito. Segundo Bourdieu, seria possível distinguir quatro domínios nos quais seria legítimo aplicar o termo “*capital*”, o que permitiria distinguir quatro tipos de capital. O primeiro seria o capital econômico, que é representado pelo conjunto de bens econômicos, tais como renda, patrimônio, etc. O segundo tipo de capital seria o cultural, definido por Bourdieu como o conjunto de qualificações intelectuais, que pode ser transmitido pela família ou pelo sistema escolar. De acordo com ele, o capital cultural pode existir em três formas: em estado incorporado, quando torna-se uma disposição duradoura do corpo; em estado objetivo, enquanto bem cultural; e em estado institucionalizado ou seja, sancionado por instituições (certificação, ou título acadêmico, por exemplo). O terceiro tipo seria o capital social, correspondente ao conjunto de relações sociais mais ou menos institucionalizado de interconhecimento

seu irmão, Carlos Alberto Teixeira Coelho na trajetória de Mariana Coelho, a sua participação em instâncias culturais regionais, nacionais e internacionais, bem como uma tendência ao autodidatismo, foram considerados neste trabalho como aspectos fundamentais que contribuíram para sua entrada e permanência no mundo letrado. Carlos Alberto Teixeira Coelho (1866-1926) era o irmão mais velho de Mariana Coelho e fixou residência em Ponta Grossa no ano de 1892. Teve sua formação inicial na Universidade de Coimbra no curso que formava Boticários e atuou, na época em que chegou ao Paraná, como farmacêutico oficial da cidade de Ponta Grossa. Pertenceu à Liga Anticlerical e à Loja Maçônica Amor e Caridade nesta mesma cidade, tendo também sido editor e proprietário de vários periódicos alinhados aos ideais do livre-pensamento, do anticlericalismo e do anarquismo.

O vínculo com o irmão, por exemplo, foi um fator decisivo para seu rápido ingresso, socialização e mesmo aceitação em meio à comunidade literária curitibana. O fato de ser irmã de Teixeira Coelho não garantiu a Mariana Coelho acesso automático ao mundo letrado, mas é possível afirmar que ela soube utilizar as oportunidades e experiências que essa fraternidade podia lhe proporcionar. Escrever nos periódicos do irmão ou mesmo relacionar-se com a maçonaria – reduto de vários intelectuais livres-pensadores – foram iniciativas que lhe renderam, ao menos em parte, a legitimação de sua escrita. O irmão manteve-se sempre atuante no campo cultural e em constante contato com os intelectuais livres-pensadores paranaenses, o que permitiu que Mariana Coelho também pudesse desfrutar da amizade desses mesmos intelectuais. Contar com uma rede sólida de relações era um fator decisivo para qualquer indivíduo inserido na comunidade literária de então, e não apenas para uma mulher, o que permite considerá-la mais como pertencente ao grupo de intelectuais livres-pensadores curitibanos, do que como alguém excepcional ou favorecido por sua condição social. Essa perspectiva é roborada por Sirinelli, que sublinha que:

No meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo;

---

e inter-reconhecimento de que dispõe um grupo ou indivíduo. Por fim, o quarto seria o capital simbólico, consistente em um indício de prestígio, apto a conferir crédito e autoridade ao agente que o possui, sendo acumulado por meio de um conjunto de rituais ligados à honra e ao reconhecimento. Bourdieu assinala, contudo, que não é suficiente possuir ou acumular qualquer tipo de capital, pois isso não garante ao agente distinção social ou legitimação. De acordo com ele, seria a trajetória do agente e seu movimento nos diferentes campos e nas relações que aí estabelece o que definirá o sucesso ou fracasso de seus investimentos.

quer haja um fenômeno de intermediação ou, o contrário, ocorra uma ruptura e uma tentativa de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é, portanto, elemento de referência explícita ou implícita. Além disso, e exatamente por esta razão, o esclarecimento dos efeitos da idade e dos fenômenos de geração no meio intelectual vai além do procedimento apenas descritivo ou taxionômico; reveste-se, em determinados casos, das virtudes explicativas, pois esses efeitos dos fenômenos não são inertes: são às vezes engrenagens determinantes do funcionamento desse meio (Sirinelli, 1996, p. 255).

Na mesma direção, Bourdieu afirma (1990) que embora os intelectuais possam muitas vezes divergir acerca de como determinadas questões devam ser tratadas, existe um acordo em relação a quais delas devam ser discutidas. É por meio das chamadas *problemáticas obrigatórias* que um pensador reflete que ele passa a pertencer à sua época, possibilitando ao historiador situá-lo e datá-lo (p. 207). Em relação a questão geracional, de acordo com Vieira (2010), a mesma não deve ser compreendida apenas do ponto de vista do tempo cronológico, e sim como um conceito que favorece a perspectiva do “[...] encontro de horizontes, a comunhão nas formas de pensar e de agir” (p. 3). Dessa forma, é possível pensar que intelectuais que viveram e atuaram em contextos temporais distintos, podem compartilhar de formas de pensar e agir geracionalmente.

Temas como feminismo, profissionalização da mulher, laicização do ensino, anticlericalismo, cientificismo, eugenia, entre outros, foram abordados por Mariana Coelho em suas produções. Embora essa pluralidade de temas possa dar a impressão de uma miscelânea de ideias, na verdade, foram resultantes de sua ação pedagógica e de sua identidade com os intelectuais de seu tempo.

As obras de Mariana Coelho foram analisadas em trabalhos recentes que tiveram como objetivo recuperar alguns aspectos da trajetória da autora. Em tese de doutoramento, Kamita (2005) analisou uma parte significativa dos escritos de Mariana Coelho centrando-se na questão do feminismo. A tese foi importante, pois trouxe a público documentos de autoria de Mariana Coelho que ainda não haviam sido explorados do ponto de vista acadêmico.

Na tese, Kamita atribui a Mariana Coelho o papel de pioneira feminista. Em seu texto, além de dedicar-se à análise das obras de Mariana Coelho, faz um histórico do feminismo em âmbito mundial e brasileiro e resgata reivindicações de outras mulheres pertencentes ao contexto do entresséculos

que divulgaram ideias feministas como: Nísia Floresta, Leonilda Daltro, Bertha Lutz, Joana Paula Manso de Noronha e Francisca Senhorinha da Motta Diniz.

Por fim, destaca o contexto de Curitiba no final do século XIX e primeiros anos do século XX – período de produção intelectual de Mariana Coelho – voltando-se principalmente para a condição da mulher nesse período. Destaca também outras mulheres escritoras que atuaram no Paraná na virada do século, tais como Escolástica de Moraes Vellozo, Maria Cândida de Jesus Camargo, Júlia Maria da Costa e Rosy Pinheiro Lima. A autora ressalta que as obras produzidas por essas mulheres se distanciavam da proposta de escrita de Mariana Coelho, visto que se dedicavam, em sua maioria, a poesia romântica.

Em trabalho monográfico não publicado na área de história, Silvestrin (2000) investiu na análise da figura do intelectual na perspectiva de Mariana Coelho. Na pesquisa, a autora faz uma revisão do papel do literato no início do século XX a partir da obra *O Paraná Mental* (1908). Em sua análise destaca principalmente a seleção e a classificação que Mariana Coelho empregou ao arrolar três gerações de intelectuais paranaenses e destaca a importância da obra para a autorrepresentação da elite cultural curitibana.

Seixas (2007), também em trabalho monográfico, estudou a questão do feminismo, situando o pensamento da autora em questão, relacionando-o a um grupo mais amplo de mulheres do contexto, centrando-se na análise da obra *A Evolução do Feminismo: Subsídios para sua história* (1933). No que tange à monografia citada, o espaço ocupado pelas análises da obra de Mariana Coelho é relativamente pequeno, pois a autora teve como preocupação central o resgate da história do feminismo.

Essas pesquisas foram decisivas na medida em que, resgatando a vida e a obra de Mariana Coelho, trouxeram à luz aspectos fulcrais de seu pensamento. É claro, por outro lado, que a pesquisa já disponível sobre essa intelectual está longe esgotar a riqueza de sua trajetória, e que a problematização das suas obras, dentro de um quadro mais amplo, que busque incluir a temática da educação, tão cara aos intelectuais do período estudado, oferece uma contribuição relevante para história intelectual e, mais particularmente, para a História do Paraná.

Compõem o corpus documental principal deste trabalho as obras escritas e publicadas por Mariana Coelho entre 1908 e 1940.<sup>5</sup> São elas: *O Paraná Mental* (1908), *Evolução do Feminismo: subsídios para sua história* (1933),

<sup>5</sup> As fontes foram revisadas e refinadas para a linguagem contemporânea, garantindo que o significado do conteúdo original fosse preservado.

*Um brado de revolta contra a morte violenta* (1935), *Linguagem* (1937), *Cambiantes* (1940) e *Palestras Educativas* (obra póstuma, 1954).

*O Paraná Mental* (1908) é uma obra de crítica literária. Encomendado para as comemorações do centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas, o livro apresenta três gerações de intelectuais paranaenses. Dividido em quatro capítulos, destaca a vida cultural paranaense desde sua emancipação política, contemplando os escolhidos de Mariana Coelho na literatura – poetas, prosadores e jornalistas –, no teatro e nas Belas Artes, sendo que um capítulo foi dedicado à Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná. Por ser um livro encomendado, é plausível suspeitar que tenha motivado muitas negociações visando decidir que intelectuais nele figurariam, que proporção da obra e que adjetivos seriam reservados a cada um. Essa obra foi prefaciada por Rocha Pombo, intelectual que na época gozava de reconhecimento nacional no campo cultural<sup>6</sup>, e foi publicada pela Tipografia Econômica de Curitiba. Foi premiado com medalha de prata pelo Júri do Distrito Federal, na Exposição Nacional do Centenário da abertura dos portos às nações amigas, no Rio de Janeiro no ano de sua primeira publicação.

No prefácio ao livro *Palestras Educativas* (1956) Leonor Castellano<sup>7</sup> afirmou que o livro recebeu muitas críticas. Algumas das críticas citadas por Castellano foram encontradas no jornal *A República* de 1908. O crítico – que não assinou as notas e que afirmava ter recebido um exemplar do livro na redação do jornal – em sua apreciação mencionava que o livro de Mariana Coelho errava ao criticar os intelectuais simbolistas, cuja escola, em sua opinião, estava em plena ascensão na capital paranaense. Considerava também que a autora teria deixado fora da obra alguns intelectuais paranaenses importantes. Nos números posteriores do mesmo jornal, Mariana Coelho escreveu várias réplicas em que se defendia das críticas recebidas. Nesse mesmo ano seu irmão Carlos Alberto Teixeira Coelho escreveu e publicou o livro *A Crítica paranaense ao Paraná Mental*. Embora não tenha sido possível conhecer o conteúdo da obra, a data da publicação e o título

<sup>6</sup> Intelectual nascido em 1857, José Francisco da Rocha Pombo foi mestre-escola em Morretes-Paraná. Em 1880 mudou-se para Curitiba e foi atuante jornalista neste período. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 1897, onde foi professor e jornalista. Foi presença constante na apreciação das obras de Mariana Coelho, algumas vezes se dirigindo diretamente a ela por meio de cartas, outras, tecendo comentários em periódicos acerca de suas obras.

<sup>7</sup> Leonor Castellano nasceu em Curitiba em 1899, foi romancista, cronista e conferencista. Atuou como Presidente do Centro Paranaense Feminino de Cultura e também do Centro de Letras do Paraná (1949–1952). Participou ainda da Academia de Letras do Paraná e do Centro Cultural Euclides da Cunha em Ponta Grossa. Leonor, conforme relata no prefácio ao livro *Palestras Educativas* foi aluna e amiga pessoal de Mariana Coelho e ficou responsável pela publicação póstuma deste mesmo livro.

da mesma sugerem tratar-se de uma publicação que tencionava defender Mariana Coelho dos ataques recebidos.

*Evolução do Feminismo: subsídios para sua história* (1933) é a obra de maior fôlego de Mariana Coelho. De acordo com um registro da própria autora, o livro demorou cerca de vinte anos para ficar pronto. Com mais de 600 páginas em sua primeira publicação, é uma fonte importante para a análise do contexto do nascimento do feminismo no início do século XX, oferecendo também um panorama notável da visão de mundo e das crenças de Mariana Coelho. O livro foi prefaciado por Rocha Pombo e Dario Vellozo<sup>8</sup> e foi publicado pela editora Imprensa Moderna do Rio de Janeiro. Como *O Paraná Mental*, foi reeditado em 2002 com ortografia atualizada. Segundo relato de Mariana Coelho documentado na obra, o livro havia sido concluído em 1926, entretanto, ao viajar para o Rio de Janeiro levando os originais para publicação, a autora teve um capítulo roubado e voltou a trabalhar no mesmo só finalizando o trabalho em 1933, ano da publicação. No ano seguinte, o livro recebeu várias críticas positivas de jornais e revistas nacionais e internacionais.

*Um brado de revolta contra a morte violenta* (1935) é o registro de uma palestra que Mariana Coelho realizou em 1934 no Centro de Cultura Feminina – instituição que ajudou a fundar e da qual foi diretora por dois anos. Na palestra, que tinha por tema as consequências negativas da Primeira Guerra Mundial, Mariana Coelho declarava-se pacifista e alertava para a possibilidade de um novo conflito, a Segunda Guerra Mundial, bem como a importância da preservação da paz para manutenção da vida humana.

*Linguagem* (1937) veicula uma tese apresentada por Mariana Coelho no Congresso das Academias de Letras e Sociedades de Cultura Literária do Brasil, realizada no Rio de Janeiro, em maio de 1936. Nessa obra, que foi transformada em livro e editada posteriormente pela gráfica Cruzada de Curitiba, a autora defende a unificação da ortografia brasileira e portuguesa.

Essas duas últimas obras são mais curtas e, embora tenham assegurada sua importância em virtude do ambiente em que foram proferidas, mostraram-se empreendimentos de menor envergadura do que, por exemplo, *Paraná Mental* (1908) ou *Evolução do feminismo: subsídios para sua história* (1933).

<sup>8</sup> Nascido em 1869 na cidade do Rio de Janeiro Dario Vellozo mudou-se para Curitiba. Foi professor atuando como lente de História Universal e do Brasil, além de lecionar outras disciplinas como Literatura e Língua Portuguesa, no Ginásio Paranaense e na Escola Normal. Publicou diversas obras de cunho pedagógico e de História, além de ter intensa participação no cenário intelectual paranaense da época. Fundou em Curitiba, o Instituto Neopitagórico, participando também da fundação de diversos periódicos que serviram à difusão de suas ideias. Neles é possível encontrar diversos textos de autoria de Mariana Coelho, a maioria de cunho literário. Faleceu em Curitiba em 1937 (Marach, 2007).

*Cambiantes* (1940) é um livro que reúne os primeiros contos e poesias escritos por Mariana Coelho. Seus textos são curtos e repletos de lições moralizantes, destacando-se o anticlericalismo como o tema mais recorrente. Publicado em 1940, o texto original foi enviado para Dario Vellozo, que prefaciou a obra em 1934, que faleceu pouco depois, sequer chegando a o livro publicado. *Cambiantes* foi editado pela gráfica “Revista dos Tribunais” de São Paulo e recebeu ilustrações do artista Guido Viaro.<sup>9</sup>

*Palestras Educativas* (1956) é uma obra póstuma e reúne as palestras proferidas por Mariana Coelho em datas comemorativas na Escola Profissional Feminina durante o final da década de 1930 e que foram anteriormente publicadas no periódico escolar *A Primavera*. A obra foi prefaciada por Leonor Castellano e publicada pelo Centro de Letras do Paraná.

Em relação a esse material pode-se afirmar que, por se tratar de obras redigidas em diferentes períodos da trajetória de vida de Mariana Coelho, com diferentes propósitos e temáticas variadas, oferecem um panorama amplo da visão de mundo, das crenças, mudanças e revisões que cercaram a produção escrita de Mariana Coelho. Paralelamente, essas fontes nos fornecem pistas da atuação da escritora no âmbito educacional e cultural.

Além de sua intensa participação na esfera pública como literata, Mariana Coelho atuou como proprietária, professora e diretora de escolas em Curitiba. Em relação a sua atuação em instituições escolares, no ano de 1902, ela fundou o Colégio Santos Dumont. Na escola, Mariana Coelho oferecia inicialmente “[...] o ensino primário para ambos os sexos, e secundário de prendas domésticas e música aos alunos do sexo feminino” (Coelho, 1902, p. 1).

Em 1918 passou a atuar como secretária e professora de datilografia na Escola Profissional Feminina, instituição da qual foi diretora a partir de 1926, depois de um desentendimento com a antiga diretora Maria de Lima. Permaneceu na instituição até 1940.

Visando investigar sua atuação no âmbito educativo, foram analisados no presente trabalho artigos, notas e discursos de autoria de Mariana Coelho que abordaram a temática e que foram publicados em periódicos de Curitiba no período entre o final do século XIX e a década de 1940.

Entre as fontes jornalísticas, também foram analisados artigos que Mariana Coelho escreveu sobre o feminismo em 1901 no periódico *Diário da*

<sup>9</sup> Guido Viaro nasceu em 1897 em Badia Polesine, Vêneto, Itália. Chegou ao Brasil em 1927 e em Curitiba no ano de 1930. Ao chegar ao Brasil trabalhou em São Paulo como ilustrador e caricaturista em jornais da cidade, onde faleceu em 1971. De acordo com Osinski (2005) foi considerado por muitos como responsável pela introdução na modernidade das artes plásticas. Foi um artista bastante produtivo e ficou conhecido no contexto cultural por meio de suas obras gráficas e pictóricas (p. 2).

*Tarde* e que renderam uma discussão polêmica e acalorada com intelectuais locais, episódio que será tratado no segundo capítulo do presente trabalho.

As fontes jornalísticas, dentro da perspectiva adotada por esse trabalho, são observadas enquanto registros que, como destaca Nóvoa (2002), pelas [...] características próprias da imprensa (a proximidade em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) [...] lhe conferem este estatuto único e insubstituível como fonte para o estudo histórico e sociológico da educação e da pedagogia (Nóvoa, 2002, p. 131).

Também fazem parte da documentação consultada os ofícios da década de 1930 referentes à correspondência da Escola Profissional Feminina, onde Mariana Coelho atuou como professora e diretora. Esses documentos nos permitem vislumbrar de forma mais clara a experiência da intelectual em uma instituição educativa voltada à profissionalização de mulheres.<sup>10</sup>

Além das fontes de autoria de Mariana Coelho, foram incluídas neste trabalho uma parte da documentação referente à administração estatal, especialmente aquelas relativas à esfera educacional, cujo uso possibilitou compreender algumas ações do Estado nesse âmbito.

No primeiro capítulo deste trabalho, *A construção de uma trajetória intelectual no além-mar*, serão delineados alguns aspectos da trajetória de Mariana Coelho com o intuito de compreender suas múltiplas pertencas. Serão objeto de análise suas experiências familiares, profissionais e de associação, bem como sua formação cultural e os condicionamentos sociais a que esteve submetida.

O segundo capítulo, *Trajетórias entrecruzadas: Mariana Coelho e os intelectuais paranaenses*, será dedicado aos lugares institucionais ocupados por Mariana Coelho. Nesse capítulo serão investigadas as formações de suas redes de sociabilidade que viabilizaram sua produção escrita e publicação. Serão também examinados os processos de lutas, conflitos, desacordos e tensões entre ela e seus pares e desafios que tiveram por palco essas redes de sociabilidade.

<sup>10</sup> Em 1886 foi criada por Mariano de Lima a *Escola de Belas Artes e Indústrias*. Em 1902, em meio a uma crise, seu proprietário deixou Curitiba e pediu exoneração de suas atividades na escola. Neste mesmo ano a escola passou por uma reformulação em sua orientação pedagógica, dando maior ênfase à profissionalização das mulheres. Sua direção passou para Maria de Aguiar de Lima, esposa de Mariano de Lima. Em 1917 a escola, que já funcionava em um prédio do governo do Estado e recebia subvenção, tornou-se estatal, denominando-se *Escola Profissional Feminina*. Em 1932, em meio a uma crise financeira, a instituição passou a se chamar *Escola Profissional República Argentina*. A escola passou por uma nova reformulação e teve seu nome alterado para *Centro de Artes Guido Viaro*, sob o qual funcionou até 1992 (Santana, 2004).



O terceiro capítulo, *Experiências Educacionais*, é reservado à análise de duas experiências singulares de Mariana Coelho no âmbito educacional: o Colégio Santos Dumont (1902–1917), instituição privada de propriedade da intelectual, onde atuou como professora e diretora e a Escola Profissional Feminina (1918–1940), instituição pública na qual atuou como professora e diretora.



## A CONSTRUÇÃO DE UMA TRAJETÓRIA INTELECTUAL NA CAPITAL PARANAENSE

### 1.1 MEMÓRIAS LUSITANAS

Para além de meras informações biográficas, a presente análise da trajetória intelectual de Mariana Coelho tem por objetivo ampliar a compreensão de seu ingresso no mundo das letras e sua atuação no âmbito da educação. A esse respeito, é importante lembrar que o momento histórico em que Mariana Coelho viveu foi propício para sua participação na cena intelectual curitibana. Como já mencionado anteriormente, Curitiba vivia, em sintonia com o próprio país, um momento de efervescência cultural. Do ponto de vista estrutural, o Brasil era cenário de um processo de profissionalização da mulher, fomentado pela crescente urbanização. Esse processo foi acompanhado com interesse pelo nascente movimento feminista, do qual Marina Coelho (figura 1) fez parte.

**FIGURA 1:** Imagem fotográfica de Mariana Coelho datada de 1935

Fonte: Acervo do Governo.

Uma fatia significativa da intelectualidade brasileira da virada do século XIX, e dos primeiros anos do século XX, via na ciência o instrumento de civilização e progresso da nação. A educação, neste contexto, teve um papel preponderante, e constituiu o tema eleito por esses intelectuais para os debates públicos, tema que se prestava a ser abordado sob várias perspectivas. Dentre elas merecem destaque a aplicação social da ciência e a ampliação e difusão do conhecimento sistematizado a toda população, por meio de reformas no sistema de ensino nas quais se incluía a modernização dos métodos de ensino, a formação do magistério, a arquitetura escolar e a higiene. Dessa forma, o tema da educação foi assumido pelos intelectuais do período como o expediente por meio do qual seria possível salvar uma nação do analfabetismo e das enfermidades.

Vários grupos intelectuais buscavam legitimidade para interferir nas políticas públicas do país, construindo e consolidando um espaço social de atuação intelectual. Essa busca ampliou as possibilidades de acesso de novos agentes sociais no cenário público, inclusive de mulheres. Estas

passavam a ter um maior acesso à educação e à profissionalização, acesso que era favorecido sobretudo nas áreas que guardavam afinidade com as atividades então consideradas precipuamente femininas, como é o caso da educação infantil.

Conforme sublinha Kappe partilhada quanto à naturalidade da atribuição desse papel social às mulheres. O outro seria tomar essa pretensa naturalidade como uma estratégia de aceitação social.<sup>11</sup>

Mariana Coelho nasceu em Portugal, Vila Sabrosa, distrito de Vila Real, provavelmente no dia 10 de setembro do ano de 1857 – os verbetes e trabalhos escritos sobre ela não são precisos quanto a sua data de nascimento. Kamita (2005), procura demonstrar que as divergências entre as fontes no que tange à data de nascimento da intelectual têm por raiz a discrepância entre as informações relativas à idade com que ela teria falecido. Segundo os documentos oficiais, tais como a certidão de óbito, dicionários e outras obras biográficas, ela teria falecido aos 74 anos. Já de acordo com os relatos dos que conviveram com ela, Mariana Coelho teria falecido com idade mais avançada.<sup>12</sup>

Embora informações veiculadas por obras biográficas, como “O Dicionário de Mulheres do Brasil” (Shumaker, 2000, p. 418; Oliveira, 1999, p. 267) e o “Dicionário de Mulheres” (Flores, 1999, p. 129), apontem a data de 1874 como o ano de seu nascimento, obras mais recentes, como as de Ribeiro (2015) e Tomé (2020), apresentam como evidência o livro de registro de batismo de Vila Real em Portugal, que estabelece o ano de 1857 como a data correta de nascimento da intelectual.

Há poucas informações sobre a vida de Mariana Coelho no período que antecede sua chegada a Curitiba, no ano de 1892, quando contava vinte anos de idade. Alguns estudiosos sustentam que já em Vila Real ela teria iniciado sua carreira intelectual, publicando artigos em periódicos. Muzart (2003), por exemplo, menciona *O Comercio de Villa Real*, o *Jornal da Manhã* e *A Voz Pública* como veículos das publicações de Mariana Coelho. Não foram

<sup>11</sup> O termo *estratégia* é aqui empregado para designar as articulações entre as escolhas individuais dos agentes sociais e os constrangimentos sociais que condicionam estas escolhas. As escolhas não podem ser vistas como produto de uma ação inconsciente, contudo, tampouco devem ser consideradas produtos de um cálculo consciente e racional. Essa acepção ampara-se, assim, na terminologia cunhada por P. Bourdieu (1990), que reserva o termo ‘*estratégia*’ ao “produto do senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando de atividades sociais [...]” (p. 81).

<sup>12</sup> Outras obras de referência mencionam os anos de 1872, 1873, 1857 e 1858 como as datas prováveis de seu nascimento. No processo de naturalização brasileira de 1934, em guarda no acervo do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, há um Atestado de boa conduta em que o ano de 1879 é apontado como ano de nascimento de Mariana Coelho.

encontrados, contudo, vestígios dessas publicações. O *Commercio de Villa Real* teve como editor responsável José Maria Pires da Silva e circulava nas terças e sextas-feiras na localidade de Vila Real, em Portugal, de 1875 a 1881. O *Jornal da Manhã* circulou na cidade do Porto entre 1872 e 1888 e sua publicação era diária. A *Voz Pública* era um jornal diário da cidade do Porto e circulou entre 1891 e 1909, tendo como editor responsável Diogo Macedo Motta (Rafael e Santos, 2002, p. 180–342). Que os artigos mencionados por Muzart não tenham sido encontrados não desautoriza a informação, visto que os jornais citados tiveram vida efêmera e repercussão apenas local, o que era bastante comum no final do século XIX.

Mariana Coelho pouco relata de sua vida em Portugal. Suas lembranças da terra natal foram comentadas principalmente em forma ficcional, em *Cambiantes* (1940). Trata-se de uma das últimas obras publicadas por ela e reúne contos escritos em várias épocas, desde o final do século XIX até meados da década de 1930. Neste livro Mariana Coelho faz referência a uma Vila Lusitana como, “[...] um arcaico amontoado de capelas e brasões [...]” (p. 19). A pitoresca imagem contrasta melancolicamente com a descrição que faz de sua chegada ao Paraná, da qual revela em ricos detalhes as impressões que teve das expressões de modernidade e progresso encontradas no estado.

À medida que a locomotiva avança, aparece e desaparece por entre os quinze túneis que perfuram com extrema graça estes assombrosos morros e rochedos, desenrola-se sucessivamente, à vista do expectador deslumbrado, o quadro mais variado e surpreendente que se pode imaginar – embelezado ainda pela vista deliciosa de estrepitosas e lindas catadupas despenhando-se em cachões alvíssimos e ruidosos, e dos rios que serpeiam cristalinos ao fundo dessas colossais montanhas! Depois, todo este empolgante conjunto de atrativos desaparece atrás da locomotiva, na aproximação da estação de Piraquara, aonde ela chega, enfim vencedora, vertiginosa e soluçante, num misto de riso e pranto, vomitando uma intensa nuvem que se estende em direção oposta à sua marcha, semelhando uma cabeleira enorme que flutua, com esquisita elegância, impelida pela força da aragem provocada pela velocidade do trem (Coelho, 1908, p. 20).

Esse trecho é extraído da primeira obra publicada por Mariana Coelho, *O Paraná Mental*. Para além das lembranças de uma estrangeira que volta seu olhar para o novo, sua leitura deixa entrever a atenção a certos signos da modernidade, como a estrada de ferro e a locomotiva.

As locomotivas tiveram um impacto profundo na vida daqueles que presenciaram seu surgimento. O século XIX se viu assombrado com esta invenção que alterava significativamente as percepções de espaço e tempo da humanidade. Segundo Hobsbawm,

[...] Inegável e triunfante, a tecnologia moderna era extremamente visível. [...] os maiores e mais potentes motores do século XIX eram os mais visíveis e audíveis de todos. Eram 100.000 locomotivas que puxavam seus quase 2,75 milhões de carros e vagões, em longas composições, sob bandeiras de fumaça. Elas faziam parte da inovação de maior impacto do século sequer sonhada cem anos antes [...] vastas redes de trilhos reluzentes, correndo por aterros, pontes e viadutos, atravessando túneis de mais de quinze quilômetros de extensão, por passos de montanha da altitude dos mais altos picos alpinos, o conjunto das ferrovias constituía o esforço de construção pública mais importante já empreendido pelo homem [...] (Hobsbawm, 2001, p. 48).

De acordo com Andrezza e Trindade (2001), no Paraná da virada do século XIX, a estrada de ferro que ligava Paranaguá a Curitiba era vista como indício de modernidade e do progresso que chegavam ao estado. “Era promessa de mobilidade, de [...] Paranaguá, em 1880, os trilhos se estenderam a Ponta Grossa; para o sul, até União da Vitória e para o norte, na direção de Wenceslau Braz, integrando todas essas regiões” (p. 66). Na tentativa de levar o progresso para o interior, a locomotiva por fim, revelou as privações em que viviam essas regiões, [...] insalubres, mórbidas e despidas de infraestruturas, [...] apresentavam-se como palco de epidemias, endemias e doenças” (p. 68). Para os intelectuais paranaenses a locomotiva foi encarada com entusiasmo, como algo que traria para o estado a possibilidade de progresso econômico, incrementando o comércio, fazendo de Curitiba uma “cidade grande” com o movimento febril das primeiras fábricas (Pombo, 1900, p. 115).

Mariana Coelho engrossava o coro dos que viam na locomotiva um símbolo de modernidade:

Quando pisei terras paranaenses, a maravilha que honra a engenharia brasileira, me surpreendeu a estrada de ferro que galga a serra do Mar, e cujo conjunto de belezas, em que a Arte e a Natureza se dão amoroso amplexo, fascina e entusiasma os estrangeiros que tem a ventura de admirar! Parece incrível que o homem levasse à conclusão uma estrada cercada de tantos e tão medonhos precipícios, costeando e atravessando uma cordilheira de soberbas e escarpadas montanhas, belas no seu grandioso aspecto atraente e terrífico, aliando todas as belezas imagináveis do abismo, que se impõem ao viajante como um dos mais majestosos atrativos do Belo! (Coelho, 1908, p. 20).

Obstáculos naturais eram vencidos pela tecnologia e pela engenharia. Era o homem desafiando a natureza e mudando a vida de todos, era o impulso para o desenvolvimento. Mais do que isso, era a expansão das possibilidades de comunicação entre as pessoas e a abreviação do tempo de espera.

Para Sevcenko (2001) no Brasil da *Belle Époque* o cotidiano ganhou um ritmo cada vez mais acelerado, marcado pela vitória do progresso e da modernização a qualquer custo.<sup>15</sup> A sociedade de então via seus padrões e valores se modificando, a comunicação entre as pessoas se alterando radicalmente com as inovações tecnológicas, transformando o fluxo de conhecimentos e o próprio acesso a eles (p. 27).

Ainda que as motivações que levaram Mariana Coelho e sua família a deixar Portugal e seguir para o Brasil nesse contexto não sejam conhecidas, alguns indícios sugerem a viuvez de sua mãe, que se vira forçada a mudar-se para casa de parentes brasileiros ante a impossibilidade de manter a família sem o amparo do marido. Em prefácio à obra *O Paraná Mental*, Rocha Pombo (1908) em esclarece que, “[...] tendo parentes em Curitiba, viera ela, de Portugal para ali, com toda a família (mãe, dois irmãos e uma irmã), deixando o pátrio céu, que sei quanto lhe é caro, à procura destes ares novos da América [...]” (p. 11). A autora dedica *O Paraná Mental* à memória do pai, declarando que “por entre as atribulações da minha existência perpassa sempre tua imagem querida apontando-me, com um sorriso envolto em lágrimas, o caminho do dever” (s. p.).

<sup>15</sup> Embora a *Belle Époque* possa ser caracterizada muito mais como um estado de espírito do que por um balizamento temporal, Sevcenko (2001) a situa no período entre 1889, ano da Proclamação da República brasileira, e 1922, ano de realização da Semana da Arte Moderna.



Em contraste com as dificuldades em seguir as pegadas de Mariana Coelho no velho mundo, sua presença em Curitiba e o sentimento de pertença a Portugal e a Europa, deixaram mais indícios.

Assim que chegou ao Paraná Mariana Coelho teve abertas várias oportunidades de publicação na imprensa da capital. Escreveu principalmente nos periódicos dedicados à literatura, como *Fanal*, *O Sapo*, *O Beijo* e *Olho da Rua*. Em seu prefácio a *O Paraná Mental*, Pombo (1908) afirma que “pode fazer-se uma ideia [...] de como estrelou D. Mariana Coelho na imprensa paranaense, cercada de uma vasta e carinhosa simpatia de todo mundo” (p. 13). Pombo também realça o capital cultural da família da intelectual. Teixeira Coelho é por ele apresentado nesse prefácio como um “[...] homem de letras, poeta e prosador, que não é desconhecido no velho reino. No Paraná tem ele feito jus à simpatia e à alta estima das boas rodas” (p. 11).

A relação que Mariana Coelho manteve com sua memória foi de muito zelo. Era uma mulher muito organizada e provavelmente tinha a ambição de que sua memória fosse resgatada em algum momento.

Entre os documentos que foram produzidos e preservados por ela está parte da documentação administrativa da Escola Profissional Feminina, referente ao período em que se manteve como diretora da instituição. Metodicos e ricos em detalhes, esses documentos tratam da rotina da escola, bem como dos desentendimentos que ela teve ao longo de sua trajetória com funcionários, subalternos ou superiores.<sup>14</sup> Incluem-se nesses registros, anotações ao rodapé sobre viagens de férias que tinha feito ao Rio de Janeiro e Espírito Santo, reclamações sobre a desorganização do livro de ofícios, nomeações de professoras feitas a contragosto, desgosto ou apoio às mudanças políticas.<sup>15</sup> Outros documentos são de caráter privado como o caderno em que ela reunia os artigos que escreveu e as notas que saíam sobre si.<sup>16</sup> Esses registros mostram o cuidado que Mariana Coelho tinha com a própria memória e a preocupação com o sentido que gostaria de dar a ela.

Conforme mencionado anteriormente, as fontes disponíveis não permitem precisar a formação inicial da intelectual. Em seu atestado de óbito, como profissão ficou registrado *Do Iar*. Em outros registros, como uma pasta

<sup>14</sup> Conforme mencionado anteriormente, a Escola Profissional Feminina era uma escola voltada à profissionalização da mulher e manteve cursos como corte e costura, desenho, pintura e bordado.

<sup>15</sup> A título de exemplo, em outubro de 1930, Mariana Coelho enviou correspondência ao Interventor do estado do Paraná, posicionando-se favoravelmente à “Revolução” de 30 e colocando-se à disposição para exercer quaisquer atividades que pudessem ajudar na reorganização do Estado.

<sup>16</sup> Embora Kamita (2006) afirme ter recebido esse documento de familiares de Mariana Coelho, o mesmo não fez parte de suas análises. Visto que o documento encontra-se com Kamita (2006) e não foi possível ter acesso ao seu conteúdo integral, resultou inviável aqui uma análise mais precisa do mesmo.

encontrada na Casa da Memória de Curitiba, que contém várias notas sobre ela, encontram-se as qualificações de linguista, intelectual e educadora.

De acordo com Perrot (2007), durante o século XIX o pensamento que vigorou foi o de que “[...] a instrução [era] contrária tanto ao papel das mulheres, quanto à natureza delas: feminilidade e saber se excluía. A leitura [abria] as portas perigosas do imaginário (p. 63). Em sua perspectiva se fazia cada vez mais necessário instruir meninas com saberes relacionados ao convívio social e para que pudessem exercer seus papéis de dona-de-casa, de esposa e de mãe. Essa concepção é partilhada por D’Incao (2006) que afirma que durante o final do século XIX e início do século XX o papel feminino de guardiã do lar e da família foi cada vez mais enfatizado, principalmente por parte dos médicos, educadores e jornalistas (p. 230).

Em famílias de posições sociais mais abastadas era comum que as mulheres tivessem preceptores que lhes transmitiam uma boa educação. Em geral essas mulheres aprendiam equitação, línguas estrangeiras, música, declamação e artes úteis à apresentação feminina nos salões (Perrot, 2007). Não temos como precisar se esse seria o caso de Mariana Coelho, mas não podemos negligenciar a plausibilidade dessa hipótese, visto que ela teve uma educação bastante refinada: falava inglês, francês e, desde muito cedo, se dedicou à vida literária.

A família de Mariana Coelho que veio para o Brasil junto com ela era composta por sua mãe, Maria do Carmo Meirelles Coelho, dois irmãos, Thomaz Coelho e Carlos Alberto Teixeira Coelho, e uma irmã cujo nome não foi possível identificar. Seu irmão mais velho, Teixeira Coelho (1866-1926), teve sua formação inicial na Universidade de Coimbra, no curso de Boticário.

A Escola de Farmácia da Universidade de Coimbra foi fundada em 1836 e funcionava anexa à Faculdade de Medicina da mesma universidade. Embora o curso tivesse um caráter fundamentalmente prático também incluía no currículo cadeiras preliminares de caráter teórico. Antes da matrícula no curso de Boticário era obrigatório que os candidatos ao curso obtivessem aprovação em vários preparatórios que incluía Química Orgânica e Inorgânica e Botânica. Esses preparatórios eram ofertados na Faculdade de Filosofia de Coimbra e nas Escolas Politécnicas de Lisboa e do Porto (Carvalho, 2001, p. 539).

Teixeira Coelho tinha uma cultura que não era comum entre a comunidade letrada da sociedade da época. De profunda erudição, ele falava francês, inglês, grego e latim, tendo participado intensamente da vida intelectual da região dos campos gerais, atuando como jornalista no periódico *Gazeta dos Campos* e como diretor, em 1905, do jornal *Luz Essência* de orientação maçônica. Seu nome consta na lista dos obreiros da Loja Maçônica *Amor*

e *Caridade* de Ponta Grossa, tendo assumido, em 1902, o cargo de diretor da escola *Luz Essência* mantida por aquela loja na mesma cidade. Sua participação na maçonaria é um fator relevante para explicar os laços de Mariana Coelho com esse movimento. Ela manteve relações muito próximas com os intelectuais que participaram da Loja Maçônica *Acácia Paranaense* e, em parceria com outras mulheres, esposas de maçons pertencentes à loja, fundou a Loja de Adoção *Filhas de Acácia*.

Curitiba experimentou, conforme já mencionado, no final do século XIX e primeiros anos do século XX uma intensa movimentação no campo literário, que se manifestou principalmente na disputa entre clericais e anticlericais. As lojas maçônicas, tradicional reduto de intelectuais, foram fundamentais para o encontro, a admissão e a propagação dos ideais apregoados pelos intelectuais livres-pensadores (Trindade, 2003, p. 101). A maçonaria, que tinha como premissa a liberdade e o direito às crenças individuais, garantida por suas leis, códigos, regulamentos, regimentos e estatutos, tentava se esquivar das formas radicais de pensamento político ou religioso e era o refúgio seguro para diferentes correntes de pensamento.

A Instituição Maçônica, minhas Ilr.., á qual já temos a honra de pertencer é, não só a mais altruística e abnegada que conheço, como também a mais pura. Para avaliarmos o seu altruísmo, a elevada nobreza de seus fins, basta-nos-á ponderar a sua cativante tolerância, pois que recebe à mesa da comunhão dos seus sublimes ideais, Irmãos de todas as crenças - políticas como religiosas; e para avaliarmos a sua pureza é suficiente reconhecer que não admite no seu seio, não pode admitir nem consentir, um caráter reconhecidamente indigno. Só detestando o ateísmo e a impiedade, ela faz uma guerra moral, constante, ao vicio e à ignorância. Sempre perseguida e caluniada pelos seus tradicionais detratores, ao mesmo tempo que protegida e ilustrada por vultos das primeiras posições sociais, ela acompanha majestosamente serena, sublimemente silenciosa e com um critério verdadeiramente providencial, a marcha evolutiva dos séculos, surgindo e ressurgindo triunfante e imaculada na eloquência incontestável dos fatos (Coelho, 1902, s. p.).

O congresso maçônico que aconteceu em Curitiba no ano de 1902 foi marcado pela regularização da Loja de Adoção e Mariana Coelho foi

oradora na sessão. As lojas de adoção tinham uma estrutura muito próxima às lojas masculinas, mas se caracterizaram por admitir mulheres em seus trabalhos. Essas lojas eram adotadas por uma loja masculina ligada a alguma Obediência legal, normalmente funcionavam em anexo e suas reuniões aconteciam sempre depois da sessão masculina, sendo que as mulheres sempre entravam posteriormente na sala onde os irmãos já estavam trabalhando.

A loja de adoção de Curitiba foi fundada em 15 de dezembro de 1901 e funcionava aos sábados no Templo da Loja Acácia Paranaense. Junto com Mariana Coelho, as seguintes mulheres participaram da abertura do templo: 1ª Vig. – Mad. Francisco Simas; 2ª Vig. – Augusta Schleder; Secretária – Leopoldina Stresser Schleder; Tesoureira – Mad. Rabine; Secção de Beneficência – Baronesa do Serro Azul (Maria José Correia); Guarda da Torre – Maria Grátis; Mestre de Cerimônias – Zoraide Guimarães. Edelvira Rocha Vellozo; Josephina Pereira da Rocha.

Segundo ofício assinado pela secretária da loja de adoção, a fundação e a regularização da loja teriam sido autorizadas pelo Grande Oriente Brasil. No ato da regularização dessa loja, Mariana Coelho fez um discurso no qual enaltecia o caráter ecumênico da maçonaria e declarava-se segura de que a inauguração consolidaria a participação das mulheres em pé de igualdade com os homens na instituição. O discurso da intelectual deixava transparecer sua expectativa de que as mulheres encontrariam na maçonaria mais um espaço social de atuação:<sup>17</sup>

[...] com a alma a transbordar de entusiasmo, empolgada pela mais profunda comoção, destas que raras vezes se sentem na vida, para felicitar a distinta Loj. Acácia Paranaense, em particular, e à Maçonaria do Estado, em geral, pela sua feliz iniciativa da criação utilitária e simpática de um Loja de Adoção nesta capital. Respeitemos, caríssimas Ilr.º., este fato tão digno de bem impressionar não só os espíritos liberais e altruístas deste grande e adiantado país, como todo o mundo verdadeiramente civilizado; e afaguemos a esperança de que as Filhas da Acácia hão de saber cooperar condignamente na grandiosa obra secular, e talvez pré-histórica, do progresso moral e intelectual da humanidade, por cujo feliz êxito tantos obreiros se tem esforçado, abnegados e resolutos (Coelho, 1902, s. p.).

<sup>17</sup> Regulação de acordo com Figueiredo (2002) é a instalação autorizada de uma Loja Maçônica recém-fundada (p. 234 ).

A expectativa de Mariana Coelho, contudo, foi logo frustrada. Poucos meses depois de autorizar as lojas de adoção, o Grande Oriente Brasil<sup>18</sup> voltou atrás em sua decisão sob a alegação de que a não-iniciação de mulheres seria um ponto a respeito do qual a instituição maçônica não deveria transigir.

Esse fato, contudo, não significou o completo distanciamento da maçonaria. Mariana Coelho sempre manteve uma ligação muito estreita com intelectuais ligados a essa instituição, inclusive colaborando com poesias em jornais de orientação maçônica, como *O Fanal* e *A Penna*. É plausível presumir que dita ligação tenha sido em grande medida favorecida pela convivência com o irmão Teixeira Coelho, ele próprio maçom.

Logo ao chegar ao Paraná Teixeira Coelho aproximou-se dos intelectuais livres-pensadores e anarquistas do início do século. Junto com Mariana Coelho fundou em 1908 o jornal *O Escalpello*, que circulou em Ponta Grossa, foi semanal e teve colaboradores intelectuais anticlericais e anarquistas importantes do período, como, J. K. Becker e Silva, Antonio Gomes, Hugo Reis e Gigi Damiani.<sup>19</sup> Seus artigos, que versavam notadamente sobre críticas a crenças religiosas, não raro testemunhavam o apelo à sátira com o intuito de afirmar os valores que associavam ao livre-pensamento, como a razão, o direito e a ciência.

Carlos Alberto Teixeira Coelho fez parte ainda do Círculo Socialista *Leon Tolstoi*, foi redator do jornal *O Jubileu Operário* que circulou em 1.º de maio de 1903, além de atuar no periódico *O Anticlerical* no ano de 1909, também em Ponta Grossa. As temáticas de *O Anticlerical* se aproximavam muito das encontradas em *O Escalpello*, sendo que este último, de circulação quinzenal, era expressão oficial do Centro Anticlerical de Ponta Grossa. Além de tecer críticas às instituições religiosas, o periódico também trazia análises sobre a educação religiosa e a submissão da mulher (Araújo e Carvalho, 1992, p. 45).

A participação do irmão de Mariana Coelho na imprensa foi intensa e sua atuação aconteceu em diferentes frentes, ora como articulista e colaborador, ora como proprietário e diretor. A imprensa da qual participou se autodenominava condutora da classe operária e reivindicava para si a responsabilidade de instruí-la e esclarecê-la, imbuía-se, portanto, de um

<sup>18</sup> Grande Oriente é a designação das “cúpulas”, que dirigem e governam as Lojas Simbólicas, de um país, estado ou território. O Grande Oriente Brasil, na época da inauguração da Loja de Adoção Filhas de Acácia, ficava no Rio de Janeiro (Figueiredo, 2002, p. 415).

<sup>19</sup> Gigi Damiani (1876-1953), nascido na Itália, imigrou para o Brasil em 1897, fixando-se em São Paulo. Depois morou no Paraná e em Santa Catarina, foi jornalista, poeta e artista libertário, militando pela causa anarquista em todos os lugares por onde passou, foi expulso do Brasil no ano de 1919 (Araújo e Cardoso, 1992, p. 27).

papel fundamentalmente educativo. Mariana Coelho encontrou nos jornais do irmão um espaço propício para divulgar suas ideias, escrevendo principalmente sobre a submissão da mulher e a importância de sua educação. As posições que assumia a colocavam muito próxima dos ideais anarquistas. Anos depois da sua chegada ao Brasil, na obra *Um brado de revolta contra a morte violenta* (1934), ao falar sobre a sociedade que esperava para o futuro, ela comentava:

[...] eu tenho uma íntima fé, Senhores, nas classes trabalhistas, nas classes proletárias, nas multidões operárias grevistas – limpas de tudo o que se relacione com o terrorismo sectário. Eu tenho uma fortalecida fé nessas classes modestas que, quando seguramente possuídas da precisa instrução – pois que sem ela não há progresso nem liberdade – impelidas pela consciência do seu valor, amparadas pela justiça social, farão a greve geral, permanente, intransigente, pela paz do mundo! (p. 10).

Em consonância com as ideias anarquistas, Mariana Coelho testemunhava em seu discurso a convicção quanto ao poder transformador da educação. Esta, juntamente com a confiança no poder da organização e união dos operários, constituía o cerne de sua posição revolucionária. A questão operária foi vista por ela como central e a base para a emancipação era a educação, única instância capaz de harmonizar todos os homens. A falta de instrução dos trabalhadores era vista por ela como obstáculo para expansão das ideias libertárias:

[...] as classes proletárias inspiravam-me, na sua atraente humildade, uma simpatia tão grande quanto é grande a esperança que hoje me incutem. Nas delirantes e ruidosas manifestações do dia 1º de Maio, sem eu mesma ainda compreender a sua significação [...] eu acorria à janela para apreciar a simbólica passeata dos alegres e entusiastas operários com a sua boina característica, o seu clássico: –“Viva a Revolução social” – e reclamando em vibrantes discursos mais fraternidade por parte do capitalismo absoluto, mais justiça para a sua precária situação econômica, hoje bastante melhorada, mas que só atingirá moral e materialmente o escopo a que aspiram os seus direitos, num futuro mais progressista e mais libérrimo [...] (Coelho, 1934, p. 11).

A idealização do movimento operário que se observa no legado de Mariana Coelho era amplamente partilhada pelos intelectuais das elites letradas que estiveram ligados ao anarquismo. Tomados pelo sentimento do dever social, o engajamento político desses intelectuais no movimento operário significou para muitos uma possibilidade de intervenção direta nos problemas da humanidade. O projeto de um mundo civilizado idealizado por eles envolvia a questão da industrialização e do desenvolvimento técnico, a seus olhos impensável sem operários devidamente instruídos. Atraídos pela importância atribuída à educação e à cultura no ideário anarquista, alguns intelectuais acreditavam que poderiam contribuir para a formação e o aprimoramento cultural dos trabalhadores, principalmente por meio de sua educação.

Buscando despertar o trabalhador para os ideais anarquistas, os intelectuais que foram simpáticos a este movimento entendiam o povo como uma força política que deveria ser aliada na busca por espaço no campo político.

É possível afirmar que no pensamento de Mariana Coelho a temática anarquista mais recorrente era a emancipação e a profissionalização da mulher por meio de sua educação. A igualdade de direito entre os sexos e a exploração no trabalho operário apareciam com frequência em seu discurso e representavam a seus olhos a união dos esforços individuais na luta contra a injustiça.

Em 1908, ao falar sobre as produções dos intelectuais paranaenses, ela mencionava também o seu ideal de revolução:

Que às vezes, é verdade, simpatizo-me com a revolução – quando é nobre o seu fim. Por exemplo: como não simpatizar com a revolução francesa de 1789, apesar de todos os horrores de que se revestiu? Já rolaram 118 anos sobre este grande acontecimento, e parece que o alarme “À Bastilha! À Bastilha!”, atravessando os séculos, vem ecoar eternamente na nossa alma! Há pouco mais de um século que a este rugido uníssono do mais grandioso alcance social, que irrompia fatal e espontâneo do oprimido peito do povo francês, tombou, ao fim de um ataque de algumas horas, a formidável fortaleza, aniquilando, na sua assombrosa derrocada, os mais revoltantes pactos do secular despotismo feudal. Há pouco mais de um século que esse monstruoso entrave ao rútilo sol da suspirada liberdade dos povos caiu, ruindo pelos seus mais profundos alicerces, ao embate da possante investida de um punhado de heróis tão sedentos

de justiça que lhe sacrificaram em magnânimo holocausto o seu sangue precioso.

Há pouco mais de um século! Um momento na voragem do tempo, e entretanto, se volvermos um olhar consciencioso para as tenebrosas épocas feudais... quanto não temos caminhado! (Coelho, 1908, p. 79).

Destacamos que, ainda que Mariana Coelho tenha sido simpática ao anarquismo, sua adesão não era plena. Ela censurava, por exemplo, à violência praticada pelos membros do movimento, declarando que “conquanto nos seja simpática a causa do socialismo moderado, racional, não perfilhamos, absolutamente, o terrorismo, pela repugnância que nos inspira – pois que não pode achar guarida num bem formado espírito feminino” (Coelho, 1933, p. 89).

Em geral as críticas anarquistas dos jornais de Teixeira Coelho nos quais Mariana Coelho escreveu tinham endereço certo, como clero, confissão, celibato e dogmas católicos, os quais eram vistos como instâncias de dominação social praticada pelos religiosos sobre a liberdade individual (Araújo e Cardoso, 1992, p. 72).

A erudição que Mariana Coelho herdou da experiência cultural lusitana pode ser aquilatada por sua atuação em diferentes frentes de movimentos sociais e políticos, nos quais as mulheres curitibanas da época raramente se incluíam, como o movimento anticlerical e o feminismo.

Teixeira Coelho abriu muitas oportunidades de publicação para a irmã nos periódicos que dirigia. É possível aquilatar a importância que ele teve na formação da irmã a partir da afinidade temática entre os assuntos a que consagrava esses periódicos e os temas recorrentes na escrita de Mariana Coelho. A dedicatória que fez a Teixeira Coelho na obra *A Evolução do Feminismo: Subsídios para sua História*, confirma a forte afinidade com o irmão, a quem se refere como o “querido irmão de sangue e de espírito – guia solícito dos meus primeiros passos literários [...]” (Coelho, 1933, s. p.).

Mariana Coelho participou ainda de outras instâncias culturais em âmbito local e nacional. Foi a representante do Estado no Primeiro Congresso da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922, instituição que no cenário nacional figurou como a primeira a defender a emancipação feminina por meio da ampliação de sua educação. Em 1934 foi eleita para o Centro de Letras do Paraná e posteriormente ocupou a cadeira de n.º 30 na Academia Paranaense de Letras, tendo sido também foi presidente do Centro Feminino de Cultura em Curitiba.



Outros familiares de Mariana Coelho parecem não terem optado pelo caminho das letras. A irmã casou-se cedo. Thomaz Coelho, seu outro irmão, segundo Rocha Pombo (1908), ausentou-se do cenário intelectual para se dedicar à vida familiar, o que pode ser confirmado pela simples inexistência de obras de sua autoria, sequer vestígios de sua participação na imprensa paranaense.

Embora Mariana Coelho aparentemente não tenha participado de instâncias formais de educação, pode-se afirmar que ela teve uma consistente formação intelectual familiar, oferecida por seu irmão Carlos Alberto Teixeira Coelho, que lhe proporcionou, entre outros, o contato com autores anarquistas e socialistas. Também foi o irmão que lhe abriu as primeiras oportunidades de publicação nos jornais em que atuava como redator, diretor e proprietário. Mariana Coelho, por sua vez, encontrou nas instâncias culturais da capital paranaense uma oportunidade para uma maior participação na vida pública, ampliando sua rede de sociabilidade e seus capitais sociais e culturais.

## ■ 1.2 UMA VOZ PORTUGUESA EM CURITIBA

Mariana Coelho nunca deixou de se sentir portuguesa e usou a origem de maneira estratégica. Em algumas circunstâncias usou sua procedência para ganhar distinção no campo intelectual, como quando, por exemplo, se aproximou dos intelectuais livres-pensadores por intermédio do irmão. Noutras vezes o fato de ser estrangeira foi usado como justificava para os inúmeros desentendimentos que teve com intelectuais e, posteriormente, já no serviço público, com seus funcionários.

A sentença do ofício que enviou ao Diretor da Instrução Pública em 1930, reclamando sobre a forma como era tratada por algumas funcionárias, pode servir de exemplo do duplo uso que fazia da imagem de portuguesa: “na malquerença injusta e ingrata de algumas funcionárias para comigo, descortino dois motivos: a inveja do meu cargo (!) e o fato de eu ser estrangeira – apesar de ter servido a esta terra com tanto amor como se nela nascesse” (Coelho, 1930, p. 16).

A afirmação tem um forte efeito retórico. Mariana Coelho se colocava no papel de vítima de uma situação que não acreditava ter causado, pois em seu parecer, o que desencadeou o desentendimento com as funcionárias foi a debilidade moral delas, qualificadas como invejosas e xenófobas. Por outro lado, o seu pertencimento a Portugal pode ser tomado como elemento de persuasão e envolvimento com o leitor. Era o que lhe dava autoridade para

lembrar que, embora fosse estrangeira, sua vida sempre foi de servidão e amor pela terra que escolheu para viver.

A discussão que teve com Júlio Pernetta<sup>20</sup> nos periódicos *Diário da Tarde* e *O Commercio* também é modelar para observarmos como usava sua nacionalidade para mostrar conhecimento. O episódio foi publicado nos dois periódicos e registrado por esta intelectual em *O Paraná Mental* (1908). Enquanto colaboradora do periódico *Diário da Tarde*, ela escreveu uma nota tecendo uma apreciação crítica do livro *Pelas Tradições* de Júlio Pernetta.

No primeiro artigo desse episódio, publicado no *Diário da Tarde*, a intelectual comentava que a obra de Júlio Pernetta lhe atingia diretamente, pois desprezava e atacava a colonização portuguesa, bem como defendia seus primeiros habitantes, os índios, que eram, de acordo com Pernetta, os verdadeiros donos da terra.

Ele, por sua vez, redigiu uma réplica no periódico *O Commercio* buscando justificar seu livro, que em sua opinião teria sido mal interpretado por Mariana Coelho. Segundo a abordagem que ele fazia do indígena, de seus usos e costumes, o índio seria um elemento essencial para a formação da identidade nacional. Ele defendia a fusão da cultura indígena com a branca e seu livro, segundo argumentava, não estaria negando os benefícios da ação civilizadora dos portugueses e sim acusando os jesuítas pela destruição da cultura local.

De fato, conforme ressalta Bega (2001), o livro de Júlio Pernetta colocava em questão não o ideário civilizador do homem branco, mas sim a condição do imigrante, apresentado por ele como empecilho para o desenvolvimento de uma cultura genuinamente nacional (p. 293). Essa, segundo Pernetta, deveria estar pautada nas tradições regionais, defendidas por ele em seu artigo. Não se tratava de simples regionalismo, mas sim de unir as diferentes tradições regionais, que juntas constituiriam a legítima cultura nacional.

<sup>20</sup> Júlio David Pernetta (1869–1921) nasceu em Curitiba. Firmou-se profissionalmente como graduado funcionário público no poder Executivo. Em 1883 foi oficial do Batalhão Patriótico da Revolução Federalista do lado florianista, sob o comando de Domingos de Nascimento. Iniciou sua carreira como Delegado de Polícia em Antonina, depois foi secretário da Câmara Municipal no mesmo município, depois Promotor em Morretes. Em Curitiba atuou como chefe da seção da Secretaria da Agricultura, e também ocupou cargos nas Secretarias do Interior, Justiça e Instrução Pública. Jornalista e polemista, Júlio Pernetta participou da fundação e direção de vários jornais em Curitiba. Escreveu nos seguintes jornais: *O Futuro* (1892), *Correio da Manhã*, *A Noite*, *A Tribuna*, *A Republica*, *Diário da Tarde*. Escreveu também nas revistas: *Almanach do Paraná*, *Almanach Paranaense*, *A Evolução*, *A Capital*, *Galaxia*, *29 de junho*, *Breviário*, *Electra*, *Avenida*, *Stellarario*, *O Olho da Rua*, *A Bomba*, *Revista do Povo*, *Terra dos Pinheirais* e *O Cruzeiro* (Bega, 2001, p. 287).

Mariana Coelho escreveu uma nova carta publicada no *Diário da Tarde*, dedicada à defesa de sua terra natal. A autora abria o texto adotando como estratégia a ironia e o patriotismo:

Como Va. Exa. sabe, não disponho de suficiente cópia de conhecimentos para sustentar discussões substanciais; e, pois que *noblesse oblige* respondo hoje a sua carta, cujo ponto predominante de réplica é o ataque direto aos primeiros colonizadores do nosso caro Brasil. [...] É, pois, na essência desse ponto principal a que aludo, que o meu espírito se fortalece para impor à minha humilde pena a dignidade de cumprir o imperioso dever de patriota. Hei de, porém, fazê-lo com um patriotismo calmo, que não melindre, pois reconheço que é sempre pernicioso, mesmo em defesa de um nobre ideal, tocarmos aos extremos, que por sua vez nos podem arrastar a tocar a ofensa (Coelho, 1908, p. 45).

Diante da visão de Júlio Pernetta sobre a colonização portuguesa, ela procurava desqualificar as posições do autor atribuindo-lhe o expediente retórico conhecido por *argumentum ad verecundiam*:

O ponto principal da sua carta é bastante cruel para a bela Lusitânia antiga, para reforço da qual Va. Exa. cita autores que vêm em auxílio, da mesma forma que eu também os poderia citar para reforçar a opinião por mim expendida. Não lanço, porém, mão de tão maçante sistema, porque creio que o meu prezado contendor pensa como eu; isto é, não subordino o meu “modo de ver” ao de pessoa alguma por mais autorizada que pareça (Coelho, 1908, p. 45).

Segundo ela, o artigo escrito por Pernetta n’*O Commercio* acusava os colonizadores portugueses de terem assassinado os índios brasileiros de forma cruel, mandado para as terras brasileiras a escória de Portugal e explorado índios e negros, reduzindo-os à condição de escravos. De acordo com sua perspectiva, as mortes dos indígenas eram justificadas pela “constante luta [dos portugueses] com os índios” nas quais os colonizadores corriam constante risco de vida. Esse risco, segundo ela, atenuava o caráter criminoso dos homicídios, na medida em que estes seriam perpetrados em nome da proteção da vida dos portugueses.

Quanto à acusação de que Portugal teria enviado para o Brasil condenados, ela não apenas o reconhecia, mas mesmo aprovava. Segundo ela, era muito compreensível que “[...] o Portugal do século XVI enviasse condenados a um país de feras e selvagens, que eles tinham de combater em defesa da própria vida e da boa marcha da colonização”. Em sua perspectiva esse pretense “erro” por parte de Portugal de maneira alguma “[apagava] o brilho de seus grandes feitos”, sendo apenas uma solução para as necessidades do momento.

No que se referia ao uso de indígenas e negros como escravos, ela também tinha uma justificativa. Afinal, de acordo com ela, “[...] os portugueses aproveitaram duas raças selvagens para sua obra imortal de colonização neste Brasil-colosso [...]”, arrematando com a acusação de que durante o período colonial os indígenas teriam “trucidado famílias inteiras de brasileiros e estrangeiros” (Coelho, 1908, p. 47).

Deixava claro também que, ao contrário do que pudesse parecer, ela não sentia “a menor indiferença pelos brasileiros primitivos afirmando que sempre que contemplava “[...] os graciosos grupos errantes de silvícolas”, sentia por eles “[...] uma atração que é quase amor”. Seguiu atribuindo aos antepassados portugueses os maiores elogios, convencida de que os portugueses estavam incumbidos de fazer o sacrifício de enfrentar os indígenas. Orgulhosa de sua origem, encontrava no passado de Portugal a grandeza de seus bravos antepassados

Ah! Lusitanos, lusitanos! Vejo-vos ainda, através das brumas do passado, pálidos de emoção respeitável desfilar à eterna e viva luz da história, arrastados pelo furor da conquista, pela atração do desconhecido, vencendo, destemidos, os pavorosos vagalhões de “mares nunca dantes navegados”, e afrontando resolutos a morte para levar o facho luminoso da civilização à África, à Índia, à Oceania, à América, arroteando e destruindo para edificar, insistindo sempre ovantes para diante na assombrosa obstinação de um impetuoso furacão civilizador impelido pelo destino! (Coelho, 1908, p. 1).

Para concluir sua carta e a discussão, ela se expunha com firmeza sua maneira de ver as motivações portuguesas para colonização brasileira, bem como, a importância que teve essa colonização naquilo que encarava como processo de evolução da sociedade brasileira.

Não é só o sentimento do amor pátrio, que me comove, é igualmente o do amor ao progresso; pois sou de tal forma evolucionista, que desejava ter uma clarividência tão ilimitada que me permitisse abranger de um só golpe, desde o início dos tempos pré-histórico até a consumação dos séculos, o maravilhoso e surpreendente efeito do constante e afanoso destruir e reconstruir da evolução (Coelho, 1908, p. 48).

Mesmo tendo sido calorosa sua discussão com Júlio Pernetta, Mariana Coelho não deixou de revelar seu respeito por aquele a quem se referiu como um “distinto poeta e prosador” (p. 40), na obra *O Paraná Mental* (1908) que reproduz o debate supramencionado. No entanto, não deixava de satirizar o colega, o chamando de nephelibata<sup>21</sup> e ressaltando que, no que concernia ao seu exacerbado patriotismo, errava ao acreditar que seu país devesse permanecer nas trevas da selvageria (p. 41).

Tanto a carta publicada por ela no *Diário da Tarde* em réplica ao artigo de Pernetta, quanto o texto publicado em *O Paraná Mental*, deixam muito clara sua crença quanto ao pretenso contraste entre, por um lado, a Europa civilizada da qual provinha e, por outro, o Brasil selvagem. Em sua argumentação, ela mobiliza um conjunto de conceitos e crenças em que se ampara para justificar aquilo que via como uma etapa evolutiva, acontecimento inevitável e necessário para realização de um Brasil futuro.

A natureza exuberante do Brasil era citada como inspiradora e ela fazia elogios à terra que escolheu para viver “[...] um país onde inevitável e infalivelmente afluem representantes de nacionalidades diversas [...] onde este belo cosmopolitismo campeia e se impõe mais atraentemente à admiração dos povos [...] e isto torna superior em simpatia, às outras nações, com as quais neste sentido, se não pode comparar” (Coelho, 1908, p. 42).

Apoiada na crença de que o processo de colonização lusitana fora apenas uma etapa, possível, esperada e necessária para evolução de um Brasil descoberto selvagem, Mariana Coelho sustenta uma visão autoritária e eurocêntrica do processo civilizatório. Em sua concepção, negar a importância da colonização portuguesa para o Brasil era o mesmo que ignorar o progresso e a civilização e regredir historicamente para um mundo arcaico e incivilizado.

<sup>21</sup> Expressão de Rabelais cujo significado seria “gente que anda nas nuvens”. É possível que estivesse se referindo ao fato de Julio Pernetta estar ligado à geração simbolista, pois no mesmo livro Mariana Coelho se refere a outros poetas simbolistas da mesma forma.

Os argumentos em que se ampara em sua discussão com Pernetta têm inequívoco lastro no evolucionismo, teoria a que ela volta a recorrer em sua obra de maior consistência: *Evolução do Feminismo: Subsídios para sua história*:

Por que somos feministas? – Eis uma pergunta ingênua de que várias vezes temos sido alvo, por parte do sexo masculino. Respondemos: porque é impossível a realização do progresso, sem a vitória da evolução; e o nosso fim principal é precisar e fomentar o progresso feminino. A evolução do feminismo – que é um dos assuntos mais palpitantes da atualidade, é um dos flagrantes pontos de convergência do progresso – “que é a realização da justiça” – e nós somos evolucionistas (Coelho, 1933, p. 29).

Bem como outros intelectuais de seu contexto, Mariana Coelho acreditava na evolução histórica, por isso cita e descreve eventos que encadeados levariam a uma realidade melhor. De acordo com essa concepção, a história tinha a chave explicativa para o progresso. Segundo indica a historiografia recente, muitas explicações para as transformações experimentadas pelos intelectuais que viveram entre o final do século XIX e início do século XX, partiam das teorias evolucionistas.

No Brasil deste período, as ideias de seleção natural e de luta pela vida, de Darwin, o recapitulacionismo de Haeckel, bem como a diferenciação progressiva de Spencer, eram interpretações pensadas como plausíveis para se tentar influir na modernização e transformação do país. A Europa tornou-se modelo ideal de civilização, para o qual todas as culturas deveriam convergir a fim de trilhar o caminho do progresso, abandonando o atraso e a inércia. Conforme sublinha Gualtieri (2008),

[...] na interpretação dos evolucionistas de matriz haeckeliana, do mesmo modo que um indivíduo, durante seu desenvolvimento biológico, recapitulava a história evolutiva do grupo ao qual pertencia, o processo civilizatório de um povo recapitulava a história de povos civilizados. Para a vertente spenceriana, os mesmos princípios que regiam a evolução dos seres vivos – do simples para o complexo – dirigiam o processo evolutivo das sociedades: as mais simples (menos evoluídas) se transformariam, seguindo os passos das civilizações mais complexas. As ideias de luta pela vida e

seleção natural poderiam ser utilizadas para combater, em nome de transformações pretendidas, a pretensa apatia e incompetência de opositores (Gualtieri, 2008, p. 13).

Sustentando suas convicções em ideias evolucionistas, Mariana Coelho podia ter uma perspectiva otimista em relação, por exemplo, à emancipação feminina, visto que ela via nas nações civilizadas o balizamento para essa conquista. Para se chegar a essa emancipação bastava mirar-se em seus modelos. O sentimento de pertencimento à Europa, como veremos no decorrer do trabalho, era recorrente nos escritos de Mariana Coelho e embora vivesse no Brasil, afirmava sua alma portuguesa, europeia, o que, a seus olhos, lhe conferia distinção e superioridade.

A articulação que manteve permanentemente no Brasil com instituições e intelectuais – homens e mulheres – estrangeiros, em especial com os portugueses – é mais um indício de que ser estrangeira lhe dava relativa legitimidade para circular no campo intelectual.

Em dezembro de 1933 a revista feminista *Revista de Arte de Lisboa* publicou uma nota comentando a obra *A Evolução do Feminismo: subsídios para sua história*, e incluiu nos números seguintes a publicação de dois capítulos do livro (Coelho, 1940, p. 131). O livro também mereceu destaque no *Diário de Coimbra* em 10 de fevereiro de 1934, nota em que o articulista a chama de “[...] uma honrosa individualidade luso-brasileira que pelo coração e pelo talento pertence às duas pátrias irmãs”.<sup>22</sup>

Não se pode afirmar que os fatores que foram até aqui analisados tenham garantido o ingresso da nossa personagem no cenário intelectual curitibano, mas não podemos negar que os mesmos foram elementos relevantes e que, junto com um contexto muito particular que vivia o meio intelectual de Curitiba e do Brasil, facilitaram sua aceitação no mesmo. O contato que teve com a cultura lusitana deixou muitos traços no exercício de sua escrita, nas referências que a acompanharam e nas correspondências que manteve com a terra natal.

Sua produção foi marcada pelo engajamento a favor da emancipação feminina e por uma postura crítica em relação à sociedade em que vivia, bem como ao lugar social que nela ocupava. Sua personalidade enérgica se deixa entrever nas páginas que escreveu, nas muitas disputas que travou,

<sup>22</sup> Essas notas estão publicadas no livro *Cambiantes* (1940) de autoria de Mariana Coelho e também no periódico *Gazeta do Povo* em 21/01/1934; 23/01/1934; 15/04/1934; 15/05/1934; 16/05/1934; 25/05/1934; 02/06/1934.

nos debates públicos que marcam suas convicções e iniciativas. Tal como manifestava Rocha Pombo (1908),

[...] a mudança de aspectos que seu espírito sentiu passando de Portugal para aqui a intensidade em que as pompas desta incomparável natureza americana lhe pôs os esplendores do coração, dando-lhe, para amar a nova terra, a espontaneidade, o másculo vigor, a paixão, a ternura quase piedosa com que amar aquela outra – a pátria que lá ficou quem sabe se para sempre, e cujo culto dir-se-ia que revive no culto de que exalta ela agora (p. 13).

### ■ 1.3 IDENTIDADE DE MULHER PÚBLICA

Desde seus primeiros escritos, Mariana Coelho manifestou-se feminista. Em 1901, como veremos no próximo capítulo, ela já advogava abertamente a favor dos direitos políticos das mulheres, considerando que sua conquista dependida do maior acesso à educação.

Reivindicações relativas ao direito civil, bem como a contestação do casamento como sacramento foram pautas de discussão para Mariana Coelho. Essas questões estiveram presentes desde as primeiras manifestações feministas no século XIX, sendo que as críticas à instituição do casamento tornaram-se mais radicais com a influência dos socialistas utópicos na década de 1830 e os anarquistas do início do século XX. Segundo Kappeli (1991), no início do século XX as primeiras feministas partilhavam da convicção de que o casamento podia limitar o pensamento feminino, por isso a “mulher nova” que saía do mundo privado para o mundo público era celibatária e orgulhosa da sua força interior, Alexandra Kollontai celebra no seu ensaio *The New Woman* (1913) a mulher que já não sacrifica a sua vida ao amor e à paixão. A maior parte das feministas, qualquer que seja a sua tendência, são então celibatárias “por escolha” (p. 557).

Mariana Coelho acompanhou essa tendência e permaneceu solteira durante toda sua vida. De acordo com Leite (1984) a imagem feminina reforçada no período do entresséculos era de que a mulher deveria exercer as virtudes domésticas, fosse como esposa, mãe ou irmã. Isso acabou criando para as mulheres solteiras um estigma, gerando a denominação pouco acolhedora de solteirona, imagem reiteradamente associada às feministas da época, que eram qualificadas como feias por seus opositores. Uma das poucas exceções feitas na época era para aquelas que se tornavam solteiras



por necessidade e não por opção, como sacrifício pela família ou por uma missão superior (p. 26). Perrot (2007) menciona que,

não era simples manter-se na condição de jovem solteira, neste período, com as restrições do corpo e do coração, quase sem liberdade de escolha quanto ao seu futuro, seus projetos amorosos, exposta à sedução, à maternidade indesejada, impedida de procurar o pai da criança. Ápice do “estado da mulher”, o casamento era a condição normal da grande maioria das mulheres [...] O celibato era considerado a situação das desprezadas, “das solteironas”, que seriam boas tias (deixando herança) ou intrigantes temíveis (p. 46).

No caso de Mariana Coelho, é difícil precisar se ela escolheu permanecer solteira. Talvez sim, por acreditar que uma presença masculina poderia lhe tolher o pensamento e as atitudes. Por outro lado, podemos supor que a própria condição de feminista a constrangeria a conservar-se longe das virtudes domésticas vinculadas ao casamento. Defender abertamente uma maior participação da mulher na vida pública, para além dos afazeres domésticos, talvez desestimulasse os eventuais pretendentes.

No último capítulo de sua obra *A evolução do feminismo: subsídios para sua história*, Mariana Coelho mostrava o que pensava sobre o amor, que segundo ela seria o amor ideal e não o sexual, no qual muitas vezes não era possível felicidade para mulher:

Como se sabe, a doutrina positivista tem “o amor por princípio”. [...] É natural que se dê o seguinte fato, que podemos sustentar sem receio de controvérsia, é no sexo feminino onde mais durável e mais intenso brilha, sublimando-lhe a existência, esse idealismo que é muitas vezes o sustentáculo – embora efêmero – da felicidade do coração humano. A base desta opinião, a que nos amparamos, achamo-la em vários autores, como por exemplo, Augusto Comte ao preconizar os casamentos castos, fundado em vários motivos dentre os quais se salientam os seguintes: o das pessoas que reciprocamente se amam, mas que, ou pela idade, ou para evitar a propagação de taras na humanidade, vivem felizes permutando-se esse belo amor etéreo, esse belo amor moral. E é o que tem mais longa vida – talvez pela sua aproximação da amizade (Coelho, 1933, p. 357).

Em 1908, Mariana Coelho mostrava insatisfação em relação à postura dos homens para com as mulheres cultas.

Se uma mulher se destaca um pouco do vulgar, dando à sua inteligência um cultivo mais elevado; se tem o arrojo de iniciar-se nos irresistíveis segredos da Arte, manifestando em qualquer assunto desta – principalmente em literatura – a sua organização artística, quando aparece em público é ainda [...] motivo de sorrisos alvarmente inteligentes, de frases saturadas de ridículo, acontecendo muitas vezes que, quando ela atravessa uma rua, atrai a curiosidade de quem vai ver o urso! Porque há escritores que em tudo admitem o progresso, menos no desenvolvimento intelectual e social do sexo feminino! Ora, tal absurdo não se impinge, a estas horas, em letra redonda! (Coelho, 1908, p. 93).

Em *Cambiantes* (1940), ela dava mais algumas pistas sobre a relação que manteve com os homens da época. Em um dos contos dessa obra intitulado *Um Urso*, usou o recurso da metáfora para falar da dificuldade que mulheres de espírito culto tinham em se relacionar com homens, o estranhamento que provocavam, e o equívoco que os rapazes cometiam ao se desviar de relacionamentos com mulheres cultas. Usando um tom irônico, que a acompanhou em vários de seus textos, descrevia sua personagem, um homem avesso à autonomia do pensamento e do desenvolvimento da intelectualidade feminina. Usando o urso como categoria sociológica, Mariana Coelho exemplificava na figura de sua personagem os homens que menosprezavam a capacidade intelectual das mulheres.

Logo, aquele ser animado que tão esquisitamente me prendeu a atenção, não era, absolutamente, na rigorosa acepção da palavra, um urso! [Eu] hesitava em decidir se aquela coisa animada seria, apenas, um ser irracional, ou se era realmente um desfrutável exemplar dos muitos que existem na variada espécie humana [...] (Coelho, 1940, p. 55).

Na trama além de mostrar os traços de caráter de sua personagem, Mariana Coelho deixava claro que ele representava uma classe de homens, aquela que não aceitava a emancipação da mulher,

rapaz afeito a vegetar numa baixa esfera social, com a qual estava irremediavelmente identificado [...] quando veio no

conhecimento de que sua eleita vivia numa atmosfera mais elevada, que era mais ou menos sensível aos requintes da civilização, confessou a sua pusilanimidade, o seu medo e a sua instintiva aversão ao melhoramento intelectual e social – desmentindo desleal e brutalmente a reciprocidade da referida afeição (Coelho, 1940, p. 59).

Ao concluir o episódio, a intelectual se mostrava frustrada com a própria experiência, e mais uma vez usava o recurso da ironia “[...] a experiência me tem feito concluir que existem realmente tipos excepcionais que se gabam com o mais curioso desprante, da sua falta de coragem para ligar o seu destino ao de uma mulher de espírito culto – evidentemente inimigos da sociedade e flagrantemente refratários ao influxo civilizador.” (Coelho, 1940, p. 59).

Nesse discurso, ainda que realizado na ficção, Mariana Coelho deixava entrever sua personalidade forte e denunciava seu ponto de vista acerca das relações que mantinha com o sexo oposto. Outras fontes apontam que muitos eram os constrangimentos sociais pelos quais ela tinha de passar, uma mulher solteira não disposta a assumir seu lugar de rainha do lar.

Vale notar que havia um discurso que circulava no contexto segundo o qual mulheres–professoras deveriam estar comprometidas com um projeto de castidade e celibato, o qual era consistente com as teorias da mãe espiritual em substituição à mãe biológica. Neste discurso, a condição de solteira favorecia um modelo educacional calcado na dedicação integral ao magistério, aos alunos e à escola, e que estava atrelado aos ideais de pureza, vocação e sacerdócio. Assim,

a fragilidade feminina, constituída pelo discurso religioso, médico, jurídico e educacional é também constituinte de sua proteção e tutela. A professora terá de ser produzida, então, em meio a aparentes paradoxos, já que ela deve ser ao mesmo tempo dirigida e dirigente, profissional e mãe espiritual, disciplinada e disciplinadora (Del Priore, 2004, p. 454).

Alguns dos atributos e qualidades apontadas como características de Mariana Coelho por seus comentadores reforçaram a representação dos traços de sua personalidade feminina. Rocha Pombo, por exemplo, a destacava como uma mulher de “absoluta unidade moral”. Para ele, ao cuidar de sua mãe idosa a autora estaria mostrando a “[...] capacidade do instinto

feminil. É nesta fase do seu ser – exaltada assim numa função sobre-humana – que a mulher se faz sacerdotisa, e a vida se lhe torna uma solenidade religiosa” (Pombo, 1908, p. 12).

Sem negar seu papel dentro da sociedade, assumindo uma espécie de maternidade social ao cuidar da mãe idosa e atuando como professora, Mariana Coelho usou dos espaços de publicação que encontrou para divulgar a causa feminista. A presença de mulheres letradas usando a pena para expressar sua insatisfação em relação às restrições que encontravam em diferentes espaços da vida pública em Curitiba pode ser encontrada em ensaios, poesias, biografias e artigos de cunho jornalístico publicados em periódicos especializados ou não. Fosse para propagar os ideais do feminismo nascente, pregando a emancipação feminina e sua participação na vida pública ou para reafirmar o papel de mãe, esposa e esteio da família, o contexto curitibano do início do século e primeiras décadas do século XX acompanhou o crescimento da participação de mulheres no emergente campo cultural. O simples registro da presença feminina neste campo é um indicativo de que a ordem social lentamente se modificava e permitia a promoção feminina no mundo das letras.

Mariana Coelho mostrou em suas obras uma notável capacidade de compreensão da realidade na qual vivia. Ela foi uma intelectual capaz de dar significado às questões colocadas por seu tempo, aproximando-se de questões como a educação e a emancipação da mulher e a reconfiguração do papel desta “nova mulher” naquela sociedade. Entender as suas contribuições no campo cultural curitibano é compreender também a inserção de outras mulheres letradas na esfera pública, é reconhecer o contexto em que se deu esse processo. Mudanças como a urbanização, o crescimento do mercado editorial, o nascimento e desenvolvimento de instituições culturais que passaram a abrigar a elite pensante tiveram um importante papel na integração dessa mulher no mercado intelectual.

## TRAJETÓRIAS ENTRECruzADAS: MARIANA COELHO E OS INTELLECTUAIS PARANAENSES

### 2.1 ESPAÇOS DE DIVULGAÇÃO E CIRCULAÇÃO

Mariana Coelho manteve durante sua trajetória uma rede de sociabilidade que permitia que sua escrita fosse publicada e bem recebida. Em suas obras essa rede estava estampada, sobretudo, nas dedicatórias aos familiares, aos seus promotores e às amigas. Suas publicações foram sempre acompanhadas de cartas de amigos como Rocha Pombo e Dario Vellozo, que marcaram presença prefaciando seus livros ou lhe escrevendo cartas de apoio publicadas nos mesmos.

Assim como outras autoras de seu tempo, Mariana Coelho adotava uma prática comum entre os homens de letras, o hábito de enviar exemplares com dedicatórias às redações de jornais, instituições ou mesmo aos críticos da época. Essa era uma maneira segura de manter o vínculo editorial e ao mesmo tempo era uma estratégia de divulgação do seu trabalho. De acordo com Eleutério (2005), “os homens de letras viviam praticamente da imprensa e de seus cargos burocráticos para financiar suas obras. As mulheres, não tendo a possibilidade do cargo burocrático, precisavam fazer valer [suas] relações sociais e amizades” (p. 89).

Os telegramas recebidos e publicados com as obras dão conta da diversidade de lugares por onde circularam suas obras e mostram que a modéstia

– característica apreciada nas mulheres contemporâneas de Mariana Coelho – só era assumida estrategicamente, uma vez que a cada publicação ela enviava ao menos um exemplar para Instituições como a Universidade de Coimbra, Associação Brasileira de Imprensa e International Woman Suffrage Alliance, entre outras.

No exemplar de *A evolução do feminismo: subsídios para sua história* (1933) que enviou à Universidade de Coimbra, Mariana Coelho deixou uma dedicatória. Dedicava o exemplar “aos talentosos estudantes brasileiros, que tão condignamente representam o nosso grande Brasil – esta respeitosa homenagem da autora e admiradora” (Coelho, 1933, manuscrito). De cada uma de suas obras Mariana Coelho enviou um exemplar para a mesma Universidade, colocando assim à disposição de leitores brasileiros e estrangeiros o que havia publicado.

## 2.2 UMA PRESENÇA FEMININA ENTRE PARES MASCULINOS

A primeira obra de Mariana Coelho publicada no Brasil foi *O Paraná Mental*, e foi encomendada para a Exposição Nacional realizada no Rio de Janeiro em comemoração ao centenário da abertura dos portos às nações amigas. Tratava-se de uma obra de afirmação do campo cultural, uma vez que sua proposta era aglutinar informações sobre as primeiras manifestações literárias de Curitiba e reafirmar a identidade intelectual daqueles que, na opinião de Mariana Coelho, mereciam destaque. Em segundo lugar, podemos tomar esta obra como fruto de um investimento dos capitais de Mariana Coelho para legitimar-se no campo cultural, a começar pela escolha de seu prefaciador, Rocha Pombo.

Como destaca Bega (2001) em seu trabalho sobre a geração simbolista do Paraná, entre os apoiadores e escritores desse movimento os únicos que conseguiram reconhecimento no campo cultural em esfera nacional foram Rocha Pombo e Nestor Victor, o primeiro na área de história e o outro na área de crítica literária. A escolha de Rocha Pombo para prefaciar a obra *O Paraná Mental* revela que Mariana Coelho conhecia as regras do jogo e que sustentou os acordos necessários para seu reconhecimento no campo cultural.

Rocha Pombo, prefaciou três dos seis livros desta intelectual, *O Paraná Mental* (1908); *Evolução do Feminismo: Subsídios para sua história* (1932) e *Cambiantes* (1940). Dentre os três, o prefácio mais longo foi o da obra *O Paraná Mental*. Neste, Rocha Pombo apresentava os irmãos de Mariana

Coelho como seus tutores intelectuais, construindo uma argumentação que permitia situar a intelectual no estrato social da *intelligentsia* curitibana. De acordo com ele, Mariana Coelho teria conquistado por meio de sua relação com a cultura de sua época e por sua atuação no âmbito educacional:

[...] além de se impor pela sua lúcida inteligência e pela sua cultura, esta senhora se impôs ao respeito e estima geral por um conjunto de qualidades que realmente a destacam como um nobre tipo de mulher do seu tempo: segura do seu grande papel, ansiosa por desdobrar as aptidões do seu espírito nesse fecundo apostolado de caridade moral que se chama a função de instruir e educar (Pombo, 1908, p. 13).

Pombo empenhava-se em mostrar que o espaço e o prestígio de Mariana Coelho nas letras paranaenses eram fruto de sua cultura, erudição e fibra moral, três elementos que, segundo sua perspectiva, seriam essenciais para construção de uma carreira intelectual.

Ainda no mesmo prefácio, seu autor faz uma referência à importância de *O Paraná Mental* para o campo literário curitibano: “[...] neste trabalho ela [Mariana Coelho] resume um dos aspectos de nossa vida [paranaense]; assinala, a traços gerais, mas com perfeita fidelidade, tudo que apresenta de significativo o esforço de duas ou três gerações no domínio das letras e das artes” (p. 14). Embora ressaltasse que o livro tinha sido preparado rapidamente para a Exposição Nacional em comemoração ao centenário da abertura dos portos às nações amigas explicava que o mesmo era uma lição, pois informava sobre a tendência notável do povo paranaense para as coisas do espírito. Era “[...] uma cópia exata da abundância e espontaneidade com que temos por ali a nossa visão dirigida para um vasto horizonte de larga vida moderna” (Pombo, 1908, p. 15).

No firme propósito de colaborar para que a capital paranaense figurasse como uma cidade moderna e de intensa produção cultural, Rocha Pombo, intelectual reconhecido nacionalmente, usou o seu capital simbólico a favor de Mariana Coelho. Ela, por sua vez, revelou habilidade em valer-se de sua capacidade intelectual, suas redes de sociabilidade e seu prestígio familiar para escrever e publicar. É interessante perceber como suas relações familiares foram importantes para sua inserção no campo intelectual, como reconheceria Dario Vellozo em 1932, no prefácio de sua obra *A Evolução do Feminismo: subsídios para sua história*, ao mencionar que “é por si suficiente para salvar do olvido o nome do autor e realçar o da família. Parabéns a si e aos seus!” (p. 27).

Mais do que simplesmente organizar e coligar os nomes de maior proeminência no Paraná, nas artes e na literatura, Mariana Coelho selecionava e qualificava os intelectuais paranaenses. A geração simbolista era sem dúvida a que mais se destacava na obra. Nomes como Dario Vellozo, Romário Martins,<sup>23</sup> Rocha Pombo, Silveira Netto, Emiliano Pernetta,<sup>24</sup> Julio Pernetta e Nestor de Castro figuravam na obra como verdadeiros guardiões da cultura e das letras paranaenses.

O grupo de intelectuais escolhido por ela para compor seu livro se destacou por ter sido o primeiro a criar suportes culturais na capital paranaense. Dentre esses suportes, a imprensa se constituiu na mais importante ferramenta de divulgação de suas ideias. Essa elite letrada possuía expressivo capital simbólico, e veiculava seus projetos políticos e sociais nos jornais e revistas da época no intuito de promover o modelo cultural que desejavam ver consolidado (Bega, 2001).

A imprensa foi entendida, nesse período, como um meio de expressão e promoção social dos projetos em disputa no espaço social, tendo viabilizado que intelectuais de diferentes contextos marcassem presença na cena pública para além dos espaços restritos dos círculos letrados (Vieira, 2007, p.15).

Ela foi um instrumento decisivo para instituir o debate público em dimensões inéditas no Paraná. Seu florescimento e consolidação permitiram aos intelectuais assumirem um lugar privilegiado nas páginas dos periódicos sustentando a convicção quanto a sua condição e identidade de portadores de uma missão social civilizadora, a qual esteve marcada pela tarefa de guiar o povo, racionalizar as ações do Estado e inserir a nação no contexto mundial da modernidade, por meio da educação.

Embora Mariana Coelho tenha dado um grande destaque aos intelectuais simbolistas, deixava claro que não comungava todas as suas concepções. Suas divergências se davam principalmente em relação à postura de alguns desses intelectuais diante da colonização portuguesa. Como defensores do livre-pensamento, esses intelectuais condenavam o catecismo jesuítico que, em sua perspectiva, esfacelara a cultura nacional. Nessa crítica, valorizavam os indígenas, como ilustra a discussão de Mariana Coelho com Julio Pernetta,

<sup>23</sup> Alfredo Romário Martins nasceu em 1876 na cidade de Curitiba. Na vida escolar foi colega de Ermelino Agostinho de Leão e João David Pernetta, líder positivista e mais tarde seus companheiros de vida legislativa. Depois de concluir os estudos disponíveis na cidade, ingressou no ofício de tipógrafo do jornal *O Dezenove de Dezembro* e depois foi auxiliar de redação no jornal *A República*, chegando a redator-chef

<sup>24</sup> Emiliano Pernetta inicia sua carreira literária no jornal *Clube juvenil* e escrevendo poesias que foram publicados nos jornais e revistas da época. Fez os preparatórios em Curitiba e aos 18 anos escrevia no jornal *A Vida Literária*. Enquanto acadêmico, tornou-se abolicionista e republicano. Os registros de sua juventude o descrevem como um jovem impetuoso e militante ardoroso (Bega, 2001, p. 186).



já abordada precedentemente. Mariana Coelho concordava parcialmente com as posições desses intelectuais, criticando severamente a presença da igreja católica no país. Assim como os intelectuais livres-pensadores, ela era contra o ingresso de ordens religiosas estrangeiras que, independentemente de sua origem, eram classificadas como jesuíticas:

Urge, no momento que atravessamos, que reforçemos quanto possível for o dique oposto por nossos Ilr.'. e por todos os espíritos liberais e cultos, à onda invasora do jesuitismo que, na continuação do seu tremendo labutar de séculos, ameaça submergir e perder os incautos desta parte do Novo Mundo, no conhecido e abismal oceano do mais absurdo e caduco obscurantismo. Levantemos, vigilantes e sem demora, uma firme barreira, digna do século XX, ao sinistro espectro desse tronco secular, cujas ramificações desde Loyola até nossos dias se tem espalhado por toda a terra, usufruindo a herança que o seu ridículo fundador lhe legou, e onde se tem multiplicado impunemente mercê de uma tolerância, que na Europa expira, enfim, até nos países mais fiéis ao catolicismo romano (Coelho, 1902, s. p.).

Em contrapartida, Mariana Coelho distanciava-se da postura radical de alguns intelectuais livres-pensadores ligados ao simbolismo – como a de Júlio Pernetta – que, ao valorizar a presença indígena na cultura nacional, negavam o que ela propalava como a grandiosa obra civilizatória dos portugueses.

Romário Martins, por exemplo, recebeu uma crítica interessante a respeito de seu livro *História do Paraná*, pela censura que fazia à colonização portuguesa. Nessa crítica, Mariana Coelho observava que, quando o assunto eram os portugueses faltava-lhe a isenção e a imparcialidade que se esperam de um historiador. Em suas palavras,

[...] a história tem de refletir-se absolutamente imaculada no puríssimo espelho da verdade; e, para tal conseguir, o historiador é obrigado a reconhecer e transmitir, simultaneamente, às gerações presentes e futuras, o bem e o mal de um governo, indivíduo, sociedade etc. Desde que só destaque uma das duas qualidades, o seu procedimento ressalta ao leitor sensato e consciencioso claramente intencional e a sua História perde, conseqüentemente a principal essência (Coelho, 1908, p. 54).

Para Mariana Coelho, a história da colonização portuguesa serviu para salvar o Brasil do estado de barbárie e abandono em que se encontrava, razão pela qual, de acordo com ela, as críticas que Romário Martins dirigia aos colonizadores eram apenas exageros patrióticos. Aos olhos da feminista, o livro “*História do Paraná*” falhava por não tratar dos fatos históricos com neutralidade, envolvendo-se com a parcialidade das emoções pátrias.

Mesmo levando em conta as motivações pessoais dessa crítica, tendo em vista a origem portuguesa de Mariana Coelho, é inegável que ela revela uma concepção de mundo muito próxima do modelo positivista e evolucionista da escrita da história. Vale salientar ainda que a concepção de história esboçada por Mariana Coelho naquele momento aproximava-se muito da mencionada por Rocha Pombo no seu livro *História do Brasil*, que segundo argumentos do próprio autor, fundamentava-se nas proposições científicas de Comte e Spencer. Pombo caracterizava a história enquanto uma ciência passível de compreensão positiva, cujo papel seria descobrir as leis que regulavam o funcionamento e a formação das sociedades por meio de extensa documentação coligida pelo trabalho do historiador (Pombo, 1905: V-VI).

Essa perspectiva do trabalho historiográfico estava presente também nas obras de Romário Martins, contemporâneo de Rocha Pombo. Isso leva a pensar que a crítica feita por Mariana Coelho se inspirava na sua identificação com a cultura portuguesa, no seu patriotismo, o que a levava a opor-se ao parecer de Romário Martins. É importante ressaltar que essa foi a mesma motivação que causou o desentendimento dela com Júlio Pernetta. Assim, embora Mariana Coelho condenasse a parcialidade de Romário Martins na obra *História do Paraná*, ela mesma enunciava abertamente suas opiniões sobre a colonização portuguesa, ignorando completamente a história “espelho da verdade” válida apenas quando a verdade em questão fosse favorável aos seus argumentos.

Não obstante criticasse Romário Martins, Mariana Coelho demonstrava que conhecia as relações de força do campo. Conforme salienta Bega (2001), para que uma produção tivesse visibilidade e caísse no gosto dos letrados neste período, era necessário que intelectuais do porte de Romário Martins investissem seus capitais simbólicos e econômicos e garantissem o reconhecimento da obra, por isso o verbete de Mariana Coelho sobre Romário Martins era concluído com um tom bastante elogioso.

Antes de arrolar os grandes nomes da literatura do Paraná, Mariana Coelho fazia uma crítica severa aos que ela considerava como falsos intelectuais:

Há apenas uma classe, socialmente falando, que, querendo impingir importância intelectual e atrair a consideração geral, obtém exatamente o contrário. Esta classe de indivíduos acentuadamente ridículos, que vive, por toda a parte, à sombra do mundo civilizado, compõe-se, na maioria, de verdadeiras nulidades que invadem a sociedade moderna, e por esta designados com um nome característico: pedantes.

Quase sempre um tipo grotesco de valete de ouros, olhando impunemente com sarcástica petulância para tudo e para todos, o pedante envolve tudo o que o cerca numa esfera muito inferior à sua presumida individualidade intelectual; e em face das suas variedades e picarescas exibições não há compleição neurótica que se não sinta vivamente agitada, como não há espírito baseadamente culto que se não revolte. [...]

Quase não há classe social que não conte algum membro afetado deste revoltante contágio, tanto mais odiosa que consegue muitas vezes empanar a pureza do brio pátrio e que, para uns, se resume e baseia simplesmente nestas palavras: falsa orientação intelectual; para outro, para os mais graduados, numa pretendida e oca erudição (Coelho, 1908, p. 29).

Aos olhos de Mariana Coelho, em um tempo que assinalava para rupturas com a ignorância, que apontava para a excelência e a realização, encontrar pessoas de alma mesquinha e ignorante era contrário à marcha da civilização, pois elas levavam consigo os signos do velho, do obscuro, do antigo, de tudo que se queria extirpar da sociedade de então. Em um momento marcado pelas maiores realizações da humanidade, potencializadas pela ciência e pela razão, o falso intelectual se opunha a todos os anseios da verdade e do conhecimento científico, constituía-se, portanto, em uma ameaça visível aos verdadeiros intelectuais paranaenses, pois sabia também fazer uso da palavra, mas era em si um ignorante.<sup>25</sup>

<sup>25</sup> Além dos autores já citados, mereceram destaque também em sua obra, Fernando Amaro, Leôncio Corrêa, Dr. Emiliano Pernetta, Silveira Netto, Emilio de Menezes, Domingos Nascimento, Julia da Costa, Antonio Braga, Alfredo Coelho, Dr. Dias da Rocha Filho, Ricardo Lemos, Antonio Camargo, José Moraes, Gabriel Pereira, Dr. Claudinho dos Santos, Dr. Bastos Junior, Paulo Assumpção, Gastão Busquet, Jayme Ballão, Lucio Pereira, Romário Martins, Dr. Sebastião Paraná, Dr. João Evangelista Espindola, Dr. João David Pernetta, Dr. João Itiberê, Dr. Saldanha Sobrinho, Chichorro Junior, Machado Lima, Monsenhor Alberto Gonçalves, Monsenhor Manoel Vicente da Silva, Padre Antonio Joaquim Ribeiro, Padre Julio Ribeiro de Campos, Theophilo Soares Gomes, Bento Cego, Dr. Moyses Marcondes, Clarimundo Rocha, Therezio Porto, M. da Cunha Sobrinho, Albino Silva, Alfredo Munhoz, Cons. Manoel Francisco Corrêa, Celestino Junior, Dr. Ermelino de Leão, Dr. Azevedo Macedo, Urbano Carrão, Dr. Leocádio Corrêa, Dr. Nilo Cairo, Dr. Emilio Westaphalen, Reinaldo Machado, Dr. Manoel Francisco Corrêa, Dr. José Henrique de Santa Ritta, Domingos Duarte Vellozo, Teixeira Coelho, Eu-

Embora os grandes destaques de sua obra fossem os intelectuais livres-pensadores de renome, que segundo ela ocupavam posições importantes na sociedade curitibana como professores, autoridades de ensino, advogados, ou médicos, também estavam presentes em sua obra três intelectuais católicos e outros autores de menor expressão, que atuavam e ajudavam a manter o campo cultural em movimento, garantindo a periodicidade de publicação de revistas e jornais literários.

Ao caracterizar os intelectuais paranaenses, Mariana Coelho afirmava que “nas suas produções de arte [havia], manifestações de socialismo, anticlericalismo, espiritismo e, quantas vezes, colocando-se, nos grandes acontecimentos sociais ao lado dos oprimidos, com assomos de verdadeiros revolucionários” (Coelho, 1908, p. 79). A presença dos temas sinalizados por Mariana Coelho nas produções dos intelectuais paranaenses aponta para os projetos de intervenção social em jogo neste período, os quais pretendiam encaminhar a sociedade brasileira para o desenvolvimento e o progresso intelectual.

A edição desse livro, como já dissemos, foi uma encomenda para a Exposição Nacional em comemoração ao centenário da abertura dos portos brasileiros às nações amigas e Mariana Coelho foi escolhida entre outros intelectuais, homens e mulheres, para escrevê-lo. A tarefa foi recebida por ela com honra e na introdução do livro aproveitava para justificar possíveis ausências de intelectuais:

Impelida pelo veemente e justo desejo de provar a minha grande dedicação a este belo e hospitaleiro estado, resolvi dar a lume um livro em que salientasse o lisonjeiro e respectivo desenvolvimento da arte paranaense, e onde coligisse tudo sobre a bela mentalidade de alguns de seus ilustres filhos tenho escrito.

A precipitação com que este livro foi coordenado não me deu margem para desenvolver detida e devidamente, como tanto desejava, a apreciação, a que todos têm direito, do seu merecimento na literatura e nas artes. Oportunamente, porém, numa outra edição, farei as diligências possíveis por apresentar uma obra mais completa [...].

---

clides Bandeira, Leite Junior, Helvidio Silva, Seraphim França, Ildefonso Serro Azul, José Celbecke, Alcides Munhoz, Adolpho Munhoz, Generoso Borges, Ismael Martins, Aluizio França, Hypolito Pereira, Thiago Peixoto, Cicero França, Santa Rita Junior, Thales Saldanha, Isidoro Costa Pinto, Leocadio Corrêa, Leite Junior, Thales Saldanha, Gabriel Ribeiro, Alcibiades Plaisant, C. Teixeira de Freitas, Antonio de Paula, Raul Gelback, Aguilar de Moraes Gilberto Beltrão, Heitor Valente, Romeu Balster, Julio Cezar Hauer, Arthur Gaissler, Didio Augusto, Aldo Silva, Zeno Silva, Florido Cordeiro, Didio Costa, Miranda Rosa Junior, Roberto Faria, Augusto Rocha, Raul Gomes, Ricardo Costa Junior, Alberico Figueira, Antonio Gomes, Daniel Cleve e Telêmaco Borba.

Quisera, neste grande momento, que o meu livro pudesse rivalizar em méritos com o do meu imortal patrício ascendente – o príncipe dos poetas do seu tempo: Camões! – para, ao arriscar este passo temerário, levantar bem alto o meu livro de estreia, com o fim de salvá-lo... do naufrágio da crítica severa e erudita (Coelho, 1908, p. 24).

A obra, segundo Leonor Castellano, foi bastante criticada. Ao falar sobre uma possível reedição ampliada dela, dizia que:

[...] também, a consagradora beletrista confiara-nos a honrosa tarefa de republicar, ampliado, o livro “Paraná Mental”, editado em 1908, que sofrera, ao seu aparecimento, as restrições e os ataques pérfidos dos apedrejadores ferrenhos, dos inimigos de tudo o que representa a coragem do idealismo, ou a força triunfante da fé em si mesmo (Castellano, 1956, p. 8).

Por ser uma obra de encomenda que figurava como uma referência da efervescência cultural do Paraná, termômetro da evolução social do estado, é possível pensar que ela tenha sido alvo de negociações entre a autora e os outros componentes da comissão que selecionou os materiais que fizeram parte da Exposição Nacional. O livro reunia os melhores produtos da intelectualidade curitibana, de sorte que nele ter o próprio nome mencionado significava ser reconhecido por sua criação, genialidade e atuação no campo literário. Para os intelectuais que ficaram de fora da produção, restava a possibilidade de reclamar pela ausência.

Nesse livro, Mariana Coelho considerava como marco zero da produção intelectual do Paraná a emancipação política do estado, *O Paraná Mental* tinha, neste sentido, motivações políticas, uma vez que, o estado recém-emancipado de São Paulo, começava a dar mostras de uma literatura regional. Nacionalmente a literatura foi encarada como fator e reflexo de progresso e, também, enquanto instrumento de mudança da realidade social, ao pôr em relevo a produção intelectual paranaense, a autora estava incluindo o estado no cenário nacional e ao mesmo tempo, reafirmando o grau de evolução do mesmo no caminho das nações civilizadas.

A obra sinalizava também para uma questão comum do período, o movimento de construção de identidade regional e nacional, o estado do Paraná, assim como outros, buscava definir seu lugar no estado nacional, delimitando suas especificidades e lutando por autonomia nas disputas do campo político.

## ■ 2.3 EMANCIPAÇÃO FEMININA EM DEBATE

O grupo de intelectuais livres-pensadores de Curitiba, cujos ideais em muitos pontos convergiam com os de Mariana Coelho, combateu principalmente a favor da liberdade de pensamento individual e do poder esclarecedor da razão. Suas reivindicações se pautavam naquilo que chamavam de necessidade de autonomia intelectual da sociedade, com liberdade de agir, pensar e julgar sem a tutela da igreja católica. Sua batalha era contra todo tipo de dogmatismo e obscurantismo da igreja católica, que para eles representava a submissão e o condicionamento ao automatismo intelectual.

Conforme ressalta Bega (2001), as tendências anticlericais estavam divididas em três vertentes diferentes. A primeira seguia o modelo clássico do ideário livre-pensador, combatendo duramente a Igreja-Estado e defendendo a liberdade de fé religiosa, o livre-arbítrio, a justiça e o ensino laico. A segunda via na monarquia o sinônimo da Igreja: enquanto a monarquia era entendida como atraso e decadência, a República era vinculada à racionalidade, ao progresso e à ciência. A terceira vertente, que, segundo a autora, predominou em Curitiba, lutou contra as práticas temporais da Igreja.

Os temas eram recorrentes e as posições com frequência polarizadas. De fato, em que pese algumas causas fossem compartilhadas, tais como a liberdade integral do pensamento do homem, a recusa aos dogmas católicos, a crença na razão e na ciência, havia divergências concernentes a nuances e posições específicas relativas a essas causas comungadas. Por exemplo, enquanto alguns anticlericais aceitavam a moral cristã, contestando apenas a postura incoerente da igreja católica em relação a esta, outros se afirmavam contra qualquer tipo de religiosidade ou coerção moral exterior.

Dario Vellozo, Nestor de Castro,<sup>26</sup> Silveira Netto,<sup>27</sup> entre outros letrados da capital paranaense, formaram, no início do século XX, o grupo denominado de “anticlericais”. Eles foram os primeiros no cenário cultural paranaense

<sup>26</sup> Nestor Pereira de Castro (1867-1906) nasceu em Antonina. Órfão de pai e mãe foi internado aos 10 anos em um Seminário em São Paulo. No Seminário redigiu um jornal manuscrito chamado de *O Reflexo*, em 1884 foi colaborador no jornal *O Iguapense*. Deixou o seminário e regressou a Antonina em 1886, dedicando-se nesse período ao comércio. Em 1887 casou-se e do casamento teve doze filhos, dos quais apenas quatro sobreviveram. Transferiu-se para Curitiba em 1887 e tornou-se jornalista profissional, trabalhou nos seguintes jornais: *Dezenove de Dezembro*, *Gazeta Paranaense*, *Sapo*, *Tribuna do Povo*, *A Notícia*, *Diário da Tarde*, *A Federação* e *A Estrela*. Em 1902 assume a direção jornal oficial do partido dominante, *A República*. Junto com Euclides Bandeira e Romário Martins, formou a tríade virulenta e polêmica que dominava o jornalismo local (Bega, 2001, p. 267).

<sup>27</sup> Manuel Azevedo da Silveira Neto (1872-1942) nasceu em Morretes. Foi líder operário, fundou a Sociedade Protetora dos Operários. Frequentou o Ginásio Paranaense e mais tarde estudou gravura e desenho em Pedra na Litografia do Comércio. Foi redator do jornal *A Luta*, colaborou com a revista *A Arte* (Bega, 2001, p. 253).

a constituir – uma identidade de grupo, de *intelligentsia*. Foram também os primeiros a apresentar um projeto amplo de reforma da educação no Estado, baseado nos princípios dos tempos modernos (Vieira, 2007, p. 18; Balhana, 1981, p. 29; Marchette, 1997, p. 41).

São testemunhos destas manifestações e dos debates públicos ocorridos neste contexto a produção crescente de periódicos, tanto aqueles alinhados aos ideais católicos, quanto os aliados aos anticlericais. Nessa imprensa, o embate marcava presença nas propagandas difundidas em larga escala, nos convites para reuniões e cultos, na abertura de clubes e agremiações, que procuravam inspirar a ainda insipiente opinião pública.

Em seu estudo historiográfico sobre a capital paranaense do entresséculos, DeNipoti (1998) ressalta que este foi um momento de muita agitação intelectual e de uma indiscutível diversidade cultural. Segundo ele, a representação dos intelectuais paranaenses sobre o momento é a de que ele significou uma ocasião sem precedentes de criatividade e notoriedade nacional no campo das letras e das ideias (p. 8). Na concepção de um intelectual da época Alcebiades Plaisant (1908), nas letras, o Paraná conta hoje com intelectuais cujo mérito não se pode contestar. E essa afirmação não é somente nossa; vem de mais longe, de diversos Estados do Brasil, da própria capital da República, onde o nosso meio literário é conhecido, é lido e apreciado (p. 177).

Outro intelectual do período, Rocha Pombo (1900), também se referindo à vida intelectual curitibana do período, assinalava que a vitalidade intelectual deste momento era o

[...] mais ativo e fecundo movimento literário, [...] que tal configuração assegurava uma eclosão mais completa e mais brilhante do gênio nacional e que não haveria naquele momento um ponto do Brasil onde se cultivasse as pátrias letras com mais esforço e mais sinceridade e isto [...] numa terra onde não há grande público leitor para as obras literárias e onde não é fácil encontrar-se editores. [...] (Pombo, 1900, p. 126-127).

O panorama vislumbrado por Rocha Pombo proporciona uma noção da atmosfera cultural que vivia Curitiba do início do século XX, e revela o diagnóstico de um problema que se tornava cada vez mais central no discurso intelectual desse período e que, de acordo com as elites, precisava de um enfrentamento urgente. Trata-se da falta de um público leitor e da

consequente necessidade de formá-lo, o que não poderia acontecer sem a instrução da população curitibana. De acordo com DeNipoti (1998), “em um contexto propício à leitura e à escrita, a importância da palavra escrita assume ares relativamente grandiosos, e é vista como catalisadora das qualidades de um povo” (p. 13).

Convém, contudo, alguma cautela ao tomarmos os discursos da época, tendo em vista que seus enunciadores desejavam o ingresso de Curitiba no cenário intelectual nacional e a valorização dos intelectuais que animavam a cena da cultura curitibana. Alguns trabalhos da historiografia contemporânea afirmam que entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, Curitiba foi marcada por um entusiasmo literário (Marach, 2007, p. 39; Trindade, 2001, p. 89; DeNipoti, 1998, p. 8). Esses mesmos trabalhos, entretanto, sustentam que a maioria da população local permanecia ausente desse processo, pois essa ampliação cultural ocorria principalmente entre as camadas médias e altas da sociedade.

Por se tratar de uma fase de acúmulo de expectativas em relação à República brasileira, a vida social desse período se intensificou e isto acabou por refletir-se também no ambiente cultural paranaense, que, desde a emancipação política do Paraná-província, tornou-se propício para ampliação da produção intelectual. “O jornalismo [...] valeu-se da nascente indústria gráfica, aliada e veiculadora das ideias críticas das relações sociais no processo de produção, que se implantava. Já ao final do século XIX, era uma indústria desenvolvida e possibilitava jornais com tiragens diárias” (Araújo e Cardoso, 1992, p. 65).

Esses jornais ampliaram as possibilidades de debates e polêmicas públicas do período. Desse modo,

a imprensa permite uma ampla visada da experiência cidadina: dos personagens ilustres aos anônimos, do plano público ao privado, do político ao econômico, do cotidiano ao evento, da segurança pública às esferas cultural e educacional. Nela encontramos projetos políticos e visões de mundo e vislumbramos, em ampla medida, a complexidade dos conflitos e das experiências sociais (Vieira, 2007, p. 13).

Conforme assinalado anteriormente, embora a publicação e o consumo de livros tenham vivido um processo de crescimento que aumentou a importância da palavra escrita e daqueles que a produziam, a participação das mulheres no círculo letrado ainda era parca.



Em Curitiba, mulheres cronistas escreviam em periódicos locais, principalmente versando sobre assuntos considerados femininos, como moda, casamento e etiqueta. Cristalizando suas experiências e marcando o seu lugar social, essa foi uma das entradas possíveis para uma população que pertencia à elite letrada, mas que ainda estava à margem da produção intelectual.

Desde o início do século XX, periódicos como o *Diário da Tarde* investiram neste tipo de produção.<sup>28</sup> As primeiras participações de nossa personagem no mundo letrado deram-se nestes meios. Ela iniciou sua vida intelectual em Curitiba escrevendo poesias e contos publicados em jornais literários<sup>29</sup> e manteve no *Diário da Tarde* uma coluna mensal intitulada *Chronica da Moda*. A primeira crônica que encontramos da autora é datada de 1º de fevereiro de 1901, e tratava entre outros assuntos das tendências francesas para a moda feminina da estação e de novas regras do *savoir vivre*, consideradas por ela como indispensáveis para suas leitoras:

Diz-nos um bom jornal de modas parisiense, que [...] O homem deve ser sempre o primeiro a saudar uma senhora, e ela deve sempre corresponder. Não o fará, porém, sem que ela autorize a tempo com um olhar, expressão do rosto ou um d'estes indícios fugitivos afirmando ser reconhecida.

Se, ao contrário a mulher não quer ser vista, uma impassibilidade absoluta, o vago dos olhos que não vos indicam suficientemente que não quer ser saudada.

Um homem deve saudar uma senhora a quem foi apresentado, com a qual conversou n'um salão, á mesa ou em alguma reunião. Se, por qualquer circunstancia, principalmente se ela é fútil, ou por um importuno *malentendu*, ele deixa de o fazer, doa a quem doer a frase, este homem não é um cavalheiro (Coelho, 1901, p. 1).

Um primeiro olhar para esta fonte causa certo estranhamento, suscitando a pergunta pelos motivos que teriam conduzido Mariana Coelho a escrever sobre regras de etiqueta. Parece pouco crível que uma mulher que defendeu a emancipação feminina, os direitos civis e políticos das mulheres, bem

<sup>28</sup> O *Diário da Tarde* foi o diário de maior longevidade do Estado e ao mesmo tempo é considerado o primeiro a expressar os ideais do jornalismo empresarial no Paraná (Vieira, 2007, p. 14).

<sup>29</sup> Algumas das revistas e jornais em que Mariana Coelho colaborou com poesias, contos e crônicas foram: *O Cenáculo*, *Almanaque Paranaense*, *Almanaque do Paraná*, *A Penna*, *O Sapo*, *O Beijo*, *Breviário*, *Folha Rósea*, *Olho da Rua*, *Fanal*, *A Bomba*, *Comércio do Paraná*, *Senhorita*, *Prata da Casa*, *A Sempre-viva*.

como o papel essencial da educação dessas nesse processo, escrevesse sobre um assunto que alguns anos mais tarde, em 1933, chamaria de fútil. É importante destacar, contudo, que falar com suas leitoras sobre moda era uma maneira de chamar a atenção para sua coluna, assim conquistando um público fiel.

Importa salientar que as regras de etiqueta citadas por Mariana Coelho em sua coluna eram uma parte importante da educação feminina. Ser mulher significava na época estar sujeita a regras sociais bastante rígidas do ponto de vista da aproximação com o sexo oposto. Como dizia a coluna de nossa personagem, essas regras exigiam que a mulher tivesse sempre uma postura contida e de distanciamento em relação aos homens.

De acordo com Maluf e Mott (1998) as mudanças de comportamento e sensibilidades que ocorreram em meio ao processo de urbanização pelo qual passava o Brasil entre a virada do século XIX e início do século XX, embora tenham tornado corriqueira a presença das mulheres nas ruas das cidades, cobrava seu preço, a saber, “[...] que a senhora soubesse conservar um ‘ar modesto e uma atitude séria, que a todos impunha o devido respeito’”. Caso contrário, estaria exposta à maledicência e comprometeria sua honra (p. 369).

A coluna foi também um espaço estratégico para que Mariana Coelho falasse às suas leitoras sobre o feminismo. No dia 1º de março de 1901, ela iniciava a coluna defendendo o sufrágio feminino e defendendo o feminismo:

Que entusiástico alvoroço, que delirante expansibilidade não terá produzido nas altas regiões feministas a aprovação francesa ao projeto que concede, finalmente, o voto á mulher? E com que desfrutável cara a receberiam os renitentes antagonistas da emancipação feminina, reconhecendo-se impotentes para deter a corrente infalível, a marcha triunfante e “assustadora” do progresso social e intelectual feminino – verdadeiro terror que assoberba e confunde uma grande parte do sexo “forte”! (Coelho, 1901, p. 01).

Ela aproveitava um espaço que o jornal lhe concedera em uma coluna aparentemente voltada às preocupações femininas para dar início a uma discussão sobre os direitos da mulher, seus deveres diante da construção de um mundo guiado pela racionalidade e pelo progresso.<sup>30</sup> Para isso mencionava

<sup>30</sup> De acordo com o artigo publicado em 06 de março de 1901, no mesmo Diário da Tarde Mariana Coelho afirmava que recebeu um convite do editor do jornal para escrever a coluna *Chronica da Moda*.

uma notícia sobre o movimento sufragista na Europa e a partir dela dissertava sobre o movimento feminista e sobre a educação da mulher. Interessante notar que embora ela fizesse referência à aprovação de um projeto que teria dado o direito de voto à mulher na França em 1901, a legalização dos direitos políticos femininos nesse país só seria efetivada em 1945.

Mariana Coelho acreditava que a explicação para que às mulheres fosse vedada a participação social repousava em sua ignorância e falta de instrução. Sua educação medíocre seria o que lhes ocasionava a situação de submissão. De acordo com sua análise, somente a educação poderia resgatá-las dessa condição, proporcionando a desejada igualdade entre os sexos.

Sim. Mas para derrocar pela base o erro que a ingenuidade ou incompetência feminina pode ocasionar, bastará dar á sua educação um mais consciente impulso – tornando-a cada vez mais solícita e lógica, dando ao seu espírito sequioso de ilustração possível e de que ele é capaz. A cegueira é sempre fatalmente funesta, qualquer que seja o campo que ela encare. [...] Sendo convenientemente preparada, poderá também exercer qualquer profissão, furtando-lhe d’esta ao sofrimento de inevitável martírio moral, o que os antigos preconceitos muitas vezes a obrigam (Coelho, 1901, p. 01).

É na educação que Mariana Coelho deposita suas expectativas de redenção do sexo feminino. De seu ponto de vista o acesso à educação levaria as mulheres à tomada de consciência e ao progresso.

Em estudo sobre o movimento feminista do século XIX, Kappeli (1991) afirma que, na maioria dos países europeus, as reivindicações relativas à educação das mulheres antecederam outras solicitações feministas e marcaram presença em muitas discussões e ações que buscavam melhorar o acesso à formação feminina. A educação mostrava-se cada vez mais indispensável à vida das mulheres, que, além de estar imbuídas de um papel civilizador – pois eram as responsáveis pela educação das crianças –, também começavam a compreender que a conquista da independência econômica passava pela aquisição e pelo reconhecimento de conhecimentos profissionais (p. 557).

Mariana Coelho não apenas defendeu publicamente a educação feminina, mas também encontrou uma maneira de intervenção efetiva no âmbito educacional com a iniciativa de fundar o Colégio Santos Dumont em 1902.

Preocupada em ver uma mudança no papel social exercido pelas mulheres de seu tempo – do espaço restrito do lar para uma maior participação no espaço público – por meio da educação, conforme veremos no terceiro capítulo, ela mobilizou homens e mulheres no intuito de concretizar seu projeto.

Ela sabia como ocupar o espaço que lhe era concedido para publicação. Embora tenha iniciado sua crônica de moda fazendo alusão ao acesso aos direitos políticos pelas mulheres, na sequência do artigo, ela muda de assunto e cita a volta dos colletes para próxima estação e um novo manual de etiqueta publicado na França. Com tom irônico, ela descrevia os detalhes do novo manual que ensinava a comer ovos na casca e concluía que as regras de polidez nele presentes eram “minuciosamente ridículas” e que sua autora era apenas uma “francesinha desfrutável”.

Como era de se esperar, a defesa pública dos direitos políticos das mulheres não tardou a angariar resistências e desafetos. As primeiras discussões acaloradas a esse respeito foram encontradas nas páginas do *Diário da Tarde* na mesma semana<sup>31</sup>.

Em um artigo escrito em francês e intitulado *La Femme Electeur*, Georgina Mongruel opõe-se ao artigo de Mariana Coelho argumentando que ele devia chamar-se *A emancipação feminina e o direito ao voto*. Mongruel aí defende o direito da mulher à educação, em tudo que é grande, belo e nobre e natural, ou seja, para que pudesse cumprir sua missão: educar corretamente sua família. Não se declara contrária à profissionalização da mulher, por considerar que uma mulher poderia ser médica, visto que essa profissão tinha um valor social indiscutível. Mas condena o voto feminino, bem como o abandono do lar para a participação na vida pública. Para ela, o direito ao voto tiraria da mulher seu principal direito: a maternidade e o lar e a levaria para os cafés e a praça pública para discutir política. Ela conclui sua nota perguntando a Mariana Coelho, de maneira irônica, como se comiam ovos na casca em Portugal (Mongruel, 1901, p. 1).

Georgina Leonard Mongruel (1861– 1952), foi figura importante na capital paranaense. Ela nasceu em Charleroi, Bélgica e foi educada por seu avô em Paris. Voltou para Bélgica e diplomou-se na Escola Normal Superior de Mons, em 1885. Veio para o Brasil em companhia do marido. Morou em São Paulo e no Rio de Janeiro e em 1895 passou a residir em Curitiba. Aqui deu

<sup>31</sup> Outras mulheres brasileiras e paranaenses defenderam o voto feminino na mesma época que Mariana Coelho. Entre elas podemos destacar no cenário nacional Nísia Floresta e Bertha Lutz. No cenário paranaense tiveram muito destaque as ideias de Escolástica de Moraes Vellozo esposa de Dario Vellozo. É interessante notar que, embora essa discussão seja iniciada no entresséculos, as primeiras iniciativas de organizações sufragistas femininas datam de 1910 e os direitos políticos no Brasil só foram regulamentados em 1934.

aulas de canto, piano, violino e pintura na Escola de Belas Artes. Colaborou em alguns periódicos em Bruxelas, na Bélgica, e em Paris no jornal *Mercure de France*. Escreveu ainda no *Diário da Tarde* e na revista *Fon Fon* no Rio de Janeiro. Participou do Centro de Letras e do Instituto Néo-pitagórico (Nicolas, 1974, v. 2, p. 319).

Embora tenha tido acesso a uma educação que a direcionou para participação no espaço público, tendo atuado profissionalmente durante toda sua vida, Georgina Mongruel mostrava-se reticente às mudanças sugeridas por Mariana Coelho. Surpreendida com a oposição de Georgina Mongruel, Mariana Coelho respondeu ao artigo dizendo que tinha sido mal interpretada e que não entendia a resistência de uma mulher ao movimento feminista. Expondo cada ponto de sua postura diante do quadro progressivo da participação feminina na vida pública, ela declarava: “[...] quero-a [a mulher] intelectualmente preparada e prevenida para acompanhar condignamente o progresso social – cuja veloz marcha lhe impõe tal necessidade [...]” (Coelho, 1901, p. 1).

Mostrando-se convenientemente moderada, ela negava que seu artigo sobre a emancipação feminina defendesse uma pretensa inversão de papéis: “[...] não ofereço o ridículo de entregar ao marido o cuidado de adormecer o bebê enquanto ela vai discutir política ou pleitear candidatura” (*Id. Ibidem*, p. 1). Entretanto, afirmava acreditar que a mulher tinha condições morais e intelectuais de acompanhar os debates políticos. Sustentava ainda que o fato de Mongruel se opor a um projeto francês acerca do voto feminino, que fora aprovado por 374 votos contra 101 votos, demonstrava a falta de solidariedade para com suas compatriotas. Ela acrescentava que compreendia as preocupações de Georgina Mongruel com a participação da mulher na esfera pública, discutindo o voto nos cafés ou na praça, afirmando que a mulher tinha por natureza um inato recato e “[...] uma tendência para uma sã moral”, qualidades que poderiam conviver tranquilamente com um espírito iluminado pela educação. Censurava a postura de Mongruel no que dizia respeito à aquisição dos direitos políticos pela mulher, pois não compreendia por que ela considerava que uma mulher poderia ser médica e não eleitora. Ela ponderava que o mesmo tempo que seria roubado da mulher para exercer seu direito político também poderia lhe ser subtraído por sua profissão. Em nenhum dos casos apresentados, segundo suas palavras, seria usurpado da mulher o seu “[...] atraente lugar que desde sempre lhe está marcado no lar [...]”.

Para Mariana Coelho, a emancipação feminina não poderia furtar das mulheres as horas dedicadas à maternidade e ao lar. A “nova mulher” anun-

ciada por ela devia conciliar os seus diversos papéis sociais empenhando-se em dividir-se entre os direitos que lhe foram naturalmente atribuídos no espaço do privado e as novas exigências de participação na vida pública. Responsável pela tarefa de proporcionar o desenvolvimento das qualidades intelectuais e morais das crianças, por meio de seus exemplos, a mulher era vista por ela como elemento indispensável para a construção do futuro da nação. Assim, a preocupação com a formação das mulheres do ponto de vista de Mariana Coelho passava também pela questão da educação das novas gerações cujo futuro estava nas mãos maternas: a educação das crianças: fossem elas mães naturais ou espirituais.

A discussão continuaria com a réplica de Georgina Mongruel, que atacava em Mariana Coelho a indelicadeza de referir-se à autora do manual de etiqueta por “francesinha desfrutável”, assim negligenciando que a França servia de parâmetro de civilização para a elite da época (Mongruel, 1901, p. 1).

Tentando pôr fim à discussão, Mariana Coelho respondeu ao artigo declarando que, quando há “[...] insistência em esmiuçar exageradamente um assunto, corre-se o risco de descer frivolidades que podem roubar a elegância do artigo [...]” e seguia defendendo e reiterando seus motivos para o voto feminino e concluindo com um pedido de desculpas irônico “[...] longe estava de supor que n’esta modesta secção iria ferir a suscetibilidade da distintíssima Mme. Mongruel. Peço-vos que aceiteis o meu mais sincero respeito e profundo apreço” (Coelho, 1901, p. 1).

Embora tivessem divergências em relação às condições de participação da mulher na sociedade, Mariana Coelho e Georgina Mongruel concordavam que a participação de mulheres na cena pública deveria estar condicionada à preservação dos deveres domésticos de mãe, esposa e filha. Esse modelo de comportamento da mulher fez parte do ideário positivista no qual existia um incentivo para participação das mulheres na cena pública, nas esferas sociais e culturais, desde que esta não entrasse em desacordo com sua vida doméstica (Trindade, 1996, p. 149). Nesta concepção o sexo feminino poderia ser incluído no projeto educacional da república, pois, na formação inicial da criança, eram as mulheres que iriam intervir no trabalho intelectual, estético, nas artes e principalmente na manutenção da moral positivista.

As discussões entre Mariana Coelho e Georgina Mongruel no periódico continuaram sendo frequentes em momentos posteriores, pois as duas tinham posturas muito diferentes a respeito do que a mulher do período deveria reivindicar para sua emancipação.

Mongruel, que tinha uma trajetória interessante enquanto uma mulher pública, educada, culta e profissional, poderia ter apoiado Mariana Coelho

em suas iniciativas, mas isso não aconteceu. A despeito de suas divergências no que tange à participação pública das mulheres na sociedade, mais tarde, em 1903, Mariana Coelho convidou sua colega Georgina Mongruel para trabalhar como professora de pintura, no Colégio Santos Dumont.

No que se refere ao enfrentamento das duas intelectuais, em dado momento, Nestor de Castro entrou no debate argumentando a favor dos direitos das mulheres. Endereçando-se a Georgina Mongruel, ele sustenta que

Mme. Mongruel entende e sustenta que os deveres da mulher estão naturalmente adstritivos ao lar, e que qualquer ampliação dessa missão trará o aniquilamento da família.

A' primeira vista, parece que a verdade sobre o assunto reside nessa afirmativa, e que toda manifestação tendente a transformar o atual estado social da mulher, se reduz a uma profanação contra mulher, se reduz a uma profanação moral e a tranquilidade domésticas.

Um plano visual, porém, mais largo em torno da tese em baila, fará compreender que a felicidade humana só será completa e duradora quando for proclamada a incondicional emancipação feminil.

Esta revolução, tão necessária ao aperfeiçoamento dos costumes, está sobretudo confinda à amplitude dos meios pedagógicos á cultura intelectual da mulher.

E' para a integração educativa do sexo feminino, que se pede ás nações a aceitação das senhoras nos diferentes ramos do ensino oficial (Jacques, 1901, p. 1).

Assinando com o pseudônimo João Jacques, ele mostrava uma visão da emancipação feminina muito próxima a de Mariana Coelho. Educar a mulher para que ela, junto com o homem, também educado, atingisse o ideal da civilização. Visto que na época a educação foi considerada meio por exceção de intervenção social, ele reputava essencial educar as mulheres em consonância com as exigências do mundo moderno, que evoluía rapidamente.

Mongruel escreveu artigo em resposta a Nestor de Castro, contestando sua postura diante do papel social da mulher. Enquanto ele defendia a profissionalização da mulher em áreas consideradas exclusivamente masculinas, ela argumentava que o envolvimento feminino com estas áreas feria a natural fragilidade feminil. Para ela, não era possível que a mulher encon-

trasse um equilíbrio entre a profissão e o cuidado com o lar e, se este não era possível, era melhor que a mulher escolhesse a vida doméstica. Em sua perspectiva não fazia nenhum sentido educar as mulheres para se ocuparem de profissões masculinas como o direito, por exemplo, pois para elas esse conhecimento iria se tornar inútil. Defendia a educação da mulher para que esta apurasse sua cultura, mas não em termos da ocupação de profissões tidas como masculinas, pois o tempo da mulher devia estar dedicado ao seu papel primordial na sociedade como esteio da família. Aceitava sim que a mulher exercesse profissões ligadas à filantropia ou a uma espécie de maternidade social como a medicina ou ainda o magistério. Condenava novamente o voto feminino, o que considerava uma aberração e declarava não entender por que as mulheres deviam perder seu tempo participando de agitações políticas (Mongruel, 1901, p. 1).

Nestor de Castro voltou ao jornal para esclarecer seu ponto de vista sobre o comentário que Mongruel havia feito acerca da inutilidade de uma mulher exercer advocacia. Ele dizia que uma mulher poderia sim ser uma boa advogada, desde que tivesse a formação adequada. Para confirmar sua opinião, citava o nome de Joanna Chauvin que na época já ocupava o lugar de lente de direito no Liceu Normal de Paris. Afirmava ainda que o voto feminino seria uma consequência natural do processo de emancipação da mulher e, para que isso acontecesse, bastaria que ela apurasse sua cultura intelectual de acordo com a boa doutrina feminista. Concluía utilizando a história para mostrar algumas mulheres que, segundo seu ponto de vista, haviam contribuído para engrandecimento da nação. O que levaria ao abandono do lar pelas mulheres, segundo ele, não seria a ocupação com coisas públicas e sim o desvio de caráter (Castro, 1901, p. 1).

A discussão sobre a entrada da mulher no mercado de trabalho entre Mongruel, Mariana Coelho e Nestor de Castro acompanhava os debates públicos que ocorriam naquele período sobre a configuração de um novo lugar a ser ocupado pelas mulheres no espaço social. Em uma sociedade que passava pela experiência da urbanização, o espaço público era cada vez mais frequentado pelas mulheres, o que naturalmente impunha a discussão sobre sua inserção no mercado de trabalho. Mulheres exercendo profissões como a enfermagem, a medicina e o magistério eram admitidas, visto que as mesmas representavam uma espécie de maternidade espiritual e social. Este tipo de maternidade era amplamente difundida e defendida por intelectuais que, desde o século XIX, associavam as profissões supracitadas ao humanitarismo e a uma atitude filantrópica. Essas tinham, conforme mencionava Mongruel em um de seus artigos, um forte apelo de trabalho social e estimulavam a



missão social das mulheres. De acordo com ela, “a missão de salvar o mundo, profundamente ancorada na tradição evangélica, toma para certas feministas a forma de uma obra civilizadora” (Kapelli, 1991, p. 560).

A questão do voto da mulher, que era defendida por Mariana Coelho e Nestor de Castro, aponta para o lugar social ocupado por estes dois intelectuais. O voto era um meio de intervenção na ordem social, era visto como garantia de participação nas decisões da classe dirigente do país. Por isso, o voto era pensado como princípio de igualdade e como condição para realização da igualdade dos direitos na vida privada e pública. Embora o sufrágio feminino fosse apenas uma esperança de igualdade de direitos, merecê-lo, de acordo com esse pensamento, exigiria das mulheres uma melhor formação (Kapelli, 1991, p. 556).

A campanha de Mariana Coelho pelo sufrágio feminino, oscilando entre o feminismo igualitarista e o dualista, consubstanciou-se numa prática que era ao mesmo tempo social e política e tinha como meta principal modificar as leis, para que se reconhecesse a mulher enquanto cidadã. A luta pelo sufrágio foi o grande carro-chefe das reivindicações de Mariana Coelho por reclamar não apenas uma condição de igualdade e cidadania para a mulher, mas por conduzir a uma discussão sobre o próprio exercício do poder.

Nos dois artigos, Nestor de Castro apoiou a opinião de Mariana Coelho sobre os direitos políticos das mulheres e a emancipação feminina. Embora a nossa personagem não tenha tido apoio de Mongruel, contou com o apoio de um intelectual livre-pensador, que considerava o feminismo um assunto sério e de ordem sociológica.<sup>32</sup>

Talvez por isso, em artigo de 21 de março de 1901, ele voltou à arena pública para contestar uma das questões levantadas por Mariana Coelho que segundo ele teria atribuído ao egoísmo masculino o atraso moral e intelectual das mulheres.

É um fato historicamente bem provado, que esse atraso vem, não do egoísmo, de quem quer que seja, mas da má orientação política dos primitivos organizadores da sociedade, e para os defeitos desta, é sabido, concorreram elementos vários, d'entre as quais podemos também destacar a influência direta ou indireta da mulher.

<sup>32</sup> Provavelmente a referência ao feminismo como sendo um assunto de ordem sociológica, menção que tanto Nestor de Castro, como Mariana Coelho fazem em seus textos, esteja ligada às teorias sociais que deram origem às primeiras discussões sobre a emancipação da mulher, como as que foram desenvolvidas por Fourier, por exemplo.

Cleópatra, por exemplo, não só destruiu os esteios Moraes da família egípcia, como apertou os laços da escravidão naquele país, compreendendo homens e mulheres na terrível decretação dos seus editos [...]

E' fácil imaginar os estragos Moraes que mulheres deste jaez causam á sociedade em que vivem. (Jacques, 1901, p. 1)

Concluía enfim, que o egoísmo não era marca exclusiva dos homens e que os mesmos não podiam ser vistos como inimigos naturais das mulheres, pois não eram eles os responsáveis pela falta de liberdade feminina.

A discussão continuou com a réplica de Mariana Coelho:

Dizer sua exa. Que atribuo ao egoísmo do homem todo o atraso moral e intelectual do sexo feminino, é ceder demasiadamente à sua fecunda imaginação – que exagera bastante a tal respeito.

Sei (ora que reflexão a sua, ilustre sr. João Jacques)!... que atualmente a maioria do sexo masculino ilustrado se pronuncia francamente pela emancipação da mulher (Coelho, 1901, p. 1).

Em seguida, Mariana Coelho citava o exemplo da França, que, conforme tinha mencionado em seu primeiro artigo sobre o tema, era pioneira nas discussões sobre o feminismo. Ao mesmo tempo Mariana Coelho desafiava Nestor de Castro a usar seu nome no próximo artigo, pois, em seus artigos ele tinha usado o pseudônimo João Jacques (Jacques, 1901, p. 1).

Nestor de Castro escreveu outro artigo em 29 de março de 1901, utilizando o mesmo título, *O feminismo*, no qual ele mostrava seu conhecimento sobre a história da luta feminista em todo mundo, com o objetivo de mostrar a ela que o feminismo, ao contrário do que afirmava Mariana Coelho, não havia começado na França:

Devemos também acentuar que o feminismo começou em Chicago, no grande congresso realizado em 1883 sob a presidência da Sra. Patter Palmer.

Foi d'ali que se propagou pela Europa a ideia emancipadora; muito antes de ir a Paris, ela já tinha difundido pela Suécia e Noruega, e tanto que, n'um congresso presidido pelo mestre Ibsen, o extraordinário dramaturgo assumira

a responsabilidade de escrever peças teatrais tendentes a melhorar as condições sociais da companheira do homem (Coelho, 1901, p. 1).

Voltando à cena, Mariana Coelho escreveu *Emancipação da Mulher*, nota em que se desculpava pela forma como tinha tratado Nestor de Castro e retomava a discussão do feminismo, agora suavizando a linguagem:

Não afirmei, nem tal podia sustentar, que coubesse à França toda a primazia moral do grande movimento feminista, que a maior ou menor distancia tenho acompanhado, pois que me não é totalmente estranha a atitude respectiva da América do Norte e outros povos [...]

Se nos meus modestos artigos a respeito não me expliquei suficientemente, claro que essa omissão devida simplesmente à falta de reflexão, pois que, na realidade o que eu principalmente tentava frizar era o adiantamento das ideias. Seria, efetivamente, o mais ridículo absurdo querer atingir uma concessão de tal ordem, sem o competente acesso proporcionado pela conveniente preparação da intelectualidade feminina. Uma educação completa primeiro, e depois o resto virá fatalmente, quer os obstinados opositoristas queiram, quer não.

De resto, felicito-me (se tal felicitação não é considerada uma imodéstia) por ter suscitado na digna e ilustre imprensa curitibana, com a despreziosa “Chronica da Moda” do primeiro de Março, a discussão interessante sobre o árduo assunto da emancipação da mulher – que tão fulgurantes penas vão se desenvolvendo entre nós, e em defesa da qual com tanta fidalguia vem salientar-se o hábil contista, Nestor de Castro, meu brioso cirineo, repito. Que ora veio auxiliar-me n’este difícil angulo que se me deparou no trajeto agrodoce da espinhosa vereda da imprensa, secundado generosamente pelo ilustre ponta-grossense, exm. sr. Lourenço de Souza (Coelho, 1901, p. 1).

As discussões que Mariana Coelho e Nestor de Castro mantiveram no jornal durante quase duas semanas mostram que, embora os dois discordassem em alguns aspectos em relação à questão do feminismo, ambos eram enfáticos em afirmar que a emancipação feminina seria

alcançada com a evolução natural da sociedade e o preparo intelectual das mulheres. Lourenço de Souza, que foi chamado no artigo de apoiador, era proprietário do periódico *Diário da Tarde* e autor do convite feito a Mariana Coelho para publicar a coluna. Nascido em Campo Largo em 1875, Lourenço de Souza diplomou-se na Escola Normal de Curitiba e foi professor de várias escolas públicas da capital paranaense. No ano de 1920 formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Paraná. Participou ativamente de campo cultural paranaense. Além de ser proprietário do jornal *Diário da Tarde* até 1902, também escreveu vários livros, sendo um deles intitulado *Educação da Mulher* (Negrão, 1927, p. 435).

A coluna mensal de Mariana Coelho circulou sob sua assinatura até abril de 1902. Nesse espaço, entre as novidades da moda da estação, ela voltaria a defender a emancipação da mulher por meio de sua educação. No mês de maio de 1902, Lourenço de Souza, vendeu o periódico e Mariana Coelho deixou de assinar a coluna *Chronica da Moda*. Embora nos meses seguintes do mesmo ano a coluna continuasse a ser publicada, esta passou a ser assinada por Mme. Courtois e se voltou especificamente para as questões de moda e elegância, perdendo a característica política adotada por Mariana Coelho.

Em 09 de abril de 1901, Mariana Coelho iria se desentender novamente com Nestor de Castro. Atendendo a sugestão do cronista Erasto, Mariana Coelho escreveu um artigo no qual se propunha a falar sobre o chapéu feminino, expressão que deu título ao artigo. Embora esse título sugira que o assunto será a moda, Mariana Coelho utilizou o espaço para criticar aqueles que em sua opinião abusavam do uso de citações em sua escrita.

Na presente resumida elaboração do meu solicitado parecer acerca do uso do chapéu, não vou, por certo, tentar fazer do aludido objeto um histórico mais ou menos completo, pois que jamais me empolgou a pretensão de atingir a perfectibilidade em qualquer assunto, costumando quase só contar com o que a minha deficiente pena possa desenvolver. [...]

É o barão de Teuchteralben que proclama que “o gênio é a verdade”, e, fazendo uma alusão indireta transcreve os mestres, diz que o que constitui a originalidade do talento é a arte de nos interrogarmos a nós mesmos em vez de consultar os livros (Coelho, 1901, p.1).

Para Mariana Coelho, o uso abusivo de citações em artigos jornalísticos, tornam a leitura difícil e quase sempre poupam os autores de emitir sua própria opinião, quando não simplesmente disfarçam a falta de opinião a respeito do assunto sobre o qual falam. O recurso da citação foi usado de forma recorrente pelos intelectuais do período como demonstração de erudição, e a própria Mariana Coelho lançou mão do expediente que criticava. No livro *A Evolução do Feminismo: Subsídios para sua história*, por exemplo, há citações que se ocupam mais de uma página inteira.

No dia seguinte à publicação de Mariana Coelho, Nestor de Castro veio a público, pessoalmente ofendido com a nota, expressando sentir-se alvo direto dos últimos artigos de Coelho. Segundo seu relato, ele teria recebido em casa um exemplar do periódico com a menção *Lê e admira* escrita à caneta em cima do artigo de Mariana Coelho. Como este era o nome da coluna que ele escrevia em outro periódico da capital, Nestor de Castro entendeu que o artigo de Mariana Coelho estava endereçado a ele:

Hoje, recebi pelo correio um exemplar d'aquela folha, [Diário da Tarde] com a seguinte notificação á margem de um artigo da exma. sra. d. Mariana Coelho: "Lê e admira".

Efetivamente, li e admirei o contexto assinalado, que de viva aresta encerra uma desagradável alusão aos meus escritos ultimamente aqui publicados.

Diz a exma. sra. d. Mariana Coelho que condena, sem derimentos nem atenuantes, a todo o individuo que escreva longas tiradas com citações textuais dos mestres da ciência. [...] Acho isto muitíssimo louvável, principalmente quando se trata de uma senhora cujo nome fulgure com extraordinário vigor de notoriedade literária. Com o que, porém, não posso concordar é com a egoísta pretensão de registrar-se os conceitos competentes quando as nossas próprias opiniões não representam autoridade de espécie alguma sobre qualquer assumpto que se discuta.

Em todas as esferas da intelligencia humana, as opiniões dos mais autorizados estão em texto para formar teoria e raciocínios dos que se julgam menos competentes (Castro, 1901, p. 1).

Mariana Coelho respondeu o artigo defendendo-se da acusação:

Não podia deixar de surpreender-me o artigo do exm. sr. Nestor de Castro, subordinado, á epigrafe – Citações, pela íntima convicção com que sua ex. repele uma suposta alusão aos seus artigos ultimamente publicados?

Admiro, antes de tudo, a ingenuidade com que o ilustre articulista prontamente partilhou a opinião da pessoa que lhe remeteu o meu artigo, notificando á margem a frase claramente intencional: Lê e admira, pois era de esperar de Nestor de Castro uma exata e imediata penetração em presença de tal fato, do qual devia concluir que “essa pessoa” se denunciava, evidentemente suspeita.

Antes de prosseguir cumpre-me declarar que distingo as breves citações, cuja elegância confesso, das longas transcrições, cujo desaire reprovoo. E partindo d’este princípio, fácil é depreender do meu artigo ultimo que não condenei, como de forma alguma o podia fazer as citações que, bem escolhidas, raras e muito a propósito, dão, na verdade, um certo realce e vigor a toda e qualquer produção, principalmente (sim) quando a nossa opinião precisa ser corroborada com a dos grandes autores; e tanto, que d’este recurso “não me eximo” (Coelho,1901, p. ).

O desentendimento parece ter se desfeito com o artigo de Mariana Coelho, pois o jornal não registrou outras respostas de Nestor de Castro. É importante destacar que o contexto do início do século XX, quando essas discussões ocorreram, foi marcado pela busca pelo poder da palavra o que tornou o espaço público o *locus* da polêmica por excelência, logo, participar de uma polêmica era uma forma de incluir-se na cultura da época.

Nestor de Castro era um intelectual de certa visibilidade na capital paranaense. Os pedidos de desculpas e os supostos mal-entendidos entre ele e Mariana Coelho na imprensa faziam parte das regras do jogo. Para ela, se por um lado o desentendimento com um intelectual que detinha as condições materiais e simbólicas para garantir espaço de publicação não era interessante, por outro, protagonizar uma polêmica garantia a atenção do público leitor para seus escritos.

Ser uma mulher atuante na cena pública, nesse período, significava estar voltada às especificidades da condição feminina e ser cobrada por isso. A inserção das mulheres no mundo público, como estudantes, consumidoras, atuando em organizações caritativas ou filantrópicas se tornava cada vez

mais frequente. Havia, contudo, um discurso que reforçava a ideia de que a mulher não poderia deixar suas funções sociais primordiais: o cuidado com o lar e a maternidade.

De acordo com D’Incao (2007), durante o século XIX a sociedade assistiu “[...] ao nascimento de uma nova mulher nas relações da chamada família burguesa, agora marcada pela valorização da intimidade e da maternidade” (p. 223). Esse perfil reforçava a ideia da fragilidade feminina, um estereótipo que favorecia o confinamento dessas mulheres no ambiente doméstico.

Os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira ocorridos nos primeiros anos do século XX contribuíram significativamente para modificar o modo como eram vistas na sociedade as mulheres, ao menos aquelas que pertenciam aos estratos médios e altos da sociedade. Essas mudanças, no entanto, não significaram uma aceitação mais ampla de sua participação social. Para algumas delas, a alteração do quadro social significou a oportunidade de demonstrar seu desejo de maior participação na cena pública. Entre suas reivindicações estavam a autonomia de pensamento, o acesso da mulher à educação e os direitos civis e políticos femininos.





## EXPERIÊNCIAS EDUCACIONAIS

### 3.1 MARIANA COELHO E A MISSÃO DO ENSINO

Conforme já discutido, Mariana Coelho teve uma significativa produção no campo cultural. De acordo com Leonor Castellano, no prefácio da obra *Palestras Educativas* (1954), ela teria “[...] principiado a escrever em 1887 [...]” (p. 9). Entretanto, não era como escritora que a intelectual garantia o seu suporte financeiro, mas como educadora.

Foi sua atuação na área educacional que lhe permitiu experimentar algumas das teorias pedagógicas em que acreditava. E foi ainda pela temática da educação que conseguiu o apoio de intelectuais como Sebastião Paraná e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, com quem manteve interlocução direta.

Como educadora, manteve-se sempre a serviço da missão do ensino. Em 1902, como já aludido, fundou o Colégio Santos Dumont, instituição que evidenciou seus ideais educativos. Para a empreitada de fundar o Colégio, ela contou com o auxílio de homens atuantes no campo intelectual paranaense. Entre aqueles que apoiaram sua iniciativa estiveram Sebastião Paraná (1864–1938), que na época era inspetor da Instrução Pública do Paraná, e Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872–1955).<sup>35</sup>

<sup>35</sup> Sebastião Paraná teve uma presença muito significativa entre a intelectualidade paranaense do entresséculos. Desenvolveu vários estudos sobre a geografia local e também tomou parte em importantes iniciativas culturais da época. Foi o primeiro diretor da revista *A escola*, fundou o jornal *A Tribuna*, dirigiu

Sebastião Paraná encarregou-se de uma ampla divulgação da escola de Coelho na imprensa. Em 1902 assinava uma nota que destacava a inauguração da escola. Em 04 de janeiro de 1902, o periódico *A República* destacava a inauguração da escola por meio de um artigo intitulado Colégio Santos Dumont, assinado por Sebastião Paraná. No artigo, além de informar que havia sido inaugurado em 02 de janeiro de 1902 “[...] um excelente estabelecimento de ensino [...]” (p. 01), também distinguia sua proprietária, a ela se referindo como “[...] ilustrada escritora exma. Sra. D. Mariana Coelho”.

Na sequência, ele tomava o espaço para falar de suas preocupações com a educação e sobre a importância das instituições particulares para difusão do ensino.

A iniciativa particular, que em todos os países é o grande elemento que anima a instrução publica, tem-se ultimamente mostrado muito prometedora e dá de si as mais flavas esperanças. Os estabelecimentos particulares de ensino primário e secundário de Curitiba fornecem magnífico contingente para aperfeiçoamento moral e intelectual da população. Outrora a instrução primaria que tinha vida oficial aqui era somente dada nas escolas publicas. Hoje, porem, graças à iniciativa individual, abrem-se escolas por toda parte, abrilhantando-se assim as searas da inteligência infantil (Paraná, 1902, p. 01).

De acordo com Paraná, era urgente o avanço da educação em direção aos ideais de moralidade e civilidade, e iniciativas como as de Mariana Coelho não eram apenas louváveis, mas necessárias. Para ele, ao escolherem a iniciativa particular para instrução dos filhos, os pais devem estar atentos ao preceptor a quem vão entregá-los. E recomenda [...] como autoridade escolar e, especialmente, como paranaense, venho recomendar aos chefes de família o bem-organizado Colégio Santos Dumont, pilotado por uma

---

a revista “O Club Curitibano”. Participou dos círculos intelectuais mais importantes de sua época como o Centro de Letras e fundou o Instituto Histórico-Geográfico do Paraná. Ocupou importantes cargos públicos como o de Inspetor Escolar, diretor da Biblioteca Pública do Paraná, foi também lente catedrático da Universidade do Paraná, diretor e lente do Gymnasio Paranaens, da Escola Normal e participou do Conselho Superior do Ensino Primário do Paraná em 1913 (Nicolas, 1954).

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo participou ativamente da vida intelectual paranaense. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo e ocupou vários cargos públicos em diferentes épocas. Ocupou um cargo de oficial de gabinete durante o governo do Dr. Vicente Machado, também foi Diretor Geral da Instrução Pública, entre 1913 e 1915, no governo de Carlos Cavalcanti, desenvolvendo e apresentando um novo *código de ensino*. Foi deputado cinco anos mais tarde e lente de Direito na Universidade do Paraná, das cadeiras de Economia Política e Teoria do Estado.

moça distintíssima, que se impôs ao respeito da culta sociedade curitibana pela nobreza de seu espírito delicado e viril (Paraná, 1902, p. 01).

Sebastião Paraná usava sua autoridade para recomendar a instituição escolar da amiga, e ao mesmo tempo delineava de Mariana Coelho a imagem de alguém que havia conquistado um espaço importante na vida cultural curitibana. Usava, portanto, o seu capital simbólico a favor da intelectual. Nas inspeções que fez, esmerou-se em divulgar a imagem de uma escola que primava pela higiene, pelo método de ensino e pela moral de seus clientes.

Ao falar sobre a escola, o intelectual a descrevia como uma “[...] sala espaçosa, asseada, com todos os requisitos reclamados pela higiene escolar. Muitas meninas ocupando as carteiras semeadas pela sala ampla, onde a luz entra em golfadas, confortando os pulmões” (Paraná, 1902, p. 01).

Sebastião Paraná era enfático ao qualificar como “asseada” e pautada em “todos os requisitos da higiene escolar”. Ele arrematava com uma recomendação para que os pais matriculassem seus filhos na escola.

Azevedo Macedo, por sua vez, colaborou com Mariana Coelho ao matricular sua filha, Anette Macedo<sup>34</sup> na instituição e, posteriormente, em 1907, ao ocupar o posto de professor na escola. Esse intelectual tinha uma concepção muito peculiar acerca da educação feminina. De acordo com opinião que manifestou na revista pedagógica *A Escola*, a mulher brasileira era privada da educação, e por isso não possuía energia para lutar como chefe de família. Usava a linguagem metafórica e a comparava a uma planta de estufa, que não tinha contato com o ar livre. Sua sugestão para uma mudança no perfil dessa mulher era investir em uma educação mais prática e utilitária, que fizesse dela uma planta que suportasse e resistisse a todas as rajadas da adversidade (Macedo, 1907, p. 69).

Quanto a Anette Macedo, as heranças de algumas convicções adquiridas pelo contato com a professora Mariana Coelho vão mostrar permanências em sua trajetória. Na década de 1920, em um contexto diverso daquele vivenciado por Mariana Coelho no momento da abertura da sua escola e de suas primeiras reivindicações a favor da profissionalização da mulher, Anette Macedo iria reivindicar mais uma vez a entrada da mulher no campo profissional. Em suas palavras: “Educai a mulher, preparai-a para concorrer com o homem para substituí-lo em qualquer profissão honesta e digna e tereis formado a nobre cidadã que há de colaborar com o homem e influir

<sup>34</sup> Anette Clotilde Portugal Macedo, filha de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1894-1963), foi professora diplomada pela Escola Normal em 1911. Mais tarde tornou-se professora da Escola Normal. Além de professora foi também diretora e fundadora da Escola Maternal e Sociedade de Socorro aos Necessitados (Nicolas, 1974).

poderosamente para que a política seja verdadeiramente filha da moral.” (Macedo, 1923, p. 172).

No Colégio, Mariana Coelho desenvolveu e aplicou o “Método João de Deus” para o ensino primário misto.<sup>35</sup> Documentos da Secretaria da Instrução Pública e notas sobre a abertura da escola em periódicos locais conceituam o método como “moderno”. Na instituição, Coelho ofertava ainda o curso de prendas domésticas e música para as meninas (figura 2).

**FIGURA 2 - PROPAGANDA DO COLÉGIO SANTOS DUMONT (1902).**

**Collegio Santos Dumont**  
 Curitiba—Rua 15 de Novembro n.º 105—Paraná  
 DIRECTORA—MARIANNA COELHO

Este collegio, cuja abertura terá lugar a 2 de Janeiro do proximo anno, destina-se a ministrar o ensino primario ás crianças de ambos os sexos; e secundario, de prendas domesticas e musicas, aos alumnos do sexo feminino. A duração do ensino das prendas domesticas é de uma hora diaria, admittem-se alumnos internos do sexo feminino: Será enviado mensalmente aos paes ou tutores das creanças um boletim com a indicação do aproveitamento e da conducta do alumno. O enseramento de matriculas effectuar-se-á no fim de Dezembro.

PREÇOS

Ensino Primario e Prendas	
Internos, por trimestre.	500\$000
Externos, sexo feminino, mensalidade	8\$000
Externos, sexo masculino.	7\$000

PAGAMENTO ADEANTADO

Far-se-á algum abatimento a todo o chefe de familia que tiver mais de um filho no collegio.  
 Para esclarecimentos relativos ao ensino secundario e musica, na actual residencia da Directora. 30—3

Fonte: *Diário da Tarde* (1902).

No ensino primário a escola usava para alfabetização de seus alunos a Cartilha Maternal ou *A arte de leitura* do poeta português João de Deus. Essa cartilha foi adotada em muitas escolas primárias de Portugal e, em 1882, tornou-se de uso obrigatório em todas as escolas lusitanas. No Brasil ela foi escolhida oficialmente como obra didática no Rio Grande do Sul, sendo também largamente difundida em São Paulo e Espírito Santo como método eficaz de ensino.

O método João de Deus, conhecido também como método da palavração, fundamentava-se em princípios da linguística. Basicamente consistia em iniciar o ensino da leitura pela palavra e depois analisá-la pelos valores fonéticos das letras. Havia uma grande discussão entre os intelectuais sobre a validade do método, mas entre os positivistas era bem aceito. Alguns in-

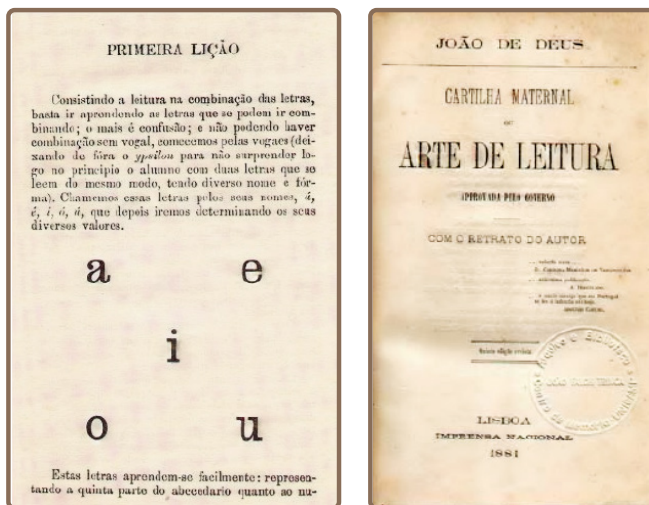
<sup>35</sup> De acordo com Oliveira (1998) o “Método João de Deus” pode ser considerado um precursor de Decroly. O conteúdo da “Cartilha Maternal” apontava para o Método Global de leitura e escrita. A referida cartilha, publicada pela primeira vez em 1876, ainda é utilizada como método para iniciação à leitura e à escrita em muitas escolas portuguesas.

telectuais acreditavam que esse método era uma fase científica e definitiva do ensino da leitura, bem como fator de progresso social

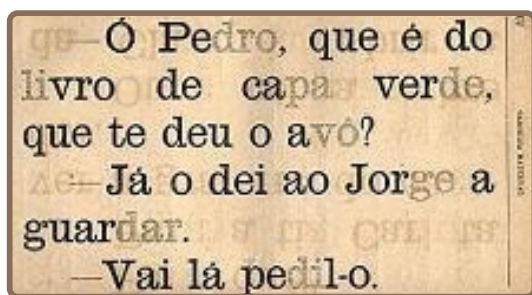
O método analítico para o ensino da leitura, que muito se aproxima do que era proposto por João de Deus e adotado no Colégio Santos Dumont, passou a ser obrigatório em 1890 em São Paulo, que teve a reformulação de sua instrução iniciada neste mesmo ano e tornou-se a principal referência para reformas educacionais de outros estados, inclusive a do Paraná. São Paulo havia se consolidado como força econômica principal do país durante esse período e apresentou-se como modelo imediato ao anseio de modernidade da intelectualidade paranaense.

Ele foi encarado como uma inovação no campo pedagógico. A fonte das letras grafadas nessa cartilha (figura 3) era mais arredondada que a fonte das cartilhas mais tradicionais (figura 4), o que, segundo os especialistas da época, permitia uma leitura contínua e fácil, com elevado grau de legibilidade e de “higiene de leitura”, fazendo a reputação desse método, baseado no sistema conhecido como língua viva (Deus, 1878, p. 7). Iniciando o ensino por partes do alfabeto e não do todo como tradicionalmente se fazia, o método combinava elementos conhecidos das palavras para que os alunos se habituassem às letras e seus valores sonoros (figura 5), sem a necessidade de seis silabários como era o costume “[...] em cuja série de combinações mecânicas não há de penetrar uma ideia!” (Deus, 1878, p. 7).

**FIGURA 3:** PRIMEIRA LIÇÃO DA CARTILHA MATERNAL OU A ARTE DA LEITURA.  
**FIGURA 4:** CONTRACAPA DA CARTILHA MATERNAL OU A ARTE DA LEITURA.



Fonte: Deus (1878).

**FIGURA 5:** PÁGINA INTERNA DA CARTILHA MATERNAL OU A ARTE DA LEITURA.

Fonte: Deus (1878).

É importante observar que o método foi adotado por Mariana Coelho no Colégio Santos Dumont em 1902, mas que não permaneceu como método de ensino na instituição por muito tempo. Em propagandas da escola, publicadas em anos seguintes à inauguração, Mariana Coelho retomou a questão dos métodos de ensino, que eram apresentados por ela como “[...] os mais adiantados métodos pedagógicos, e n’elle têm os alunos preceitos de moral e higiene, rudimentos de Desenho, exercícios de ginástica de salão, recitativos etc., dirigidos pela diretora, recebendo, portanto, educação intelectual, física, moral e estética.” (Coelho, 1908, p. 3).

Para Mariana Coelho, a abertura da escola significou um esforço no sentido de promover a modernização do ensino paranaense, incluindo um método novo na instituição e oportunizando que as meninas tivessem acesso ao processo de escolarização. De fato, o colégio aceitava para o ensino primário crianças de ambos os sexos, em uma época em que a inclusão de meninas na educação formal ainda era rara.

Conquanto tenha investido na educação de maneira geral, o projeto educativo de Mariana Coelho estava direcionado prioritariamente para a educação feminina. Feminista convicta, ela usou a imprensa como espaço privilegiado para apregoar os direitos civis e políticos das mulheres. Para ela, a evolução natural da sociedade levaria as mulheres à vida pública, mas a concessão desses direitos a elas só fazia sentido com a devida instrução, que serviria para que saíssem da “[...] tradicional treva da sua ignorância [...]”, que tivessem preparado o seu espírito de forma culta, educada para a Arte, para que deixassem de ser, em suas palavras, “um animal doméstico” (Coelho, 1908, p. 95).

Do ponto de vista da história das mulheres, as primeiras décadas do século XX no Brasil foram consideradas como fase inicial da profissionalização feminina da qual decorreu em parte, a entrada das mulheres em instituições

escolares, resultado das sucessivas reformas educacionais ocorridas neste período. Na direção desta argumentação, podemos afirmar que ocorreu uma maior inserção das mulheres em diferentes níveis de ensino e um processo lento de acesso a carreiras profissionais anteriormente restritas aos homens. Conforme observam Azevedo e Ferreira (2006), esse ingresso no mundo público esteve relacionado ao processo de modernização burguesa do qual as mulheres participaram.

Tal como sugere Michelle Perrot (2005), as mulheres nem sempre foram vítimas ou sujeitos passivos da história. Algumas mulheres encontraram nas reformas educacionais que aconteceram no Brasil ao longo do século XX, brechas inerentes ao processo de modernização do país que deram origem a novas formas de sociabilidades e identidades. O quadro de urbanização e industrialização crescente que caracterizou o período incentivou que algumas mulheres fossem incluídas em atividades econômicas e públicas no espaço social, no qual passaram a ser tanto produtoras quanto consumidoras.

Esse cenário permitiu a inclusão de mulheres no mercado de trabalho e algumas mudanças sutis nos costumes, nos padrões e no comportamento social. Mariana Coelho buscou defender neste contexto a emancipação da mulher por meio de sua educação e profissionalização. De acordo com ela, a educação não deveria, contudo, subtrair a mulher do espaço do lar em favor da ocupação feminina do espaço público. A seus olhos, um tal cenário configuraria uma inversão de papéis sociais que ela considerava ridícula.

É também certo que nem toda a mulher educada tem uma compreensão devidamente nítida do que na realidade deva ser a sua emancipação. Muitas entendem, talvez, que, o emanciparem-se equivale a usurparem (é o termo) uma posição sempre igual à do homem, invertendo não raras vezes seus papéis profissionais – o que seria, necessariamente, de um insuportável ridículo que roubaria à mulher esposa e mãe (mas, note-se, só a esta) a sua mais preciosa e principal simpatia moral (Coelho, 1908, p. 95).

Como se observou anteriormente, a ideia de que a mulher precisava ser educada para a participação no espaço público esteve presente desde os anos finais do século XIX. Embora a profissionalização da mulher se apresentasse como uma possibilidade para esse novo lugar social a ser ocupado por ela, existia um limite aceitável para ela. Por isso Mariana Coelho, principalmente em seus primeiros escritos, defendia que a educação profissional dessa “nova mulher” devia se pautar nas chamadas virtudes

femininas – a sensibilidade, a docilidade, a modéstia, a submissão entre outras – e que ela não poderia ultrapassar o espaço de atuação masculino.

A iniciativa que Mariana Coelho teve ao fundar uma escola mista no início do século XX é um indício de sua convicção sobre o papel da educação para emancipação das mulheres. Com efeito, embora estimasse que a educação feminina tinha como meta final os cuidados com o marido, a harmonia do lar, o diálogo igualitário no seio da família e o direito do sexo feminino à participação na vida social, para que esta meta fosse alcançada, considerava necessário educar as mulheres não apenas para as tarefas domésticas, mas proporcionando-lhes oportunidades educacionais equiparadas àquelas facultadas aos homens. Contudo, muito embora, conforme apontam os relatórios da instrução pública, o curso primário que Mariana Coelho oferecia no Colégio Santos Dumont fosse direcionado para ambos os sexos, inicialmente foi frequentado quase que exclusivamente por meninas.

Na concepção de Mariana Coelho o direito das mulheres à educação tinha o condão de elevar a condição feminina, abrindo-lhes a oportunidade de participar da vida política e civil do país. Na tarefa de defender a emancipação da mulher pelo voto e pela elevação de sua educação, Mariana Coelho se considerava uma missionária, cumprindo seu dever de revelar a urgência do preparo da mulher para que fosse útil na construção da prosperidade nacional.

Para ela a difusão do ensino primário era indispensável para formação adequada das futuras gerações. E, em artigo que escreveu no Diário da Tarde, assim se manifestava:

Não há diversão mais alegremente emocionante que mais íntima satisfação incute em todo o espírito progressista e ávido de ver a instrução prodigamente difundida do que a que lhe oferece, em toda a sua eloquente instrução, uma bem dirigida e concorrida aula de intervenção primária – base de todos os prodigiosos arrosos da Arte e da Ciência.

E' sob a ação frutífera do ensino pedagógico, que o embrionário espírito infantil se abre mais ou menos lentamente a esse fecundante, que vai animar e desenvolver sua inteligência para os mais nobres cometimentos da vida (Coelho, 1901, p. 1).

Além do curso primário, a escola de Mariana Coelho, oferecia o curso de prendas domésticas e música, voltado às mulheres. Em 1903, Georgina Mongruel passou a compor o quadro de professores da escola ensinando



pintura no curso de prendas domésticas. O ensino de prendas domésticas era considerado como um conhecimento complementar, que ampliava e refinava a educação das moças, aumentando suas chances de um bom casamento. Este curso garantia a Mariana Coelho a manutenção da escola, posto que tinha a duração de uma hora por dia e seu custo era o mesmo do curso primário.

A liberdade individual e autonomia do pensamento foram os grandes valores partilhados pelos projetos educativos da modernidade. Tal liberdade, por seu turno, não poderia ser pensada sem a conformação social dos partícipes desse contexto. Essa dimensão pedagógica da modernidade permitiu que a figura da mulher surgisse atrelada a um novo significado, a missão da maternidade e da educação, dimensão que era evidenciada por Mariana Coelho:

Não é desta forma, absolutamente inaceitável, que a minha compreensão e o meu senso concebem a emancipação da mulher; ela deve ser relativa, e tão justamente compreendida que não isole o vulto feminino de toda essa atraente e doce poesia que o cerca no lar – pois só aí encontrará o império que mais lhe compete e que melhor corresponde, em todo o sentido, à sua amorável e melindrosa natureza (Coelho, 1908, p. 94).

O curso de prendas domésticas oferecido por Mariana Coelho em sua instituição era um exemplo da força que tinha a tese sobre as tendências intatas da mulher. Mesmo defendendo a ampliação da educação e a profissionalização das mulheres, ela propunha um curso direcionado às moças que quisessem um melhor preparo para cumprir seus deveres de mãe e esposa. Tal como argumenta Louro (2006), para que realizassem bem o seu destino dentro do domínio da casa, era necessário que as mulheres estivessem plenamente preparadas.

O direito das mulheres à educação, na concepção de Mariana Coelho tinha o condão de elevar a condição feminina, abrindo-lhes a oportunidade de participar da vida política e civil do país. Para ela, era inaceitável que o estado avançado da civilização ainda concebesse a ideia da inferioridade feminina. A mulher, dentro da perspectiva de Mariana Coelho, era indispensável para o equilíbrio social, visto que seu papel estava atrelado à complementação do homem. Mulheres que não esclarecessem seu espírito, não poderiam ser o “justo paralelo com o espírito masculino” (Coelho, 1908, p. 95).

Na tarefa de defender a emancipação da mulher pelo voto e pela elevação de sua educação, Mariana Coelho se considerava uma missionária, cumprindo seu dever de revelar a urgência do preparo da mulher para que fosse útil na construção da prosperidade nacional.

Embora defendesse a ampliação da educação e uma maior participação feminina na cena pública, ela se mantinha crítica em relação às reivindicações que considerava exaltadas, como por exemplo, “os detestáveis exageros impostos pela moda à toilette feminina” e o abandono do lar por parte das mulheres para ocuparem o espaço público (Coelho, 1933, p. 32). Para Mariana Coelho, esse tipo de reivindicação em nada promovia o “aperfeiçoamento moral da humanidade”, pelo contrário, configurava-se em séria ameaça à família e à ordem social. E, em sua concepção, o ideal para a emancipação das mulheres casadas e mães de família, era a conciliação entre o mundo doméstico e a vida pública.

### 3.2 INVENTORES, CIENTISTAS, PROFESSORES E POLÍTICOS NO COLÉGIO SANTOS DUMONT

A escolha pelo nome de Santos Dumont por parte de Mariana Coelho é um aspecto relevante que merece ser também analisado. No período em que o colégio foi fundado, Dumont estava em grande evidência na imprensa nacional e internacional. Inclusive algumas de suas invenções já haviam obtido reconhecimento.

Em *A Republica* as notas destacando os feitos de Santos Dumont se multiplicavam no início do ano de 1902. Suas experiências mereceram destaque internacional e eram assistidas por um público atento e ansioso. Segundo o periódico *A Republica*, Santos Dumont foi referido pelo periódico New York Herald, em artigo de 19 de janeiro de 1902, como: “mágico da atmosfera, a desvendar os segredos da natureza e que por suas proezas faz corar os feiticeiros e novelistas de outr’ora” (*A República*, 1902, p. 1). Ele chegou a ser comparado – de acordo com artigo publicado em *A República* – pelo jornal New York Herald, ao Czar, sendo estimado até superior a este, pois o que significava “[...] um rei comparado ao homem que pode andar pelos ares [...]?” (*A Republica*, 1902, p. 1).

Em uma sociedade que acreditava que por meio da ciência seria possível descobrir todos os mistérios da natureza, uma personagem como Santos Dumont ganhava uma dimensão simbólica relevante. Certamente um cientista brasileiro de tamanha repercussão chamou a atenção de Mariana Coelho, que acreditava na ciência como instrumento de mudança e progresso, assim como elemento essencial para marcha da civilização.

A admiração que Mariana Coelho tinha por Santos Dumont foi anos depois transformada em amizade. Em maio de 1916 Santos Dumont, em visita ao Paraná, passou pela escola desta intelectual. Essa memória ficou registrada nas páginas dos periódicos da época e em uma foto tirada com ele ao lado de Mariana Coelho e seus alunos e alunas nas dependências da escola (figura 6) e em uma taça de cristal, relíquia guardada pela família. A amizade que manteve com o aviador ficou registrada nas cartas que trocaram e que os familiares consideraram como sendo epístolas românticas.<sup>36</sup>

Na ocasião dessa visita, além da grande festa, chama a atenção o registro do discurso de uma das alunas do colégio em homenagem ao célebre patrono. O colégio de propriedade de Mariana Coelho então funcionava já havia quinze anos e, segundo a aluna que discursou “[...] desde a fundação do estabelecimento usa o nome celebrado de Santos Dumont considerado um dos mais cintilantes astros que figuram nos domínios da ciência moderna.” Acrescentava que a escolha pelo nome da escola prestava uma “pálida homenagem á grande beleza de sua alma e de vosso raro talento” (A República, 1916, p. 1).

**FIGURA 6** – À ESQUERDA MARIANA COELHO CERCADA POR ALUNOS DO COLLEGIO SANTOS DUMONT. À DIREITA O PATRONO SANTOS DUMONT EM VISITA À ESCOLA.



Fonte: Acervo Nostalgia, *Jornal Gazeta do Povo*, Aviação 1915-1916, 15/10/2006.

<sup>36</sup> Tais cartas foram guardadas até poucos anos, quando foram entregues a um amigo da família que pretendia publicá-las. A família não teve mais notícias das mesmas.

A ampliação da rede escolar em Curitiba, bem como o processo de normatização pelo qual passou a mesma nos primeiros anos do século XX, com os primeiros regulamentos da instrução pública no Paraná, abriu novas possibilidades de investimento para Mariana Coelho. Com a abertura da Escola Normal e o magistério pouco a pouco se tornando um trabalho feminino, a escola passou a oferecer, a partir de 1907, preparatórios para o curso normal e ginásial. O Colégio Santos Dumont nesse mesmo ano passou por uma reformulação geral. Propagandas de janeiro de 1908 divulgavam que o curso secundário de prendas domésticas e música, bem como o ensino primário, que já existiam na escola, continuariam a ser ofertados, mas que a escola passaria a oferecer também o curso secundário preparatório para a Escola Normal e ginásio. Para concretizar a ampliação, Mariana Coelho contratou novos professores e passou a dividir a direção da escola com um professor normalista. De acordo com várias propagandas veiculadas no periódico *Diário da Tarde*,

Os cursos primário e de prendas domésticas [eram] dirigidos pela diretora Mariana Coelho, e pelas professoras adjuntas d. Júlia Gomes e d. Herculana Lavier. Os cursos intermediário e complementar, que abrangem todas as matérias do 2º grau, [eram] dirigidos pela diretora e pelo professor normalista Júlio Theodorico Guimarães. [...]

O colégio incumbe-se de preparar alunos para exame das diversas series dos cursos do Ginásio e Escola Normal, sendo as respectivas aulas dirigidas:

De Francês, Latim e História Natural, pelo dr. Laurentino d'Azambuja.

De Português, pelo dr. Azevedo Macedo, lente de Pedagogia e Lógica no Ginásio e Escola Normal.

De Matemática, Física e Química, pelo dr. Luis de Sá de Afonseca.

De Geografia, pelo professor normalista Lourenço de Souza.

De desenho, pelo engenheiro Carlos Regaler e de musica pelos professores Raul Messing e João Ricciardella (Coelho, 1908, p. 3).

A estratégia visava a que a escola não perdesse espaço na disputa com outras escolas do mesmo porte. Uma vez que ela não tinha certificação

escolar, buscou outras pessoas vinculadas à sua rede de sociabilidade que possuíam títulos escolares e que lhe garantiam a presença nesse espaço.

Entre esses estavam: Lourenço de Souza, proprietário do periódico *Diário da Tarde*, e Azevedo Macedo, que lecionava no Ginásio Paranaense e na Escola Normal, e que foram professores na instituição de Coelho.<sup>37</sup> Um Colégio que ofertava curso preparatório para a Escola Normal e o Ginásio Paranaense que contava com a presença de um professor que trabalhava nas duas instituições certamente era um bom apelo para os pais curitibanos interessados em ver seus filhos e filhas ocupando cadeiras nas duas escolas. Intelectual atenta às mudanças de seu tempo, Mariana Coelho usou seu capital econômico e simbólico e manteve-se à frente de um espaço de divulgação de suas ideias, mudando seu perfil e sua clientela.

Os modernos métodos de ensino usados na escola incluíam, além das disciplinas básicas do currículo do ensino primário e secundário, preceitos de moral, bem como exercícios de ginástica de salão, recitativos e rudimentos de desenho. A inclusão da ginástica evidencia a preocupação com a formação completa dos alunos, corpo e mente disciplinados, civilizados, transformados por meio da ação pedagógica e preparados desde a infância para tornarem-se aptos para intervir no futuro da nação. (*Diário da Tarde*, 03/01/1908).

Embora Mariana Coelho nunca tenha se dedicado a escrever sobre o método que utilizava na escola, algumas noções, como preceitos relativos à moral, bem como a formação preconizada pela instituição – que de acordo com suas propagandas era física, moral e estética – apontam para um ideal de educação que se pautava nos valores da higiene como preponderantes no método da escola.

De acordo com Tabora de Oliveira e Pykosz (2009),

[...] a partir do último quarto do século e, principalmente, nas três primeiras décadas do séc. XX, o que se viu foi uma verdadeira cruzada higiênica que mobilizou médicos, educadores, engenheiros e todos aqueles ligados de alguma maneira à causa da instrução pública. O crescente movimento pela renovação pedagógica oferecia o esteio propício para que, pela via da biologia, da psicologia e da antropologia,

<sup>37</sup> Nascido em Campo Largo em 1875, Lourenço de Souza diplomou-se na Escola Normal de Curitiba e foi professor de várias escolas públicas da capital paranaense. No ano de 1920 formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina do Paraná. Participou ativamente de campo cultural paranaense. Além de ser proprietário do jornal *Diário da Tarde* até 1902, também escreveu vários livros, sendo um deles intitulado *Educação da Mulher* (Negrão, 1927, p. 435).

principalmente, a higiene como corpo doutrinário ganhasse espaço no âmbito escolar. Daí as iniciativas em torno da sua implantação nas Escolas Normais, nas quais podemos localizar temas ou disciplinas tais como a própria Higiene, a Puericultura/ Paidologia, Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas, entre outras.

De alguma forma todas elas relacionadas com os diferentes cuidados com o corpo da criança, da mulher, da família, da sociedade. Portanto, voltadas para um projeto de intervenção social que teria na escola um dos seus mais destacados vetores (p. 136).

As políticas estatais relativas ao modelo ideal para a escolarização da nação, bem como em relação à pedagogia moderna a ser utilizada neste processo, propagaram os ideais das prescrições higiênicas. Isso se refletia na localização e na espacialização dos prédios escolares e nas práticas ali realizadas.

Neste sentido, para criar sensibilidades, fundamentais à formação do novo brasileiro, adaptado à sociedade que se modernizava de forma acelerada, novos espaços e tempos escolares foram definidos, assim como novas práticas de escolarização. Entretanto, conforme já discutido, esses projetos de intervenção social da sociedade brasileira não se manifestavam apenas na questão da escolarização, mas estendiam-se a outros aspectos da vida da população. Por meio da formação dos costumes pretendia-se inculcar nos corpos escolares atitudes que remetiam à disciplina, à brincadeira organizada, ao recato, ao controle. A conformação dos corpos infantis teve nas propostas de reforma da educação brasileira e mundial um papel de centralidade. Nos programas escolares, a higiene preconizava os saberes que diziam respeito ao corpo e compunha um grupo de disciplinas que tinham esse mesmo objetivo, tais como Trabalhos Manuais, Prendas Domésticas, Ginástica, Exercícios Militares e Canto Orfeônico e esteve associada à disciplina História Natural (Taborda de Oliveira e Pykosz, 2009, p. 139).

Em relação a esse ideal da educação do corpo por meio da higiene, podemos afirmar que ele se firmava na concepção de que era necessário que as crianças escolarizadas deixassem hábitos impróprios, trazidos de casa, e que levassem para o convívio familiar os bons costumes aprendidos na escola, exercendo o papel de propagadoras dos mesmos, visto que se acreditava que era mais difícil ensinar novos hábitos de vida aos adultos.

Importa destacar que a adoção e direção dos chamados modernos métodos pedagógicos do Colégio Santos Dumont, estavam sob responsabi-

lidade de Mariana Coelho. Talvez por isso suas qualidades como educadora tenham sido destacadas por vários de seus prefaciadores. Rocha Pombo, por exemplo, no prefácio de *O Paraná Mental*, a elogiava por sua

[...] lúcida inteligência e pela sua cultura, esta senhora se impôs ao respeito e estima geral por um conjunto de qualidades que realmente a destacam como um nobre tipo de mulher de seu tempo: segura do seu grande papel, ansiosa por desdobrar as aptidões do seu espírito nesse fecundo apostolado de caridade moral que se chama a função de instruir e educar (p. 13).

Segundo Pombo, era no sacerdócio da instrução e na missão do ensino que a intelectual exercia seu papel de forma mais decisiva. Visto que a questão educacional se tornou cada vez mais central no discurso e na ação dos intelectuais, estar ligada à formação de novos cidadãos era, mais do que uma profissão, um apostolado: tratava-se da construção da nação brasileira. Neste ideário, novas gerações passariam pela escola civilizadora e regeneradora, pautada na racionalização e no controle e se deixariam instruir para o progresso e a evolução.

Conforme sublinha Almeida (2006), o ingresso das mulheres no magistério não pode ser caracterizado apenas como oportunidade de liberdade, autonomia e transformação concedida pelos homens às mulheres. Ele deve ser analisado também a partir das mudanças sociais ocorridas desde o fim do século XIX e que determinaram essa tendência. Almeida destaca que, visto ter se tornado necessário que as mulheres fossem educadas, sendo igualmente importante que exercessem uma profissão visando contribuir para a formação das gerações futuras, o magistério se tornou uma alternativa por ser encarado por alguns pensadores como uma extensão do lar (p. 79). A profissionalização das mulheres nesse espaço, portanto, não significava uma concorrência profissional e intelectual com os homens – até porque a degeneração gradativa dos salários tornou-o uma profissão pouco atraente para o sexo masculino – mas era considerada a opção mais adequada para o sexo feminino, em virtude da convicção amplamente partilhada quanto à relação entre a profissão e os atributos de missão, vocação e sacerdócio.

Sem muitos atrativos financeiros para a carreira masculina, vai ganhando força a vinculação identitária feminina com uma inclinação natural para o trato com crianças e a vocação para o magistério.

Segundo Almeida (2006) nas décadas iniciais do século XX:

O grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar. Mas o imbrincamento dos atributos de missão, vocação ou sacerdócio com o desempenho da docência não se referia apenas às mulheres, mas ao professorado de um modo geral. Professores e professoras estavam imbuídos do dever sagrado de conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, as quais, por sua vez, levariam ao progresso da nação (p. 80).

Para alcançar os objetivos de civilizar a população e ao mesmo tempo mantê-la sob controle, a escola e a família se tornaram elementos essenciais, o que justifica o investimento que Mariana Coelho fez tanto no ensino primário, que foi um grande instrumento de moralização e civilização, assim como na proposta de educação feminina por ela proposta.

Como já enfatizado, é plausível que a falta de certificação escolar de Mariana Coelho a tenha levado a procurar um professor normalista – ou seja, alguém que possuía certificação escolar – para dividir a direção de sua escola, porque isso afiançava a ampliação e permanência da instituição, quando medidas estatais iniciavam a normatização e a regulamentação e o funcionamento de escolas públicas e particulares.<sup>38</sup>

Acompanhando uma tendência da época, o Colégio Santos Dumont, ampliou o número de estudantes, passando de 38 alunos em 1902, ano da inauguração, para 90 em 1907, ano de sua reorganização. Tudo indicava, portanto, que a instituição caminhava muito bem (Relatórios da Instrução Pública – 1902 a 1916). As fontes consultadas não informam sobre a frequência dos alunos na escola nos anos subsequentes a 1907, somente em 1916 essas informações passaram a ser novamente publicadas. Ainda que não se possa aquilatar se houve ou não uma queda crescente nos anos seguintes a 1907, em 1916, logo após a visita do patrono Santos Dumont na instituição, a escola teve uma queda significativa na clientela. As propagandas da escola continuaram a ser veiculadas com frequência nos anos que se seguiram a 1907, inclusive em 1917, último ano de funcionamento

<sup>38</sup> Entre o final do século XIX e os primeiros anos do século XX, houve por parte do governo do estado do Paraná um grande investimento em relação a legislação e normatização da Instrução Pública do estado. O primeiro Regulamento da Instrução Pública é datado de 1895, em 1901 um novo Regulamento foi aprovado e no ano de 1903 passou a circular o Regimento Interno das Escolas Públicas do Paraná. O Regulamento da Instrução Pública de 1907 substituiu o documento de 1901. De acordo com Souza (2007), na prática esse regulamento vigorou apenas por um mês, de 16 de janeiro a 26 de fevereiro de 1908. Em 1909 a instrução do Paraná passou por um novo processo de reorganização com a aprovação da Lei n. 894, de 19 de abril, que validava o Regulamento Orgânico do Ensino Público.



do colégio. Mas, conforme demonstram os relatórios da instrução pública, a escola passou de 10 professores contratados em 1907, para apenas 4 em 1916 e de uma clientela de 90 alunos, para 22, número bastante inferior àquele apresentado nos primeiros anos da instituição. O Colégio Santos Dumont deixou de funcionar em 1918.

Embora não se tenha encontrado nenhum documento que pudesse elucidar os motivos do fechamento da escola, podemos deduzir quais eventos contribuíram para isso. O ano de 1917 foi marcado por várias crises políticas, econômicas e sociais em contexto mundial. O fato de a Primeira Guerra Mundial (1914–1918) estar em curso – provocando uma crise econômica mundial que reverberou no Brasil – provavelmente tenha sido um componente que contribuiu negativamente para o funcionamento do Colégio. Soma-se a esse cenário um surto de febre tifoide na capital paranaense, que assustava e afastava muitas famílias da cidade. Por causa desta doença contagiosa, no início do mês de outubro de 1917 as escolas públicas foram fechadas e em seguida o mesmo procedimento foi adotado pelas escolas particulares para evitar que a epidemia se alastrasse. Isso também pode ter influído para a descontinuidade do Colégio Santos Dumont.

Não há registros da data exata em que a escola fechou, mas o colégio participou das comemorações de 07 de setembro de 1917, o que nos leva a acreditar que ela tenha encerrado suas atividades no final deste ano letivo.

## ■ 3.2 ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA

Em 1918 Mariana Coelho passou a atuar na Escola Profissional Feminina. Conforme apontam os relatórios da instrução pública desse ano, em 23 de janeiro de 1918 ela substituiu a professora Maria da Luz Cordeiro Xavier, que ocupava o cargo de secretária e professora de datilografia da escola. Em 11 de abril do mesmo ano nossa personagem teve sua nomeação oficial para o cargo. Os ofícios da escola dão a entender que, mesmo sem ocupar oficialmente o cargo de diretora, Mariana Coelho cuidava da administração da instituição. Para se entender o papel que esta intelectual desempenhou da Escola Profissional Feminina é importante retomarmos alguns aspectos da história dessa instituição.

Criada em 1886, a Escola de Belas Artes e Indústrias (figura 7) era de propriedade de Antônio Mariano de Lima.<sup>39</sup> De acordo com Santana (2004) a ideia do proprietário ao fundá-la era a de criar “[...] uma instituição voltada

<sup>39</sup> Antônio Mariano de Lima nasceu a 4 de março de 1858 na cidade de Trás os Montes, em Portugal, e fez cursos profissionalizantes de pintura, modelagem, escultura e cenografia na cidade do Porto. Chegou ao Brasil em 1882 e permaneceu no Rio de Janeiro, onde permaneceu durante cerca de um ano. Em 1884

para formação de artistas e profissionais qualificados, que pudessem, a seu tempo, auxiliar no processo de transformação do Paraná em uma região de progresso científico, artístico, industrial e – conseqüentemente econômico” (p. 8).

Ainda de acordo com a mesma autora, a instituição ensinava artes associadas à aplicação industrial, estando voltada para o ensino profissional. Na época de sua fundação, a escola era frequentada por moças e rapazes de diferentes classes sociais e oferecia os cursos de desenho artístico, arquitetura, escultura, pintura e música, bem como marcenaria, ferraria, carpintaria e decoração de casas. Os métodos utilizados na instituição, bem como o currículo da mesma, fundamentavam-se na Escola Nacional de Belas Artes e no Instituto Nacional de Música, ambas referências nacionais no ensino de artes. No ano em que foi criada a escola, Mariano de Lima priorizou o ensino do desenho, por considerá-lo indispensável para o desenvolvimento da pintura, bem como para o aprendizado de qualquer ofício (Santana, 2004, p. 44).

**FIGURA 7: FACHADA DA ESCOLA DE BELAS ARTES E INDÚSTRIAS DO PARANÁ.**



Fonte: Acervo Museu Paranaense, fotografia (19-?).

Com a saída de Mariano de Lima, que deixou Curitiba em 1902, a instituição foi perdendo as suas características originais. A direção foi assumida por sua esposa, Maria de Lima, e a escola passou a priorizar o ensino de artes para as moças (figura 8). Entre 1909 e 1917, Alfredo Andersen, amigo do proprietário e entusiasta do projeto da escola, lecionou desenho e pintura no

---

chegou a Curitiba onde fundou a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná instituição na qual permaneceu até 1902, quando deixou a cidade.

curso noturno para operários.<sup>40</sup> Em 1917, por problemas financeiros, a escola deixou de oferecer esse curso, que era direcionado para clientela masculina. Desde 1916 a instituição passara a se chamar Escola Profissional Feminina e por meio do decreto 548, de 08 de agosto de 1917, passou oficialmente para as mãos do Estado. De acordo com seu regulamento a escola era,

[...] destinada ao ensino de artes, economia doméstica e prendas manuais a alunos do sexo feminino, compreendendo as secções seguintes:

a – de desenho;

b – de pintura;

c – de datilografia;

d – de corte e feitura de vestidos e roupas para senhoras;

e – de corte e feitura de vestidos para crianças;

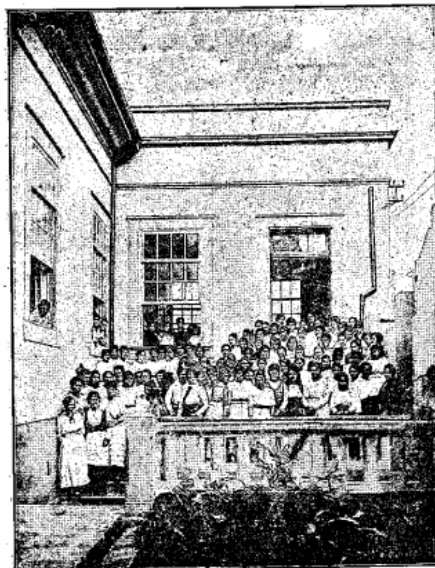
f – de corte e feitura de roupas brancas;

g – de fabrica de flores e ornamentação de chapéus;

h – de arte culinária em todos os ramos e de economia doméstica.

(Regulamento da Escola Profissional Feminina, 08 de agosto de 1917, p. 352)

**FIGURA 8:** CORPO DISCENTE DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA, 1916.



Fonte: Deus (1878).

<sup>40</sup> Alfredo Andersen (1860–1935) nasceu na Noruega, na cidade de Christiansand, foi pintor, escultor, decorador, Colégio Paranaense e diretor das aulas noturnas da Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná.

Interessa notar que, ao absorver a escola, o Estado preservou as aulas que, segundo a concepção original da instituição, eram as mais importantes para o ensino de artes e aprendizagem de ofícios, a saber, de desenho. Dessa forma, alguns importantes artistas locais, como Alfredo Andersen e Guido Viaro, continuaram a lecionar na instituição, mesmo depois da saída de Mariano de Lima. De acordo com o regulamento da escola, o curso completo durava quatro anos, durante os quais as meninas tinham que passar por todas as disciplinas acima mencionadas.

Ainda no que diz respeito à grade curricular da escola, é oportuno destacar que, embora a maior parte das disciplinas fosse direcionada a trabalhos manuais que tendiam apenas a ampliar e refinar a educação de mulheres para o trabalho doméstico, o relatório apresentado ao Diretor da Instrução Pública, em 1930, destacava possibilidades de maior participação destas meninas no meio profissional:

Das alunas que terminaram o seu curso, algumas acharam rápida colocação em pequenas casas de costuras, bordados e flores, outras leccionam particularmente e a maior parte espera vagas em estabelecimentos onde possam desenvolver a sua atividade de profissional.

Tomo a liberdade de lembrar a V. Ex. a necessidade de serem aproveitadas, como estímulo, as alunas que tenham concluído o seu curso com distinção, para cargos de professoras ou mestras ou como adjuntas destas, sempre que se derem vagas nesta Escola ou mesmo em casos de licença. Desta escola poderão sair, futuramente, as professoras de prendas para as varias Escolas Normais do Estado (Relatório da Instrução Pública, 1929, p. 79).

O comércio era o destino de algumas, mas consoante o relatório, a maioria ainda não tinha colocação. Entretanto, como destacam Maluf e Mott (2001) não se pode negar os pequenos poderes e liberdades conquistados por mulheres, pois:

[...] a execução de trabalhos manuais, sobretudo de agulha, como a costura, a tapeçaria, o bordado, a renda, o crochê e o tricô, pois, além de esses trabalhos serem valorizados pela economia que representavam para o orçamento e possível comercialização, por meio deles muitas mulheres deram vazão a criatividade e à imaginação (Maluf e Mott, 2001).

A dinâmica do processo de urbanização e modernização da sociedade brasileira permitiu uma transição do perfil educacional da população feminina que, “em curto espaço de tempo, do início da República à década de 1940, evoluiu do analfabetismo para a formação em nível superior [...]” (Azevedo e Ferreira, 2006, p. 217). Criadas especialmente para o público feminino, as escolas profissionais funcionaram, quase sempre, como um “laboratório social”, onde as alunas puderam ensaiar papéis inéditos de trabalhadoras na esfera pública.

A intelectualidade brasileira do início do século XX vivia um momento de expectativas em torno da modernização da sociedade, que estava fortemente atrelada ao desenvolvimento econômico e à industrialização. A educação, neste processo, esteve associada à formação de uma população que tivesse condições de sobreviver nessa nova realidade. Assim, era necessário despertar nos jovens alunos o interesse por profissões que, segundo suas perspectivas, ainda se tornariam vitais para o desenvolvimento da nação. Entre elas ganharam destaque nesse período principalmente àqueles referentes ao comércio, à indústria, à agricultura e à pecuária.

De acordo com Marach (2007), “em oposição às profissões liberais, elas foram chamadas de utilitárias tendo em vista sua aplicação prática no processo de engendramento do progresso nacional” (p. 58). A Escola Profissional Feminina pretendia, portanto, educar e profissionalizar mulheres, principalmente para atuarem no comércio e na indústria, para que desta forma pudessem contribuir para o progresso nacional.

Os intelectuais desse período olhavam com expectativa para o sistema escolar uma vez que este era veículo de disseminação da instrução e regulador da oferta de mão de obra no mercado de trabalho. Por isso, nas primeiras décadas do século XX, multiplicam-se as escolas primárias para alfabetização da população e surgem as escolas profissionais de orientação utilitária. Em consonância com essa tendência, busca-se, em Curitiba como em todo o país, a elevação do nível da educação popular. Nessa nova concepção de educação, cogita-se, atendendo à feição mais prática do momento, incluir a mulher no preparo para a profissionalização, com a finalidade de torná-la útil na construção da prosperidade nacional.

Mas, no que dizia respeito aos direitos femininos ao trabalho, a sociedade curitibana do período não ultrapassa em muito o reconhecimento da urgência em qualificar mulheres que, por falta de amparo masculino ou por pressões financeiras, se viam obrigadas a cumprir tarefas subalternas. Torna-se, assim, desejável que a mulher adquira certo grau de instrução e mesmo de profissionalização, para evitar qualquer desvio de comportamento que afete a família ou a sociedade. A capacidade de trabalho constitui, pois,

recurso para que a mulher ganhe sua vida honestamente, na hipótese de lhe faltar o pai ou o marido.

Em relação ao cargo de professora de datilografia, é possível que Mariana Coelho tenha exercido a função por pouco tempo, pois, embora o curso de datilografia constasse no regulamento da Escola Profissional Feminina de 1917, o primeiro registro do mesmo encontra-se em um documento datado de 1920, segundo o qual, “para favorecer ainda mais a educação de suas alunas, a Escola abriu o curso de datilografia, inteiramente gratuito, que forneceu no fim do ano diplomas a sete de suas frequentadoras (Relatório da Instrução Pública, 1920, p. 19). Em relatório apresentado pela diretora da escola em 1928 para a diretoria da instrução pública do Paraná, ela menciona que “não funcionam, atualmente, as secções de datilografia e arte culinária, por falta de espaço no prédio e de professoras para tal fim” (p. 79).

Mesmo os ofícios encontrados, datados de 1930, são todos manuscritos, o que aponta, se não para ausência de máquinas de escrever, ao menos para sua pouca utilização na escola. A figura 9 mostra as alunas em salas de aula de bordado, corte e costura e desenho, e nenhuma na sala de datilografia. Ao cargo de secretária, Mariana Coelho deu um caráter mais administrativo.

**FIGURA 9:** ALUNAS DA ESCOLA PROFISSIONAL FEMININA EM AULA DE FLORES E CHAPÉUS



Fonte: Acervo Arquivo Público do Paraná.

No que se refere ao cargo de secretária, o regulamento não especificava quais eram as suas atribuições. Contudo, se considerarmos as funções atribuídas à direção da instituição, percebemos que, desde 1918, elas eram desempenhadas por Mariana Coelho, e não pela diretora Maria de Lima. Neste sentido, podemos afirmar que ela ocupou o cargo de secretária estrategicamente, mas, desde o início de sua atuação, assumiu as funções que cabiam à diretora.

A diretora compete

1º zelar pela boa ordem do estabelecimento;

2º escriturar os livros a seu cargo;

3º organizar e remeter ao Secretario do Interior toda medida que julgar conveniente á Escola;

4º propor ao Secretario do Interior toda a medida, que julgar conveniente á Escola;

5º enviar, devidamente informadas, as petições que o pessoal dirija ás autoridades superiores;

6º adquirir com autorização do Secretario do Interior o material necessário para o fornecimento da Escola;

7º contratar as encomendas que forem feitas por particulares e se houverem de fazer nas oficinas;

8º impor, de acordo com o Secretario do Interior penas disciplinares ás professoras, mestras e empregados da Escola;

9º impor penas disciplinares ás alunas;

10º recolher, mensalmente, a parte de produto de trabalhos que não pertença ás alunas;

11º apresentar mensalmente, á Secretario do Interior, com a folha de pagamento, um mapa demonstrativo da frequência e da matrícula da Escola, visado pelo Inspetor Escolar da capital, encarregado da fiscalização do estabelecimento. (Regimento da Escola Profissional Feminina, 1917, p. 353)

Embora muitos documentos da instituição tenham se perdido com o tempo, alguns, referentes à administração, foram preservados. Todos os ofícios encaminhados ao Secretário do Interior, as encomendas de material para as aulas da escola e os problemas que o prédio apresentava desde

que se tornara estatal eram encaminhados e assinados por Coelho. E suas reclamações não se restringiam à situação física da escola, mas também por situações de má administração do Estado na gerência dela. Em 1920, a intelectual enviou ao Secretário do Interior uma denúncia acerca da organização interna da instituição, incluindo também no mesmo documento uma proposta para melhorar a gestão da escola:

Não dispondo a escola de recursos, havia completa falta de matéria prima para o trabalho, não podendo, portanto, ser executado o programa de cada especialização. Por outro lado, o estabelecimento aceitava alunas que pagavam mensalidades, trazendo o material de casa, trabalhavam para si, com intuitos comerciais ou para completar enxovais de seu uso particular. Enquanto estas eram atendidas, as demais isto é, as pobres permaneciam indiferentes á atividade que deve caracterizar uma casa como esta, razão porque, a grande maioria desertou, por ver cerrada a porta que se abria para recebe-la. [...]

Estabeleceu-se então que o Estado lhe abriria uma conta corrente, debilitando-se-lhe as importâncias recolhidas ao Tesouro, provenientes dos objetos confeccionados e vendidos. Encerrando o ano econômico, verificar-se-ia o saldo existente para ser repartido pelas alunas, proporcionalmente ao seu mérito.

Ficou ainda assentado que às alunas que concluíssem o curso poder-se-ia dar trabalho, de acordo com as encomendas, calculando-se a mão de obra e pagando-se, periodicamente, o que competisse a cada uma.

Desse modo não haveria necessidade de aumentar a despesa aumentando-se contudo a capacidade produtiva e educadora, a que concorrerá, cada vez mais para o progresso do estabelecimento, o qual em anos próximos, se poderá manter com os seus próprios recursos, bastando apenas ao Estado proporcionar-lhe o apoio que é indispensável (Relatório da Instrução Pública, 1920, p. 19).

As informações que temos do período que se seguiu à proposta de Mariana Coelho, dão conta de que sua sugestão foi acatada. Entretanto, os ofícios que ela enviou às autoridades de ensino da época revelavam que os



trabalhos feitos pelas alunas quase não tinham valor comercial, o que levou a instituição a ter problemas financeiros e a usar o bazar como recurso para liquidar as mercadorias produzidas na escola e arrecadar fundos para manutenção da mesma (Ofício de n. 09, de 16 de maio de 1930).

O cotidiano de nossa personagem na Escola Profissional Feminina não era sereno. Como secretária, em 1930, teve um sério desentendimento com a antiga proprietária e então diretora D. Maria de Lima. De acordo com o ofício de n. 06, de 08 de maio de 1930, a diretora teria enviado um ofício ao Diretor Geral de Ensino acusando Mariana Coelho de estar invadindo o trabalho da direção e de não estar comprometida com o seu trabalho.

Mariana Coelho reagiu enviando outro ofício ao Diretor. Nele ela manifestava-se dizendo que sempre se havia limitado ao trabalho que a própria diretora lhe tinha determinado “[...] e que é tudo que diz respeito à matrícula do estabelecimento, ofícios, folhas de pagamento e mapa; e mais nada” (Ofício de n. 06, 08 de maio de 1930). Ainda de acordo com o mesmo ofício, declarava fazer meses que a diretora não cumpria o horário da escola e não lhe dirigia a palavra. O tom que a intelectual usou para afirmar que “com esta falsa denúncia fecha ela com chave de ouro os motivos de sua abnegação para com este estabelecimento”<sup>41</sup> é bastante esclarecedor no que se refere à relação dela com Maria de Lima, provavelmente marcada por outros desentendimentos que evidenciariam uma disputa por espaço de poder dentro da instituição.

A personalidade forte de Mariana Coelho e a dedicação que demonstra em seu trabalho lhe deram motivos para pedir que a autoridade a quem se dirigia fizesse uma sindicância na escola para apurar a denúncia contra ela. O ofício terminava com um argumento que reforçava a ideia de que ela se sentia inocente: “[...] conservarei no meu arquivo como único documento do gênero através de toda minha vida dedicada ao serviço do nosso querido Estado do Paraná”.

No dia 18 de junho de 1930, ela passou de secretária a diretora do estabelecimento por decreto do então presidente do Estado. Com a ajuda do Estado, de um cargo de menor importância, subalterno, para outro mais representativo, de autoridade da instituição, ocupando o lugar daquela que fora um dia proprietária da escola.

Como diretora, Mariana Coelho manteve uma postura firme em relação aos seus funcionários, suas alunas, à administração da escola e às autoridades de ensino. Para o Estado foram dirigidas suas maiores críticas

<sup>41</sup> Grifo original.

e solicitações. Entre os muitos pedidos de materiais, são recorrentes as queixas sobre o estado precário da Escola e a necessidade de um prédio próprio para ela, que funcionava em um local emprestado.

Em ofício enviado ao Diretor Geral de Ensino na data de 11 de agosto de 1930, Hostílio Araújo, ela afirmava que o relatório apresentado pelo subinspetor de ensino, Sr. João Rodrigues, revelava o estado real da escola. Segundo ela, o prédio em que funcionava a escola, “[...] por ser muito velho, tem portas e janelas que não funcionam, nem oferecem segurança!” (Ofício de n. 11, de 11 de agosto de 1930). Por meio do mesmo ofício, Mariana Coelho solicitava a presença urgente de marceneiro, pedreiro e vidraceiro.

Ciente, porém, de que seu pedido não seria atendido prontamente, ela acrescentava que não descansaria enquanto não conseguisse tudo o que desejava e precisava para o bom funcionamento do estabelecimento. Pedia que fossem enviados para escola livros e cadernetas para o trabalho das professoras e justificava seu pedido dizendo que estava iniciando seu trabalho como diretora da instituição.

Três meses depois de suas solicitações para manutenção da escola, Mariana Coelho mandou novo ofício direcionado ao novo Diretor Geral do Ensino. Nele ela reiterava suas reclamações acerca do estado do prédio em que funcionava a escola e acrescentava que teria sido informada, por meio de João Rodrigues, de que o marceneiro encarregado da manutenção só faria os consertos por ela solicitados se recebesse algum dinheiro. A exposição de trabalhos das alunas da escola estava próxima, de modo que os reparos solicitados por ela não poderiam esperar. Deixava claro que em seu entendimento os problemas que a escola enfrenta foram heranças deixadas pela falta de organização da gestão anterior, mas afirmava que ela estaria disposta a levantar a instituição (Ofício de n. 16, de 04 de novembro de 1930).

O ofício, enviado em 29 de novembro de 1930 para o Diretor Geral do Ensino, esclarece que a manutenção solicitada por Mariana Coelho não aconteceu, mas mostra também sua adesão à nova situação política do país. De acordo com o ofício, a diretora e suas funcionárias estavam cientes da situação delicada em que se encontrava economia do Estado e colocavam-se a disposição para dar uma contribuição a “[...] ser descontado um dia de seus vencimentos, por mês, durante o prazo de seis meses” com o intuito de, segundo suas palavras, resgatar a dívida externa do país.

Essa era a sentença que marcava a sua adesão à nova situação política do país, confirmada por outro ofício, de 18 de outubro de 1930, no qual ela

argumentava que, devido às obrigações que o cargo de diretora da escola lhe impunha, não poderia se ocupar de nenhuma atividade no período diurno, mas que se colocava à disposição do Estado para trabalhar à noite e prestar qualquer serviço, em qualquer departamento, na nova conjuntura política. Neste ofício Mariana Coelho acrescentava uma nota de rodapé posterior em que escreveu entre parênteses “No Governo Revolucionário”. A anotação denota a crença dela em um novo momento político do país ou uma estratégia para tentar manter o cargo.

Na obra *A evolução do Feminismo Subsídios para a sua história*, Mariana Coelho explicava por que aderiu ao governo de 1930,

[...] parece que os próceres da Revolução vitoriosa em outubro de 1930 são favoráveis às aspirações feminista. Aqui no Paraná, sob a ação do Governo provisório, foi nomeada no mês da Revolução a bacharel Walkiria Moreira da Silva Naked para o cargo de Promotor Público da Comarca de Ponta Grossa (p. 183).

Não é difícil deduzir que o novo governo representava para Mariana Coelho a realização de um projeto social que a acompanhou toda a vida e que até aquele momento parecia estar fadado ao fracasso: a profissionalização da mulher.

O rearranjo das forças políticas, sociais e culturais ocorridas nos anos 1930 trouxe consigo mudanças no campo intelectual. Se antes da Revolução Mariana Coelho coadunou com os princípios anarquistas, excluindo o Estado da organização social, depois de 1930, embora continue acreditando na força política dos operários, passa a apoiar o Estado. De acordo com Araújo e Cardoso (1992), a partir de 1930, “revolucionários e moderados a um só tempo, trazem propostas reformistas para os problemas sociais, defendendo a participação do Estado–mediador, entre o capital e o trabalho. Propõe a criação de partidos, uniões, associações e sindicatos dos trabalhadores em defesa da causa comum” (p. 80).

Essa crença fez com que os intelectuais deixassem de lado as contradições do período pós-revolução de 1930, realçando apenas as características negativas da chamada Primeira República. Havia um consenso, entre a intelectualidade, de que era necessário um projeto de modernização e de construção da nação por meio da educação. Esse projeto ganhou força na década de 1920 e os intelectuais nele envolvidos, ansiosos por mudanças e modernização, transformaram essa ansiedade em cultura política nos anos de 1930.

### ■ 3.3. EDUCAÇÃO FEMININA: UMA JANELA PARA O FUTURO

Participar da educação masculina sem perder de vista as especificidades da educação feminina, eis a concepção de educação que perseguiu Mariana Coelho por toda sua trajetória. Oscilando entre reivindicações igualitárias e dualistas, ela propunha tornar a mulher participante da agitação da vida social, nas oficinas de trabalho ou no reduto íntimo da Nação, sem exceder os limites impostos pela sociedade de então.

Em *A Evolução do Feminismo: subsídios para a sua história*, ela atribuía ao movimento feminista as conquistas que “[...] na vida atual, com todos os males, e bens que a guerra mundial nos legou, impele a mulher a alargar a sua esfera de ação fora do tradicional acanhamento da vida doméstica.” (p. 31). Revelava assim como se sentia em relação à mulher brasileira, que, diferentemente das europeias,

[...] não se achava ainda satisfatoriamente disposta para a conquista da igualdade política; é mais preocupada com a moda, com a elegância no trajar que com sérios problemas sociais; e porquê? Porque a sua educação tem sido até hoje meramente feminil – ao passo que a educação da mulher entre as raças anglo-saxônicas e eslavas, tem sido sempre mais masculinizada, mais apropriada à conquista da igualdade dos sexos, impelida pela natural evolução e pelo espontâneo impulso de justiça social (Coelho, 1933, p. 32).

Podemos destacar no argumento de Mariana Coelho a questão que ela chama de educação masculinizada. De acordo com Trindade (2003), a educação feminina das primeiras décadas do século XX se caracterizou por uma instrução “literária e brilhante” deixando de lado os “terrenos áridos”. Essa educação compôs o esboço de uma figura feminina que avançava em direção ao domínio do público, mas de forma ainda acanhada, muito restrita pelo reduto privado. Essa composição afirmava-se, nessa medida, sem ferir o equilíbrio vigente dos espaços público e privado (p. 62). A educação masculinizada a que se refere pode dizer respeito ao acesso das mulheres à educação, visto que, neste contexto mesmo entre o sexo masculino o acesso à educação ainda não era garantido.

Mariana Coelho orientou sua proposta educacional para uma mudança do papel feminino na sociedade, militando por melhores condições de educação e profissionalização das mulheres e desejando uma maior participação das mulheres na vida pública. Sem negar a função primordial destas como

esteio da família, ela acreditava que as mesmas deveriam ampliar suas possibilidades de atuação dentro da sociedade:

Todas as tentativas masculinas no sentido de casamento pendem para as donas-de-casa, nas quais eles encontram o costumeiro instrumento passivo do seu importuno – e inoportuno – autoritarismo. E é por isso que na maior parte se não associam às nossas ideias igualitárias, custa-lhes a largar o bastão do “posso, quero e mando”. Não queremos, neste nosso franco dissertar, suprimir, absolutamente, as donas-de-casa; achamos que quando as circunstâncias o exigem, esse deve ser o seu principal e preferível papel, que é todo de atraente poesia – o que não obsta que sejam evolucionadas. O nosso fraseado baseia-se na razão de que nem todas as mulheres estão em condições de mera sujeição à vida doméstica. [...]

Ora, a mulher que apenas sabe ser dona-de-casa, é incapaz de viver do seu trabalho, não se pode tornar independente – está fatalmente condenada a ser escrava – ou dos parentes ou dos estranhos, quando não consiga uma miserável pensão para não morrer de fome! De mais a mais que a sua profissão a não inibe absolutamente de ser, em todo terreno, muito boa dona-de-casa (Coelho, 1933, p. 46).

Durante sua trajetória, Mariana Coelho defendeu que as mulheres redimensionassem trabalho e família e que atingissem novos espaços de educação formal para além do domínio doméstico. Neste sentido, na sua perspectiva, a figura feminina deveria educar-se para ultrapassar os limites do doméstico, sem abdicar, das prerrogativas e deveres que a atrelavam a esse campo.



## CONCLUSÃO

O presente estudo buscou analisar a trajetória e o pensamento educacional de Mariana Coelho, entre 1893 e 1940, visando à compreensão de alguns aspectos de sua experiência com a educação. Embora não tenha tido certificação escolar, essa intelectual teve uma ampla formação cultural, viabilizada principalmente graças a seu irmão mais velho, Carlos Alberto Teixeira Coelho, seu preceptor intelectual.

Usando de seu capital familiar e social, participou de importantes instâncias culturais de nível regional, nacional e internacional, entre as quais se destacam a Loja de Adoção Filhas de Acácia, que foi uma das iniciativas que a aproximou dos intelectuais livres-pensadores curitibanos, a Academia Paranaense de Letras, o Centro de Cultura Feminino e a Associação Brasileira pelo Progresso Feminino. Pôde também manter correspondência com a *International Woman Suffrage Alliance*.

Mariana Coelho viveu quase toda a sua vida adulta em Curitiba e nesta cidade construiu sua trajetória intelectual e educacional. Contudo, sempre se considerou europeia, valendo-se de sua proveniência lusitana para angariar distinção e de legitimação no campo cultural curitibano.

Declarando-se feminista, Mariana Coelho manteve-se solteira durante toda a vida. Embora nunca tenha defendido uma mudança radical do papel feminino dentro do lar e da família, ela decidiu não se dividir entre o casamento e a vida pública. Para ela, assim como para outras feministas de sua época, a opção de permanecer solteira assegura uma relativa autonomia em relação às decisões que tomou e às causas que defendeu.

Sua atuação na imprensa da capital paranaense foi intensa, escreveu tanto em periódicos como em revistas, que foram utilizados por ela como instrumentos de divulgação de seus ideais. No periódico *Diário da Tarde* manteve – a convite do proprietário do jornal, Lourenço de Souza, a coluna mensal *Chronica da Moda* e transformou este espaço dedicado à moda e à etiqueta em uma oportunidade para discutir sobre os direitos das mulheres: a participação na vida pública e a necessidade de sua educação,

Mariana Coelho manteve durante toda sua vida uma ampla rede de sociabilidade, aproximando-se principalmente dos intelectuais livres-pensadores de Curitiba, o que lhe permitiu permanecer atuante e publicando no campo cultural. Para publicar, serviu-se de instituições como o Centro de Letras do Paraná e de suas amizades com intelectuais como Rocha Pombo e Dario Vellozo, que prefaciaram seus livros, abriram-lhe oportunidades para que escrevesse em periódicos nos quais eram diretores ou redatores e publicaram críticas positivas acerca de suas obras. Utilizou o espaço em periódicos de ampla circulação regional como o *Diário da Tarde* e *A República*, de revistas femininas de Portugal e de jornais do Rio de Janeiro para divulgação de seus livros.

Mostrando a identidade com os intelectuais de seu tempo Mariana Coelho sentia-se parte do grupo de intelectuais livres-pensadores, com os quais se manteve alinhada. Esta identidade pode ser percebida por sua conduta nas instâncias culturais e veículos de divulgação de que participou.

Seu engajamento político esteve fortemente atrelado à militância em favor da emancipação feminina, por meio de sua educação. Sua argumentação focava principalmente a maior participação da mulher na esfera pública. Movida por um sentimento de missão social, Mariana Coelho assumiu o discurso da educação feminina como sendo fundamental para a evolução social da mulher, meio pelo qual se daria sua inserção no espaço público.

No âmbito educacional, sua experiência teve início já com a fundação de um colégio, o Colégio Santos Dumont. Aí ofereceu inicialmente o curso primário para ambos os sexos. Depois, em 1907, com apoio de intelectuais como Sebastião Paraná e Francisco Macedo, ampliou a instituição na qual ofereceu cursos preparatórios para a Escola Normal e para o Ginásio. Também no colégio, onde adotou o método de alfabetização João de Deus, buscou divulgar seu ideal de educação feminina. Permaneceu como proprietária, diretora e professora da escola até 1917, quando a escola fechou por provável inviabilidade financeira. Nessa instituição experimentou o ensino misto, que foi uma das questões que defendeu durante sua trajetória.



Em 1918, assumiu o cargo de professora de datilografia e secretária da Escola Profissional Feminina. Conferiu a esse cargo uma envergadura mais administrativa, gerenciando questões da rotina da escola. Sua atuação gerou um desconforto que culminou com um sério desentendimento, no ano de 1930, com a diretora da instituição Maria de Lima que saiu da instituição na qual Mariana Coelho passou a ser diretora.

A proposta educacional de Mariana Coelho esteve voltada para educação feminina e buscou um equilíbrio entre o espaço público e privado na participação das mulheres. Militou por um novo papel social feminino visando à conciliação entre as funções ligadas à família e à profissionalização e assumiu a educação como fundamental para o desenvolvimento e progresso da Nação e entendia como inevitável a inclusão das mulheres nesse processo.

## REFERÊNCIAS

### LIVROS

AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciências Humanas**: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Ed. Rosa dos Tempos, 1997.

ANDRADE, Maria Lúcia de. **Educação, cultura e modernidade**: o projeto formativo de Dario Vellozo (1906–1918). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Paraná, 2002.

ANDREAZZA, Maria Luiza; TRINDADE, Etelvina Maria de Castro. **Cultura e Educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

ALMEIDA, Jane Soares de. Mulheres na educação: missão, vocação ou destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. *In*: SAVIANI, Demerval. **O legado educacional do século XX, no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006.

ARAÚJO, Sílvia; CARDOSO Alcina. **Jornalismo e Militância operária**. Curitiba: Ed. UFPR, 1992.

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. Modernização, políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940. **Cadernos Pagu**, n. 27, p. 113–154, 2006, Campinas: Unicamp.

BALHANA, Carlos Alberto de Freitas. **Ideias em confronto**. Curitiba: Grafipar, 1981.

BASTOS, Élide Rugai; RÊGO, Walquíria D. Leão (Orgs). **Intelectuais e política**. Moralidade Do Compromisso. Campinas: Olho d'água. 1999.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Sonho e invenção do Paraná**: geração simbolista e a construção de identidade regional. 2001. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido se desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BOBBIO, Norberto. **Os intelectuais e o poder**: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. São Paulo: UNESP, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da Arte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

- BOURDIEU, Pierre. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOTTONE, Tom; OUTWAITE, William (Orgs). **Dicionário do pensamento social do século XX**. Jorge Zahar: Rio de Janeiro, 1996.
- CAPELATO, Maria Helena. **Os arautos do liberalismo: imprensa paulista (1920–1945)**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas: o imaginário da república no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A dívida republicana. *In: \_\_\_\_\_*, Marta Maria Chagas de. **A escola e a República e outros ensaios**. São Paulo, Brasiliense. 1989.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. A configuração da historiografia educacional brasileira. *In: FTRITAS, Marcos Cezar de (org.)*. **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.
- CARVALHO, Rómulo Vasco da Gama. **História do ensino em Portugal**. Lisboa: Fundação Caloreste Gulbenkian, 2001.
- COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário crítico de escritoras brasileiras (1711–2001)**. São Paulo: Escrituras Editora, 2002.
- CORDIOLLI, Marcos. O olhar de um ponto diverso: as gêneses de um idílio: a trajetória de Dario Vellozo (1890 – 1909). **Boletim do Departamento de História**, n. 1, mar., p. 5–26, 1988, Série Monografias.
- CORRÊA, Siegel Amélia. **Imprensa e política no Paraná: Prosopografia dos redatores e pensamento republicano do final do século XIX**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, 2006.
- DENIPOTI, Cláudio. **A sedução da leitura: livros, leitores e história cultural (Paraná 1880–1930)** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, 1998.
- DEUS, João de. **Cartilha Maternal: a arte da leitura.**, Lisboa: Imprensa Nacional, 1878. Disponível em: <http://purl.pt/145>. Acesso em: 03 jan. 2010.
- D’INCAO, Maria Ângela. Mulher e família burguesa. *In: DEL PRIORE, Mary*. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. **Vidas de Romance: as mulheres e o exercício de ler e escrever no entresséculos (189–1930)**. Topbooks: Rio de Janeiro, 2005.
- GUALTIERI, Regina Candida Ellero. **Evolucionismo no Brasil: ciência e educação nos museus (1870–1915)**. São Paulo: Ed. Livraria Física, 2008.

KAMITA, Rosana Cássia. **Resgates e Ressonâncias**: Mariana Coelho. Florianópolis: Editora Mulheres, 2005.

KÄPELI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: DUBY, Georges; PERROT, Mary (Orgs). **História das Mulheres no Ocidente**. v. 4: O século XIX. Edições Afrontamentos: Porto, 1991.

HOBBSAWM, Eric J. **A era dos impérios (1875–1914)**. Editora Paz e Terra: São Paulo, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP: 1994.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Ática, 1984.

LEONIDIO, Adalmir. Saint-simonismo e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil. Mediações. **Revista de Ciências Sociais-Mediações**, v. 10, n. 1, p. 165–184, 2005, Londrina.

LOURO, Guacira Louro. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.

MACEDO, Annette Clotilde Portugal. Missão Social da Mulher Brasileira. 1923. In:

MACEDO, F.R.A. (Org.). **Felicidade pela Educação**. Curitiba: Gerpa, 1952.

MACEDO, Francisco Ribeiro de Azevedo. Epístolas Pedagógicas IV. **A Escola**, n. 6–7, p. 67–71, jun/jul. 1907, Curitiba. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

MALUF, Mariana; MOTT, Maria Lúcia. Recôndito do mundo feminino. In: SEVCENKO, Nicolau. (Org.) **História da Vida Privada no Brasil. República: da Belle époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 368– 421.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações Modernas**: Discurso Educacional e Civilizacional no periódico A Escola (1906–1910). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, 2007.

MARCHETTE, Tatiana Dantas. **Corvos nos galhos das acácias**: anticlericalismo e clericalização em Curitiba (1896–1912). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 1997.

MARTINS, Romário. **Terra e gente do Paraná**. Curitiba: CLICHEPAR. (coleção Farol do Saber), 1995.

MICELI, Sérgio, **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920–1945)**. São Paulo: Difel, 1979.

- MICELI, Sérgio. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MUZART, Zahidé L.; BRANDÃO, Izabel (orgs). **Refazendo nós**: Ensaio sobre mulher e literatura. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2003.
- NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na primeira república**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 1976.
- NEGRÃO, Francisco. **Genealogia Paranaense**. v. 2. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1927.
- NICOLAS, Maria. **Vultos paranaenses**, v. 4. Curitiba: (s.e.), 1966.
- NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Educação em Revista**: a imprensa pedagógica e a História da Educação. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11–31.
- NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chaves de. Historiografia da educação e fontes. **Cadernos Anped**. Porto Alegre: Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. 1993.
- NUNES, Clarisse. Dilemas da modernidade latino-americana: autoria feminina e discurso pedagógico. In: BENCOSTTA, Marcus Levy (org.). **Culturas escolares, saberes e práticas educativas itinerários históricos**. São Paulo: Cortez, 2007.
- NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1995.
- PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PERROT, Michelle; DUBY, Georges. (orgs.). **As Mulheres e a História**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.
- PERROT, Michelle. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.
- PERROT, Michelle. **Mulheres e os silêncios da história**. Bauru, Edusc, 2005.
- OLIVEIRA, Américo Lopes de e VIANA Mário Gonçalves. **Dicionário Mundial de Mulheres Notáveis**. Porto Alegre: Lello e Irmão Editores, 1967.
- OLIVEIRA, Marcus Aurelio Taborda de; PYKOSZ, Lausane Corrêa. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem fronteiras**, v. 9, n. 1, p. 135–158, jan/jul, 2009.
- OSINSKI, Dulce Regina Baggio. **Ensino de Arte**: os pioneiros e a influência estrangeira na arte educação em Curitiba. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, UFPR, Paraná, 1998.

PILOTTO, Osvaldo. **Cem anos de imprensa no Paraná (1854–1954)**. Paraná: Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1976 (Coleção Estante Paranista). Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Departamento de Documentação Paranaense).

POMBO, José Francisco da Rocha. **O Paraná no Centenário (1500–1900)**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980.

PLAISANT, Alcibiades Cezar. **Scenário Paranaense**: descrição geográfica, política e histórica do Estado do Paraná [s.n.]. Curitiba: Typographia de A República, 1908.

QUELUZ, Gilson Leandro. **Rocha Pombo**: Romantismo e utopias (1880–1905). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, 1997.

RAFAEL, Gina Guedes; SANTOS, Manuela. **Jornais e revistas portuguesas do séc. XIX v. 1**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2001.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? **Educar em revista**. Curitiba, n.18, p. 13–28, jul/dez, 2001.

RIBEIRO, Madeira Iorio Leonardo Soares. **Mariana Coelho**: a educadora feminista. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

SANTANA, Luciana Wolff Apolloni. **Escola de belas artes e indústrias do Paraná**: o projeto de ensino de artes e ofícios de Antonio Mariano de Lima (Curitiba, 1886–1902). Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

SANTOS, Pompília Lopes. **Sesquicentenário da Poesia Paranaense**. 2. ed. Curitiba: Academia Feminina de Letras do Paraná, 1985.

SEIXAS, Larissa Selhorst. **Subsídios para a sua história**: as ideias de Mariana Coelho nas primeiras décadas do século XX. Graduação (Monografia em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. República: da *Belle Époque* à Era do Rádio. v. 3 (Coleção dirigida por Fernando A. Novais). São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SILVA, Helenice Rodrigues da. **Fragmentos da História Intelectual**: entre questionamentos e perspectivas. Campinas, SP: Papirus, 2002.

SILVA, Helenice Rodrigues da. História Intelectual em questão. In: LOPES, Marcos Antonio (org.) **Grandes nomes da História Intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p. 15–25.

- SILVESTRIN, Mônia Luciana. **Do bom uso da palavra**: o intelectual na obra de Mariana Coelho. Graduação (Monografia em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2000.
- SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. *In*: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.
- SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Erico Vital. **Dicionário de mulheres do Brasil**: de 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- SKINNER, Quentin. **Liberdade antes do liberalismo**. São Paulo: Unesp, 1999.
- SOUZA, Gizele de. Cultura Escolar Material na História da Instrução Pública Primária no Paraná: anotações de uma trajetória de pesquisa. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, p. 37-68, 2007.
- TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. *In*: DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRINDADE, Etelvina Maria Castro de. Do salão à oficina: a educação feminina para o espaço público. **Revista da SBPH**, v. 8, p. 61-73, 1993.
- TRINDADE, Etelvina Maria Castro de. **Clotildes e Marias**: mulheres de Curitiba na Primeira República (Coleção Farol do Saber). Fundação Cultural: Curitiba, 1996.
- TRINDADE, Etelvina Maria Castro de. Espaço urbano e cidadania feminina no Paraná da virada do século. **História: Questões & Debates**, v. 16, n. 30, p. 57-81, 1999. Paraná: Ed. UFPR.
- TRINDADE, Etelvina Maria Castro de. Entre o esquadro e o compasso: a maçonaria em Curitiba (1900-1930). **Revista da SBPH**, v. 23, p. 101-107, 2003.
- VALENTE, Silza Maria Pazello. **A presença rebelde na cidade sorriso**: contribuição ao estudo do Anarquismo em Curitiba. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**, n. 18, p. 53-73, 2001. Paraná: Ed. UFPR.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. **Intelectuais, educação e modernidade no Paraná (1886-1964)**. 1. ed., Paraná: Ed. UFPR, 2007.
- VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e o discurso da modernidade na I Conferência Nacional de Educação (Curitiba-1927). *In*: BENCOSTA, Marcus Levy A. (Org.), **Culturas escolares, saberes e práticas educativas: itinerários históricos**. 1. ed., São Paulo: Cortez, 2007, v. 1, p. 379-400.

## REFERÊNCIAS

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, M. A. T. de. **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelligentsia e intelectuais: sentidos, conceitos e possibilidades para a história intelectual. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n.1 [16], p. 63–85, 2008.

## FONTES

### OBRAS DE MARIANA COELHO

COELHO, Mariana. **O Paraná Mental**. Curitiba: Economica, 1908. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

COELHO, Mariana. **A evolução do feminismo: subsídios para sua história**. Rio de Janeiro: Imprensa Moderna, 1933. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

COELHO, Mariana. **Um brado de revolta contra a morte violenta**. Curitiba: Of. Graf. “a Cruzada”, 1934. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

COELHO, Mariana. **Linguagem**. Curitiba: Of. Graf. “a Cruzada”, 1937. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

COELHO, Mariana. **Cambiantes**. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1940. Disponível na Biblioteca Pública do Paraná (Divisão Paranaense).

COELHO, Mariana. **Palestras Educativas**. Curitiba: Centro de Letras do Paraná, obra póstuma, 1956. Disponível no Centro de Letras do Paraná.

### JORNAIS

ANÔNIMO. Apreciação do grande escritor brasileiro dr. Rocha Pombo ao livro “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. 23 de janeiro de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

ANÔNIMO. “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. 15 de abril de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

ANÔNIMO. “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. 15 de maio de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.



- ANÔNIMO. “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. 16 de maio de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. 25 de maio de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. “Evolução do Feminismo” de Mariana Coelho. 02 de junho de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. Paraná Mental. 11 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. O Paraná Mental. 24 de agosto de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. O Paraná Mental II. 26 de agosto de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. O Paraná Mental III. 28 de agosto de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- ANÔNIMO. O Paraná Mental IV. 31 de agosto de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- CASTRO, Nestor de. O feminismo. 16 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- CASTRO, Nestor de. O feminismo. 21 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- CASTRO, Nestor de. O feminismo. 29 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- CASTRO, Nestor de. O feminismo. 04 de abril de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.
- CASTRO, Nestor de. As citações. 12 de abril de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. 01 de fevereiro de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. 01 de março de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. 31 de agosto de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Chronica da Moda. 05 de outubro de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Contestação devida. 15 de abril de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Dor e ventura. 18 de janeiro de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Emancipação da mulher. 22 de março de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Emancipação da mulher. 02 de abril de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. O Chapeo feminino. 04 de abril de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Instrução Primária. 16 de dezembro de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Propaganda de abertura do Colégio Santos Dumont. 23 de janeiro de 1902. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Colégio Santos Dumont. 05 de janeiro de 1903. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Colégio Santos Dumont. De 03 a 10 de janeiro de 1908. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Discurso proferido pela nossa colaboradora Mariana Coelho na sessão de sua recepção no Centro de Letras do Paraná. 21 de janeiro de 1934. **Gazeta do Povo**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Crítica à crítica I. 05 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Crítica à crítica II. 07 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná. Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Crítica à crítica III. 08 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná. Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Crítica à crítica IV. 09 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná. Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Crítica à crítica V. 19 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná. Divisão Paranaense, Paraná.

COELHO, Mariana. Crítica à crítica VI. 21 de setembro de 1908. **A República**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná. Divisão Paranaense, Paraná.

ERASTO. Conversando... 10 de julho de 1901. **Diário da Tarde**. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

JACQUES, J. O feminismo. 14 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

MONGRUEL, Georgina. La Femme Electeur. **Diário da Tarde**. 01 de março de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná

MONGRUEL, Georgina. La Femme Electeur. 02 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

MONGRUEL, Georgina. La Femme Electeur. 05 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

MONGRUEL, Georgina. Emancipation de La Femme. 11 de março de 1901. JACQUES, J. O feminismo. 14 de março de 1901. **Diário da Tarde**. 10 de julho de 1901. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

PARANÁ, Sebastião. Colégio Santos Dumont. **A Republica**. 04 de janeiro de 1902. Acervo microfilmado da Biblioteca Pública do Paraná, Divisão Paranaense, Paraná.

## RELATÓRIOS

LINS, Bento José Lamenha. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino, 1905**. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

LINS, Bento José Lamenha. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino, 1907**. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

SANTOS, Eneas Marques dos. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino, 1917**. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

SILVA, Octavio Ferreira do Amaral e. **Relatório da Inspeção Geral de Ensino, 1902**. Disponível no Arquivo Público do Paraná.

### DOCUMENTOS DIVERSOS

- Correspondência enviada ao Poder Central sobre a fundação da Loja de adoção Filhas de Acácia, 1902. Transcrito da Coleção **A Maçonaria no Paraná**, v. 1, p. 292– 293. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP\\_ImagensAbertura/Loja\\_antigas\\_no\\_PR/Loja\\_0767/Historico\\_Loja\\_0767.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/Loja_antigas_no_PR/Loja_0767/Historico_Loja_0767.htm). Acesso em: 10 maio 2010.
- Lista de participantes da Loja Maçônica Amor e Caridade de Ponta Grossa. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP\\_ImagensAbertura/Loja\\_antigas\\_no\\_PR/Loja\\_0767/0767](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/Loja_antigas_no_PR/Loja_0767/0767).
- Livro C-131, Folha 334, Termo 00194, Certidão de óbito lavrada em 29 de novembro de 1954. Disponível no 1º Ofício do Registro Civil.
- Regularização da Loja de adoção Filhas de Acácia, 1902. Transcrito da Coleção **“A Maçonaria no Paraná”**, v. 1, p. 320– 329. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP\\_ImagensAbertura/Loja\\_antigas\\_no\\_PR/Loja\\_0767/0767\\_Regularizacao\\_Discurso.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/Loja_antigas_no_PR/Loja_0767/0767_Regularizacao_Discurso.htm).
- Fundação da Escola Luz Essencia, 1901. Disponível em: [http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP\\_ImagensAbertura/Loja\\_antigas\\_no\\_PR/Loja\\_0582/0582\\_Escola\\_Luz\\_Essencia.htm](http://www.museumaconicoparanaense.com/MMPRaiz/MMP_ImagensAbertura/Loja_antigas_no_PR/Loja_0582/0582_Escola_Luz_Essencia.htm)
- Regulamento da Escola Profissional Feminina, 1917. Disponível: Arquivo Público do Paraná.

# ÍNDICE REMISSIVO

## A

Acácia 41, 42, 43, 117, 122  
Alfredo Andersen 104, 105, 106  
Anticlericais 43, 68

## B

Bourdieu 22, 23, 24, 25, 35

## C

Cambiantes(1940) 27, 29, 36, 53, 56, 60  
católicos 46, 66, 68, 69  
Centro de Letras do Paraná 27, 29, 46, 118, 126  
Colégio Santos Dumont 29, 31, 74, 77, 87, 88, 90, 91, 92, 94, 96, 98, 100, 102, 103, 118

## D

Dario Vellozo 28, 29, 59, 61, 62, 69, 74, 118  
Diário da Tarde 30, 48, 49, 59, 69, 73, 74, 75, 82, 83, 90, 94, 98, 99, 118

## E

Educação 20, 22, 23, 26, 30, 33, 34, 35, 40, 43, 44, 45, 46, 47, 54, 58, 62, 69, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 81, 82, 85, 87, 88, 89, 92, 93, 94  
Educadora 17, 40, 87, 101, 110  
Elite cultural 19, 26  
Emancipação feminina · 46, 53, 58, 68, 72, 74, 75, 76, 78, 79, 82, 118  
Escola Profissional Feminina 29, 30, 39, 103, 105, 107, 108, 109, 111, 119

Evolucionismo · 52

## F

Feminismo 13, 17, 25, 26, 28, 29, 46, 52, 55, 58, 60, 61, 72, 79, 80, 81, 82, 83  
Feminismo 17, 26, 28, 46, 52, 53, 55, 60, 61, 113, 114  
Feminista · 17, 25, 26, 33, 54, 55, 58, 64, 73, 75, 78, 81, 92, 113, 114, 117

## G

Gazeta do Povo 53, 97, 126  
Gazeta dos Campos · 40  
Georgina Mongruel 74, 75, 76, 77, 94  
Grande Oriente 42, 43

## I

Intelectuais 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 34, 37, 41, 43, 45, 47, 52, 53, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 75, 76, 77, 79, 83, 87, 88, 90, 91, 101, 107, 113, 117, 118

## J

João de Deus 90, 91, 92, 118

## L

Linguagem (1937) · 17, 22, 28  
Livres-pensadores · 19, 24, 41, 43, 47, 63, 66, 68, 117, 118

## M

Maçonaria 24, 41, 42, 125  
Mariana Coelho · 17, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 35,

36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 118, 119

**Modernidade** ·18, 20, 22, 29, 36, 37, 62, 91, 95

**Moderno** ·18, 22, 69, 78, 90, 99

## **N**

**Nestor de Castro** 62, 69, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

## **O**

**O Paraná Mental** ·17, 26, 27, 38, 48, 51, 60, 61, 67

## **P**

**Palestras Educativas** ·17, 27, 29, 87  
**polêmica** 30, 69, 70, 84, 85

**Portugal** 35, 36, 38, 39, 47, 49, 50, 54, 75, 89, 90, 103, 118

**Proclamação da República** 19, 38

**professora** 29, 30, 57, 77, 89, 103, 108, 118, 119

## **R**

**República, A** 27, 62, 69, 88, 96, 97, 118

**Rocha Pombo** 27, 28, 38, 47, 54, 57, 59, 60, 61, 62, 64, 69, 70, 101, 118

## **S**

**Sebastião Paraná** 65, 87, 88, 89, 118

## **T**

**Teixeira Coelho** 24, 27, 39, 40, 43, 46, 47, 66, 117

## **U**

**Um brado de revolta contra a morte violenta** 27, 28, 44

**Universidade de Coimbra** · 24, 40, 60

## **V**

**Vieira** 20, 22, 25, 62, 69, 71

## SOBRE A AUTORA



ALEXANDRA PADILHA BUENO é doutora (2019) e mestre (2010) em Educação pela linha de História e Historiografia da Educação na Universidade Federal do Paraná, onde também cursou Pedagogia (2008). Atualmente é professora no colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR/Campus Paranaguá). É integrante do Grupo de Pesquisa História Intelectual e Educação da UFPR desde 2006. Hoje integra também o grupo Margem: Educação, Sociedade, Memória da UNESPAR. Foi professora dos Anos Iniciais no município de Araucária, entre 2008 e 2024 e coordenadora de Alfabetização e do PNAIC no mesmo município no período de 2011 /2012. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, educação, intelectuais, história da educação e de movimentos de femininos e feministas no Brasil, práticas pedagógicas voltadas à infância.

Este livro foi composto com as famílias das fontes  
Niramit e RTCO Flinton  
Feito no Brasil – Outubro 2024



Em “**MARIANA COELHO: Educação e Feminismo na Trajetória de uma Intelectual Luso-Brasileira (1893-1954)**”, a autora nos leva a uma fascinante viagem pela trajetória de Mariana Coelho. Com uma pesquisa sólida, a autora descreve não apenas o percurso de Mariana Coelho, mas também sua influência duradoura no movimento feminista e no campo educacional. Este livro é um convite para compreender a coragem e dedicação dessa intelectual em sua busca por uma sociedade mais igualitária. Numa narrativa envolvente, Bueno destaca o papel de Mariana Coelho na história das mulheres e a importância da educação como um instrumento de transformação social. Prepare-se para se deixar cativar por este olhar atento sobre a trajetória de Mariana Coelho.

